

PANORAMA

da participação privada no saneamento
2021

UMA NOVA FRONTEIRA SOCIAL E ECONÔMICA PARA O BRASIL



PANORAMA

da participação privada no saneamento

2021

**Uma nova fronteira social e
econômica para o Brasil**



Carta ao Leitor

Novo tempo, novos desafios



Estamos publicando a oitava edição do *Panorama da Iniciativa Privada no Saneamento*, no primeiro aniversário da aprovação do novo marco legal do setor, uma conquista da sociedade que sonha ter: sua água distribuída e bem tratada; e esgotamento sanitário para todos.

O que apresentamos neste primeiro Panorama pós-marco do saneamento básico são dados de uma evolução ainda embrionária, em razão dessa mudança tão significativa trazida pela Lei 14.026/20. Mas já se percebe o entusiasmo das empresas privadas pelo desenvolvimento de um setor que há anos carece de vultosos investimentos.

Apresentamos nesta edição: (a) um sucinto histórico da aprovação da Lei; (b) o volume de investimentos necessários para universalização; (c) editais e licitações que já movimentam o mercado; (d) um esclarecimento sobre as diversas formas de modelagem dos serviços de água e esgoto nos municípios e blocos de municípios; (e) a regionalização como um mecanismo para garantia dos ganhos de escala na prestação dos serviços; (f) os números e os casos de sucesso das concessões operadas pela iniciativa privada ou em parceria com as empresas públicas.

O quadro de concessões privadas é apresentado com uma visão geral das operações; dedicamos ainda um capítulo para mostrar que o saneamento brasileiro será o maior programa ambiental em curso no mundo.

As transformações ocorridas desde a aprovação do Marco Legal do Saneamento poderão ser sentidas em cada página.

Boa leitura!

Percy Soares Neto

Diretor-executivo da ABCON SINDCON

Editoriais

Mudar a realidade do setor com segurança jurídica



Aprovado há um ano, o Marco Legal do Saneamento (Lei 14.026/20) traz um tripé que será a base de novos rumos para o setor: primeiro, o processo de regionalização, em andamento; segundo, a efetivação do decreto de capacidade econômico-financeira, editado em maio; e, por fim, mas não menos importante, a agenda regulatória liderada pela Agência Nacional de Águas e

Saneamento Básico (ANA), de fundamental importância para o setor no longo prazo.

O maior desafio de qualquer setor de infraestrutura é justamente a segurança jurídica para o investidor. E segurança jurídica passa por um ambiente regulatório estável e de qualidade durante todo o período do investimento.

A consolidação do novo marco é prioridade para que o Brasil possa fazer frente a esses investimentos necessários, que são da ordem de R\$ 700 bilhões nos próximos 10 a 15 anos, para a universalização dos serviços.

É nesse cenário que a ABCON SINDCON publica uma nova edição do *Panorama da Participação Privada no Saneamento*. A Associação tem pela frente o grande desafio de contribuir para a transformação do setor, que acreditamos ser um dos principais propulsores da economia no Brasil pós-pandemia.

Este anuário traz números e dados atualizados que servirão de base para novos estudos e tomada de decisões de gestores públicos, órgãos de financiamento e fomento, fornecedores de equipamentos e prestadores de serviços. Precisamos de bons projetos, e bons projetos demandam bons estudos e dados confiáveis.

É importante destacar também o relato contido neste Panorama dos avanços que o segmento privado já está demonstrando em questões de suma importância para a sociedade, como o trato das questões am-

bientais, a eficiência energética e a disposição final do lodo resultante do tratamento de esgoto.

O saneamento talvez seja, dentro do setor de infraestrutura, aquele com maior impacto ambiental e social, na medida em que temos pela frente uma meta de universalização já alcançada por outros setores como telecomunicações e energia.

O Marco Legal do Saneamento é pedra angular desse futuro que desejamos para o setor e nosso país. E a ABCON SINDCON segue sua trajetória se consolidando como uma referência no debate e construção do aperfeiçoamento das políticas públicas relacionadas ao saneamento e para todos aqueles que se interessam por conhecer o setor.

Com o Panorama 2021, reafirmamos esse nosso compromisso.

Teresa Vernaglia

Presidente do Conselho de Administração da ABCON SINDCON

O começo de uma nova era no saneamento



Foram necessários 25 anos para que o atual Marco Regulatório do Saneamento fosse aprovado após a promulgação da Lei 8.987 em 1995, que possibilitou pela primeira vez que houvesse no Brasil contratos privados com mais de cinco anos de duração. Isso era fundamental para que os contratos de concessão, entre eles os de água e esgoto, fossem viáveis em função de sua característica de longo retorno.

A população brasileira passou todo esse tempo sem receber, de forma universalizada, o serviço de água potável de qualidade, coleta e tratamento de esgotos essencial à sua saúde, melhoria de qualidade de vida e de seu bem-estar.

Durante esse tempo, a ABCON SINDCON tem lutado em todas as frentes para reverter essa calamitosa situação, buscando dar fim a um ambiente de manobras para que o *sta-*

tus quo da ineficiência fosse mantido, em detrimento do direito constitucional de cada cidadão ao acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Os “Contratos de Programa” foram finalmente vedados, foi confirmada a titularidade municipal dos serviços de água e esgoto, além do incentivo para prestação regionalizada dos serviços, inclusive em municípios de interesse local, assegurando a viabilidade e segurança jurídica para que novas licitações pudessem acontecer, não excluindo municípios menores e/ou aqueles que, de forma isolada, não fossem viáveis.

Sob nova denominação, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) ganhou o status federal da regulação há muito pretendido, dado o caráter subnacional desse mercado.

Tivemos, ainda, a edição de decretos regulamentadores do novo marco, entre eles aquele que trata da Capacidade Econômico-Financeira dos prestadores de serviços.

Além disso, a nova lei exige, através de cláusula pética, a universalização dos serviços (99% de água potável e 90% de esgoto coletado e tratado) até 2033.

Criou-se Segurança Jurídica, algo que investidores e operadores privados vêm buscando no Brasil há mais de duas décadas.

Com os leilões da Casal, Cesan (Cariacica), Sanesul e Cedae, além daqueles que já estão sendo estudados pelo BNDES, o mercado privado crescerá em dois anos mais do que em 25 anos.

Quem ganha é a população, que receberá, após livre concorrência, serviços regulados, eficientes e de qualidade, através de contratos com metas rígidas e tarifas compatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários, inclusive com previsão de tarifa social para aqueles que dela necessitem.

Se tivéssemos que resumir numa única palavra, tudo isso poder-se-ia chamar de CIDADANIA, em que o direito ao saneamento é observado segundo a Carta Magna, devendo ser acessado por todos de forma indiscriminada.

Carlos Henrique da Cruz Lima

Presidente do Conselho de Administração da ABCON SINDCON no período de julho de 2019 a junho de 2021.

A MUDANÇA JÁ COMEÇOU	12
A CAMINHO DA UNIVERSALIZAÇÃO	24
O PAPEL DO SANEAMENTO NA RETOMADA ECONÔMICA	38
O FUTURO DO SANEAMENTO	56
A EXPERIÊNCIA DO PRIVADO	66
MODELOS DE ATUAÇÃO	84
MAIOR PROGRAMA AMBIENTAL DO PAÍS	98
QUADRO DE CONCESSÕES	114
SOBRE A ABCON SINDCON	130



A MUDANÇA JÁ COMEÇOU

**Os próximos passos para a
implementação do novo marco
legal**

Os três pilares do novo marco

Com a aprovação do novo marco legal do saneamento pelo Congresso Nacional, em sessão realizada em 24 de junho de 2020, e a consequente sanção do texto da Lei 14.026/20 pelo Executivo em 15 de julho do mesmo ano, as premissas fundamentais foram estabelecidas para o país deixar de figurar nos últimos lugares do ranking mundial.

A Lei 14.026/20 aponta um caminho estruturado para o setor, ancorado em três grandes pilares: (a) regulação adequada; (b) maior competição; e, (c) geração de ganhos de escala aprimorada na prestação dos serviços, pilares esses que visam à universalização dos serviços de saneamento básico.

A regulação adequada decorrerá da atuação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), editando normas de referência do setor e apoiando os reguladores infranacionais. Sua estruturação, ágil e efetiva, aumentará a estabilidade institucional, quesito fundamental para atrair investimentos e proteger os usuários dos serviços de saneamento básico.

A competição promoverá mais eficiência e maior abertura do mercado aos novos operadores, viabilizando os investimentos necessários para a universalização e promovendo maior qualidade dos serviços prestados à população.

A indução a essa competição se materializa com o fim dos contratos de programa – a aprovação dos vetos do Executivo ao texto da Lei 14.026/20, em 17 de março de 2021, confirmou que os contratos de programa para a prestação de serviços públicos de saneamento básico não poderão ser renovados, e os contratos irregulares (delegação vencida, sem delegação ou em desacordo com as exigências legais) são considerados precários. Nesses casos, a prestação do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário estará sujeita à licitação quando o serviço não for prestado diretamente pelo próprio titular.

As licitações e/ou leilões de serviços públicos como o saneamento podem se dar das seguintes formas:

- Por maior outorga (ágio): a empresa detentora dos requisitos de qualificação previstos no Edital de Licitação que oferece o maior lance em relação ao valor mínimo de outorga é considerada a ganhadora do leilão.
- Pela menor tarifa (deságio): vence o leilão a empresa detentora dos requisitos de qualificação previstos no Edital de Licitação que apresentar o menor valor de tarifa a ser cobrada dos usuários.
- Ou por um modelo híbrido que combine os dois fatores.

A geração de ganhos de escala na prestação dos serviços é mandatória para que os municípios de menor porte e menos atrativos, do ponto de vista técnico e econômico, sejam beneficiados com a expansão dos serviços de água e esgoto aguardada com o novo marco legal.

A prestação regionalizada por meio do agrupamento de municípios é prevista na Lei 14.026/20 e abre caminho para o setor usufruir, de forma efetiva e organizada, dos benefícios do ganho de escala, viabilizando a prática do subsídio cruzado. Assim, é possível garantir a oferta de saneamento básico também nas localidades de menor potencial econômico ou condições geográficas e de disponibilidade hídrica desfavoráveis para a rentabilidade do serviço (leia mais adiante, no item sobre regionalização).

TABELA 1
As mudanças do novo marco legal do saneamento

Como era antes?	Com a Lei 14.026/20
Contratos de programa – celebrados e renovados entre estados e municípios, sem a necessidade de licitação.	Contratos de Concessão – necessidade de licitação prévia, aberta a operadores públicos e privados.
Regulação – difusa e sem diretrizes nacionais.	Regulação com normas de referência da ANA – a agência passa a ser responsável pela edição de normas de referência para a regulação em todo o país, cujo cumprimento é requisito para o acesso a recursos onerosos e não onerosos da União para saneamento.

Leis alteradas com o novo marco do Saneamento	
Lei 11.445/07	Antigo marco legal do setor.
Lei 13.089/15 (Estatuto da Metrópole)	Alterada para estender seu âmbito de aplicação a unidades regionais.
Lei 11.107/05	Alterada para vedar a prestação de serviços de saneamento por contrato de programa.
Lei 9.984/00	Alterada para atribuir novas competências à ANA.
Lei 13.529/17	Alterada para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados..
Lei 10.768/03	Alterada para introduzir o nome e as atribuições do cargo de especialista em recursos hídricos.

GRÁFICO 1
Cronologia da Lei 14.026/20



Desafios e prazos da regionalização

O desafio nesse momento é garantir a implementação da prestação regionalizada por meio de mecanismos de incentivo ao agrupamento de municípios em cada estado, respeitando a titularidade municipal em caso de interesse local. A prestação regionalizada não significa a transferência da titularidade para os estados.

A transição para o modelo evoluir até que tenhamos todos os blocos estruturados já começou, o prazo para a criação das unidades regionais pelos estados se encerrou em 15 de julho de 2021 e a adesão – ou não – dos municípios a estas unidades deve acontecer, de acordo com o decreto 10.588/20, até 31 de março de 2022.

Pela lei, essa foi a data-limite para a formalização das unidades regionais que foram estabelecidas pelos governos estaduais em seu território. Nos estados em que não houve esse arranjo promovido pelo

governo local, caberá ao governo federal estabelecer os blocos de referência para a prestação regionalizada. A União está incentivando a implementação da regionalização nos estados.

Também são admitidas outras formas de gestão associada para a caracterização da prestação regionalizada, como os consórcios públicos e a gestão associada, ambos de acordo com os limites previstos na atual regulamentação.

A regionalização tem como objetivo garantir o acesso de todos ao saneamento básico, inclusive nas áreas mais pobres, que não podem ficar sem a prestação desses serviços essenciais.

A consolidação da regionalização, seja por meio das unidades regionais ou blocos de referência, é um processo que demanda o diálogo entre a esfera estadual e os municípios. Essa etapa está em curso em todo o país e precisa avançar.

Acesso a recursos da União

O Decreto 10.588/20 dispõe sobre o Apoio Técnico e Financeiro da União, conforme expresso no artigo 13 da Lei 14.026/20, novo marco legal do setor. Ele trata das condições para a alocação de recursos públicos federais, onerosos e não onerosos, conforme previsto pelo artigo 50 da Lei 11.445/07, bem como das diferentes formas de apoio técnico da União aos estados e municípios no saneamento para a transição da prestação dos serviços para o modelo regionalizado.

O novo marco legal do saneamento incluiu, dentre as condições para acesso a recursos onerosos e não onerosos da União para o saneamento básico, a necessidade de estar regionalizado. Logo, a não adesão do município à unidade regional ou bloco de referência para o qual estaria designado será sancionada com a perda de acesso a recursos federais.

Como regra de transição para o modelo regionalizado, o Decreto 10.588/20 determinou um prazo limite para os municípios estarem dentro de uma prestação regionalizada, seja por meio (i) da adesão às unidades regionais, criadas pelos estados até 15 de julho de 2021; (ii) da adesão aos blocos de referência que tenham sido criados pela União; ou (iii) da formalização de consórcios públicos ou instrumentos de gestão associada.

Logo, as localidades que não estabelecerem a prestação regionalizada até 31 de março de 2022, não terão acesso a

recursos públicos federais e financiamentos com recursos da União, ou com recursos geridos ou operados por seus órgãos ou entidades, sendo que a restrição permanece vigente enquanto o município não aderir a alguma forma de regionalização.

Conforme adiantado na seção anterior, as cidades onde a prestação do serviço público de saneamento básico não esteja regionalizada têm até 31 de março de 2022 para realizar a transição para esse modelo, seja pela adesão às unidades regionais ou blocos, criados pelos estados e União, respectivamente, seja por meio de outros instrumentos de gestão associadas existentes (consórcios públicos ou convênios de cooperação).

O impacto do Decreto 10.588/20 se estende ao atendimento das normas de referência que serão estabelecidas pela ANA, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. O cumprimento das normas de referência também é condicionante para o aporte de recursos públicos federais onerosos (financiamentos) e não onerosos, tão logo essas venham a ser editadas.

Regra de transição

Os contratos de concessão e de PPP precedidos de licitação ou que sejam objeto de estudos já contratados pelas instituições financeiras federais anteriormente à data de publicação do Decreto 10.588/20 não sofrerão restrição para a alocação de recursos públicos federais e financiamentos com recursos da União caso não prevejam a prestação regionalizada.

Nesses casos, a restrição de acesso a recursos onerosos e não onerosos para saneamento permanecem vigentes até que o referido município esteja inserido em uma prestação regionalizada. Ou seja, caso a adesão a uma estrutura regionalizada ocorra após 31 de março de 2022, a restrição deixa de existir e o município volta a ser elegível à alocação de recursos da União para saneamento.

GRÁFICO 2

Data limite para formalização da prestação regionalizada e suas consequências

A partir de 31/03/2022

Municípios que:

- não formalizarem uma estrutura de prestação regionalizada;
- não tiverem contratos de concessão ou PPP vigentes;
- ou não estiverem com um projeto em estruturação pelo BNDES ou FEP (Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPPs, da Caixa Econômica Federal).

NÃO terão acesso a recursos públicos federais onerosos (BNDES, CEF etc.) e não onerosos (recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional).

Importante: É preciso que a concessão, PPP ou estruturação já estivesse em andamento na data de publicação do Decreto. Assim, se algum município quiser realizar uma PPP isoladamente após a data de publicação do Decreto, não terá acesso a recursos públicos federais a partir de abril de 2022.

Modelagem

Uma das diretrizes para a regionalização são os chamados serviços de interesse comum, que implicam infraestrutura compartilhada entre mais de um município, inseridos em uma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião. Nesses casos, a adesão é compulsória e a modelagem desses blocos precisa levar em consideração as relações de interdependência entre os municípios.

Um exemplo de modelagem de prestação regionalizada foi a criação dos blocos de municípios pelo BNDES para o leilão da Cedae, no Rio de Janeiro, cuja adesão dos municípios se deu por instrumentos de gestão associada ou pela aprovação do órgão metropolitano – no caso da Região Metropolitana. Para permitir ganhos de escala, viabilidade técnica e atratividade econômica, o estado foi dividido em quatro blocos de municípios, e cada um desses blocos conta com uma região da capital.

Quando os estudos para a licitação da prestação regionalizada apontarem para a inviabilidade econômico-financeira da universalização até 2033, a lei permite que as metas sejam adiadas até 1º de janeiro de 2040, desde que haja anuência prévia da entidade reguladora que, em sua análise, deverá observar o princípio da modicidade tarifária.

Caso as metas não possam ser atendidas dentro do novo prazo, essa prestação regionalizada **NÃO É VIÁVEL** e precisa ser reestruturada.

A União, conforme previsto no Decreto 10.588/20, poderá prestar apoio técnico e financeiro na modelagem para a transição do modelo para a prestação regionalizada, desde que os titulares dos serviços cumpram as etapas previstas na Lei 14.026/20, conforme previsto no Artigo 13.

Não há receita única para a modelagem da prestação regionalizada. Cada localidade tem características e desafios próprios que precisam ser tecnicamente bem analisados. É válido observar bons exemplos modelados, como é o caso do projeto da Região Metropolitana de Maceió, da CEDAE e outros projetos em estruturação pelo BNDES.

Além dos aspectos técnicos e financeiros, há também questões políticas que precisam ser observadas. O diálogo entre os gestores públicos é fundamental para o sucesso desse modelo.

Comprovação da capacidade econômica

Outra norma relevante para complementar a regulação do novo marco do saneamento é o Decreto 10.710/21. Publicado no último dia 31 de maio, ele estabelece a metodologia de comprovação da capacidade econômica-financeira das operadoras de serviços de abastecimento de água potável e/ou de esgotamento para cumprir as metas de universalização do novo marco legal do saneamento.

Deverão comprovar a capacidade econômico-financeira todas as operadoras que prestam seus serviços com base em contratos de programa (operadores públicos) e os prestadores que passaram por licitação (operadores privados) e irão incluir as metas de universalização.

Em uma primeira fase, é feita uma análise contábil da situação financeira, a partir dos balanços auditados dos últimos cinco anos, levando-se em consideração os ativos, passivos, receitas e a própria capacidade de investimento, entre outros fatores.

O prazo para a entrega dos documentos referentes a essa primeira fase termina no final deste ano. Até 31 de março de 2022, a agência reguladora local deverá tomar a decisão sobre a efetividade dessa comprovação de boas condições financeiras.

Após esse primeiro filtro, as empresas deverão mostrar que possuem condições de financiar e/ou custear os futuros empreendimentos, seja com recursos próprios ou provenientes de uma instituição financeira. Será preciso apresentar estudos de viabilidade para a universalização e um plano de captação de investimentos para atingir as metas.

Nessa segunda etapa, será possível aplicar a regionalização aos contratos de concessão e constituir SPEs que tenham solidez para assumir os projetos estabelecidos. Uma possibilidade é o estreitamento de parcerias entre o público e o privado. O prazo para essa segunda comprovação expira ao final de 2022.

Atualização do Decreto 7.217/10

O Decreto 7.217, publicado em 21 de junho de 2010, regulamenta a Lei 11.445/07 e tem como referência a redação anterior da lei. Como o novo marco legal do saneamento reviu profundamente a legislação do setor, é preciso que o texto que a regulamenta também seja atualizado.

Há uma série de tópicos relevantes que necessitarão de regulamentação complementar: regras sobre a interrupção dos serviços, a relação dos serviços de saneamento básico com os recursos hídricos, o planejamento, as normas de referência, o controle social, as condições de validade dos contratos, dentre outros.

Demais decretos do arcabouço legal do novo marco

Criado logo após a publicação da Lei 14.026/20, por meio do Decreto 10.430 do Executivo, de 20 de julho de 2020, o Comitê Interministerial do Saneamento Básico (CISB) tem o objetivo de implementar a política federal de saneamento, articulando os órgãos públicos e entidades financeiras estatais em ações de desenvolvimento do setor. Uma de suas atribuições é definir a alocação de recursos da União para o saneamento.

O Comitê é presidido pelo Ministro do Desenvolvimento Regional, além de contar com o Ministério da Economia, Casa Civil e ainda as pastas de Saúde, Meio Ambiente e Turismo.

A close-up photograph of a woman's face, focusing on her eyes and nose. She is wearing a magnifying glass over her nose, which is positioned in the lower center of the frame. The background is dark, making her face the central focus. The text "A CAMINHO DA UNIVERSALIZAÇÃO" is overlaid on the right side of the image.

**A CAMINHO DA
UNIVERSALIZAÇÃO**

O Saneamento hoje e a atuação das operações privadas

De maneira geral, a evolução dos indicadores de cobertura dos serviços de água e esgoto no Brasil tem sido pouco expressiva, refletindo a escassez de investimentos realizados no setor ao longo dos últimos cinco anos.

Na comparação do período compreendido entre 2015 e 2019, houve uma pequena regressão no índice de atendimento de água em áreas urbanas (atingia 93,08% em 2015 e caiu para 92,95% em 2019) e uma tímida melhora no índice de esgoto tratado referido à água consumida (42,67% em 2015, passando a 49,09% em 2019).

Sem as bases de um marco legal que induzisse a competição, como ocorre hoje com a Lei 14.026/20, a iniciativa privada manteve participação praticamente inalterada nesse período, e hoje atende de forma plena ou parcial, de acordo com o modelo de concessão observado em cada município, 15% da população (31,6 milhões de pessoas).

Contudo, apesar de estarem presentes em apenas 7% dos municípios, as concessões privadas de saneamento já alcançam 33% do total investido pelas companhias do setor. Em 2019, foram aplicados R\$ 4,8 bilhões pelas operadoras privadas, diante de um investimento total de R\$ 14,8 bilhões, considerando todas as operadoras.

Esses investimentos são reflexo de 191 contratos firmados, desde a modalidade de concessões plenas e parciais até PPPs e subdelegações, que atingem 389 cidades, dos quais 42% são consideradas pequenos municípios, com até 20 mil habitantes, e outros 22% são formados por municípios na faixa de 20 mil a 50 mil habitantes.

A seguir, apresentamos alguns exemplos bem-sucedidos de municípios com concessões privadas que estão assegurando ou já atingiram a universalização.

GRÁFICO 3
Evolução da cobertura dos serviços de água e esgoto (%)

Fonte: SNIS 2015-2019

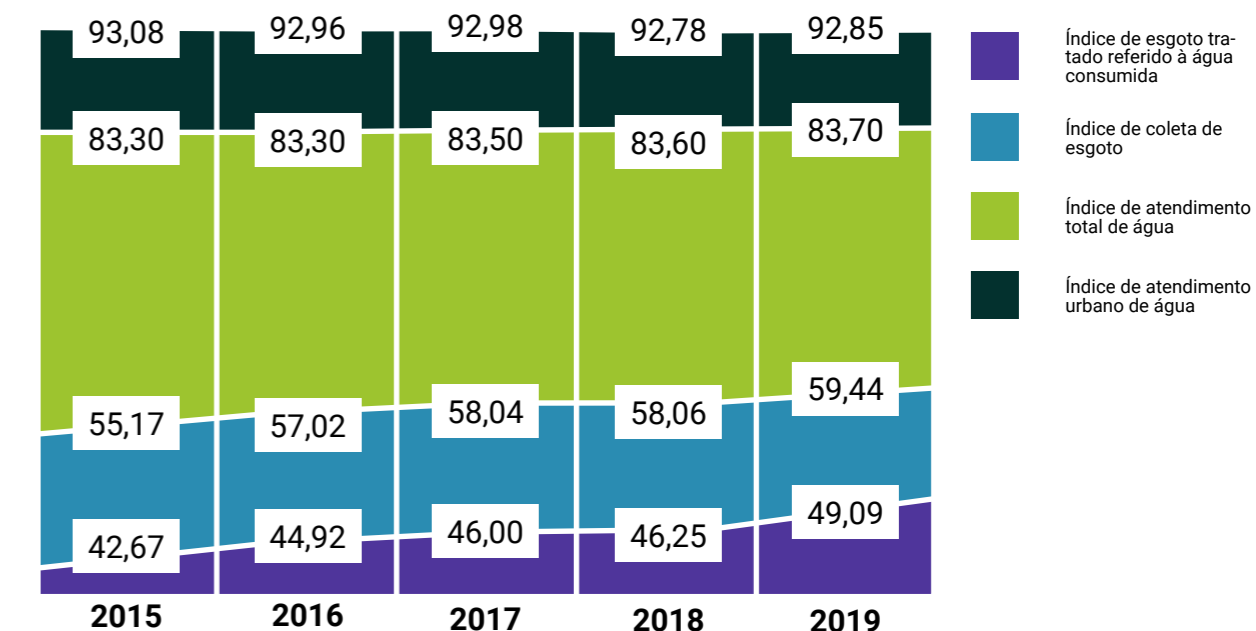


GRÁFICO 4
População atendida por operador privado (%)

Fonte: SPRIS

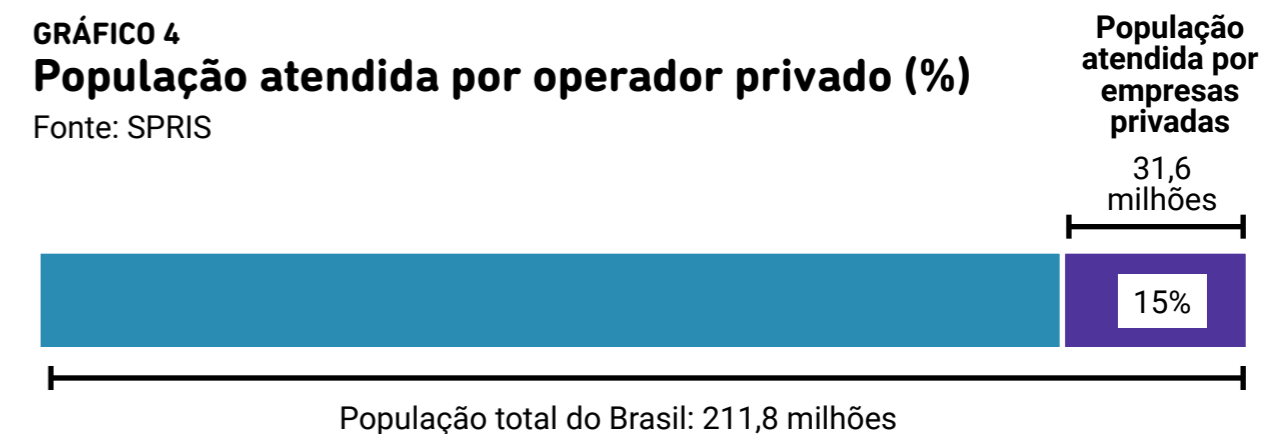
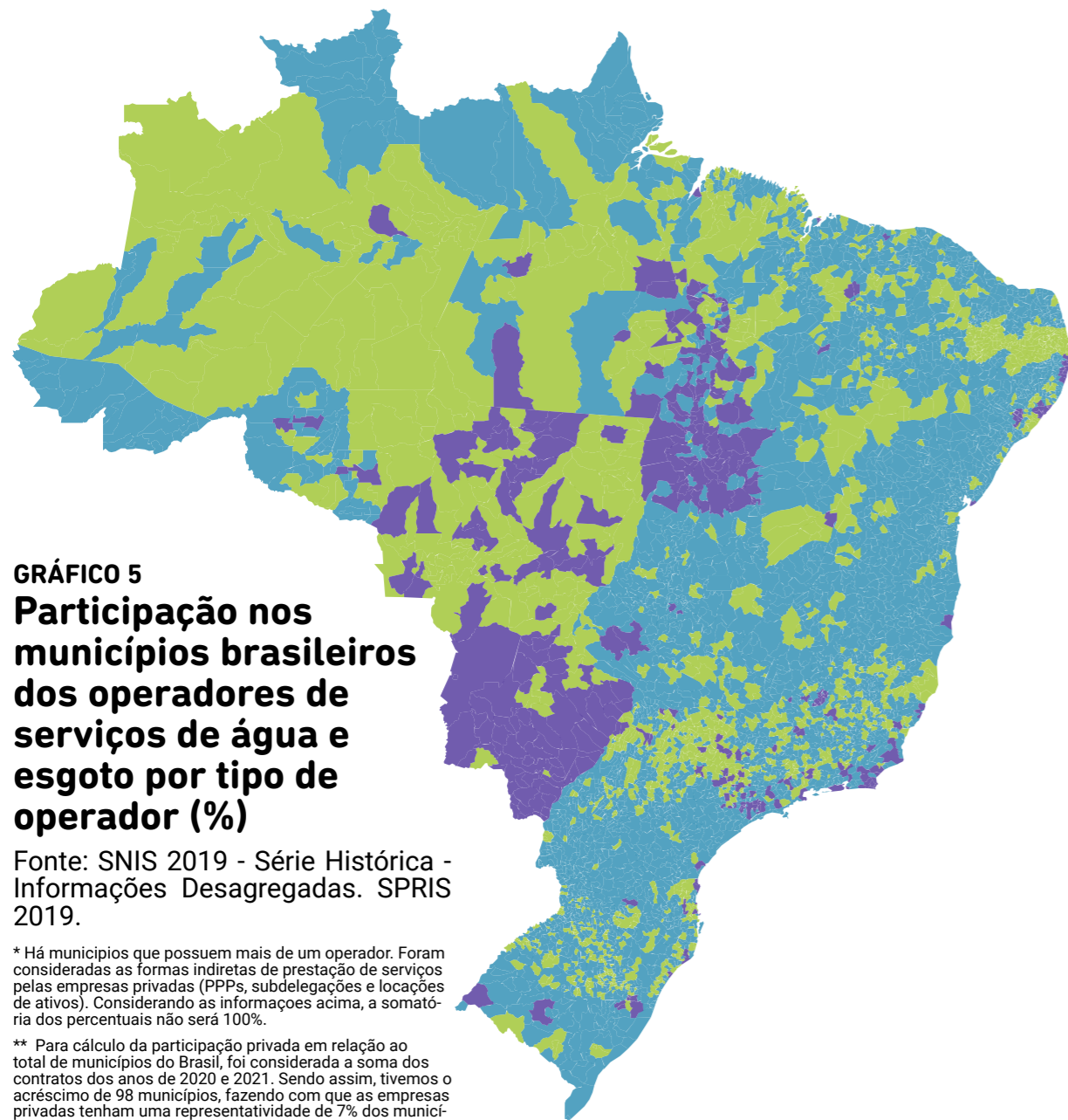


GRÁFICO 5
Participação nos municípios brasileiros dos operadores de serviços de água e esgoto por tipo de operador (%)

Fonte: SNIS 2019 - Série Histórica - Informações Desagregadas. SPRIS 2019.

* Há municípios que possuem mais de um operador. Foram consideradas as formas indiretas de prestação de serviços pelas empresas privadas (PPPs, subdelegações e locações de ativos). Considerando as informações acima, a soma dos percentuais não será 100%.

** Para cálculo da participação privada em relação ao total de municípios do Brasil, foi considerada a soma dos contratos dos anos de 2020 e 2021. Sendo assim, tivemos um acréscimo de 98 municípios, fazendo com que as empresas privadas tenham uma representatividade de 7% dos municípios do Brasil em 2021.



Empresas privadas

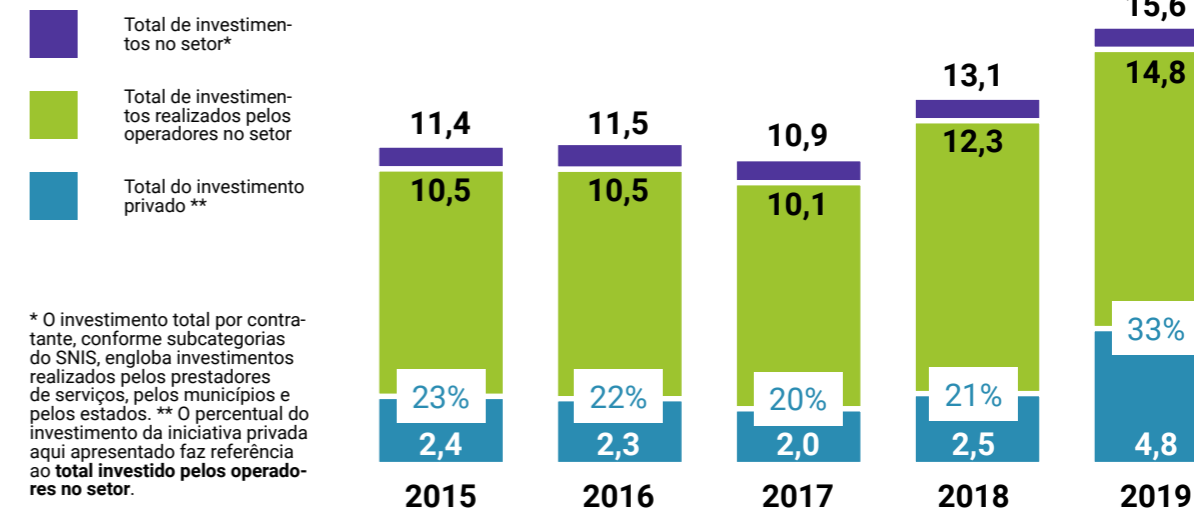
Companhias estaduais 70%

Serviços municipais 26%

7%

GRÁFICO 6
Histórico dos investimentos realizados no setor com destaque para o investimento privado (R\$ bilhões)

Fonte: SNIS e SPRIS



* O investimento total por contratante, conforme subcategorias do SNIS, engloba investimentos realizados pelos prestadores de serviços, pelos municípios e pelos estados. ** O percentual do investimento da iniciativa privada aqui apresentado faz referência ao total investido pelos operadores no setor.

Apesar de corresponder a apenas **7% dos municípios**, as concessões privadas de saneamento alcançaram **33% do total investido** pelos operadores no setor. São investimentos sólidos, baseados em contratos com metas estabelecidas.

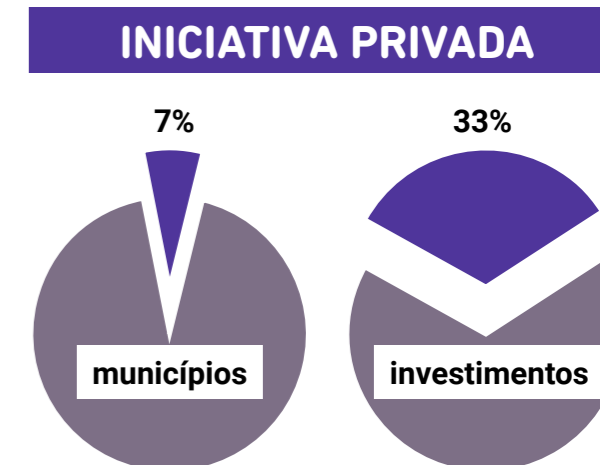


GRÁFICO 7
Evolução do número de municípios e contratos firmados com a iniciativa privada no saneamento (1994 - 2020)

Fonte: SPRIS

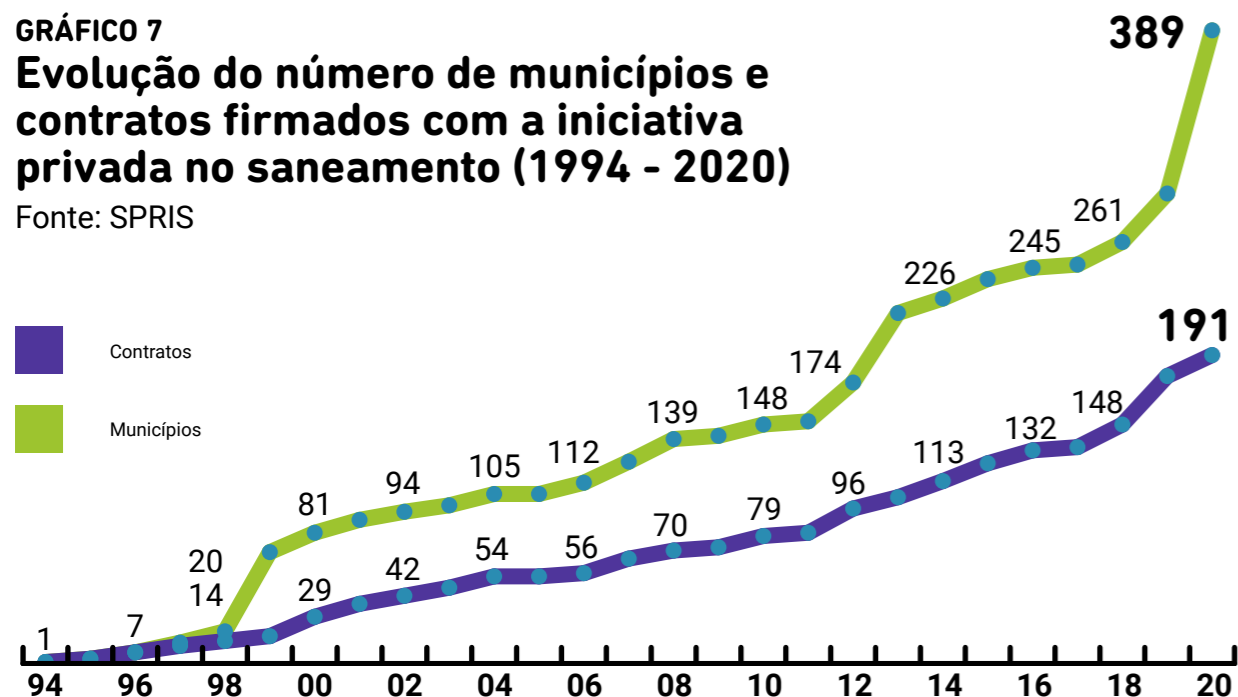
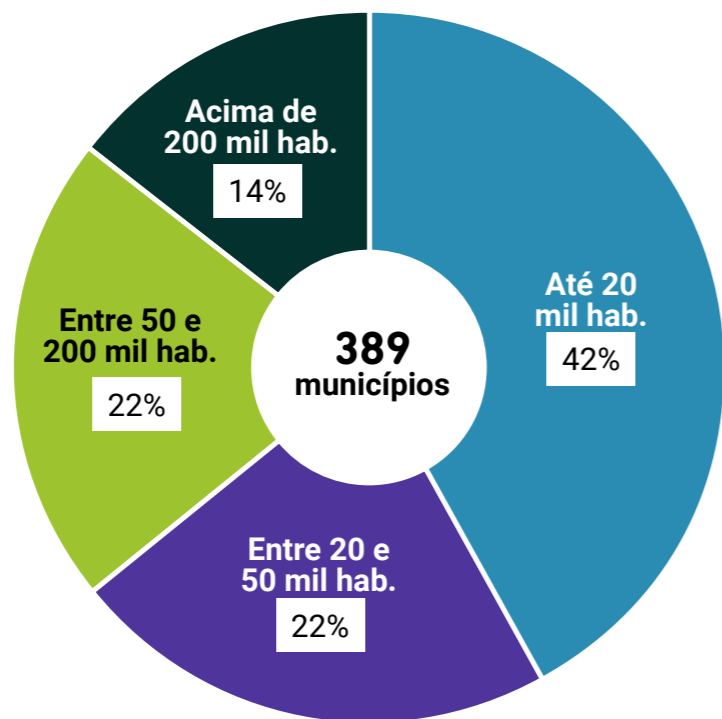


GRÁFICO 8
Municípios com participação do segmento privado por tamanho da população (%)

Fonte: SNIS e SPRIS 2019



Iniciativa privada no saneamento: Investimentos são prioridade

Municípios com investimentos assegurados para a universalização

Caçador (SC)

Concessão Plena

Há pouco mais de dois anos, a BRK Ambiental iniciou a operação com o objetivo de sanar o crônico problema de falta d'água para os moradores de Caçador. Com investimentos previstos na ordem de R\$ 220 milhões, a empresa destinará, até 2024, R\$ 73,6 milhões para garantir os serviços de saneamento, contribuindo para a melhora da saúde e qualidade de vida dos quase 80 mil habitantes do município.

Nos primeiros anos de operação, houve uma força-tarefa para solucionar problemas recorrentes de interrupções no abastecimento de água. Foram instaladas novas elevatórias e a reestruturação das já existentes, ampliação e modernização das estações de captação de água bruta e de tratamento de água. Além disso, uma nova adutora de 1.500 metros e 300 milímetros de diâmetro foi instalada para beneficiar um dos setores mais críticos, a zona leste do município.



Uma ação que beneficiou diretamente cerca de 10 mil habitantes, que passaram a receber normalmente água em suas torneiras.

A concessionária está investindo agora na setorização da distribuição de água e intensificando o combate às fraudes, além de continuar com o plano de modernização da produção e distribuição de água tratada no município.

A empresa passa a investir agora também na ampliação do sistema de esgotamento sanitário, promovendo mais saúde e qualidade de vida à população, além de garantir a preservação dos rios e dos córregos da cidade.

Casa Branca (SP)

Concessão Plena

Uma nova estação de tratamento de esgoto, inaugurada em 2020, beneficia hoje quase dois mil habitantes em um distrito da cidade. A concessionária Águas de Casa Branca (Terracom Saneamento) assumiu a concessão em 2018 e antecipou o investimento, de quase R\$ 1 milhão na ETE Venda Branca, que estava previsto apenas para 2028. Todo o esgoto passou a ser tratado com a entrada da nova operação.

Em 2019, já havia sido reinaugurada a estação de tratamento de água, que passou por



melhorias e modernização para garantir o abastecimento à população.

A concessionária trabalha para a universalização do saneamento em Casa Branca, a fim de tornar a cidade uma referência no setor.

Paraíba do Sul (RJ)

Concessão Plena

A concessionária Águas da Condessa, do Grupo Águas do Brasil, iniciou oficialmente as atividades no município de 44 mil habitantes em dezembro de 2020, com o objetivo de praticar tarifas mais baixas e solucionar a questão dos serviços descontinuados à população.

O investimento é de aproximadamente R\$ 85 milhões para os 35 anos de concessão, sendo R\$ 24 milhões já nos próximos cinco anos. Para o sistema de coleta e tratamento de esgoto, hoje inexistente,



a concessionária avançará para uma cobertura de 25% dos imóveis da cidade nos primeiros cinco anos, contribuindo para a qualidade de vida da população e preservando o meio ambiente a partir da proteção à bacia do rio Paraíba do Sul, principal manancial da região.

Paraibuna (SP)

Concessão Plena

Desde que assumiu os serviços de saneamento básico do município paulista, em 2015, a concessionária CAEPA, do Grupo GS Inima Brasil, priorizou o investimento na modernização do sistema de abastecimento de água potável, que incluiu a substituição da rede no centro da cidade, com mais de 60 anos, e na implantação do sistema de esgotamento sanitário.

O investimento total previsto para o município é de R\$ 20,5 milhões num período de 30 anos de concessão.



Paranaguá (PR)

Concessão Plena

O município recebeu em 2018 uma nova estação de tratamento de esgoto (ETE), que atende 18 bairros, com cerca de 40 mil moradores. Com a nova estação, a concessionária Paranaguá Saneamento, do Grupo Iguaçu, aumentou o índice de cobertura de tratamento de efluentes de 70% para 90%. A partir desse indicador, Paranaguá entrou para a lista das cidades mais saneadas do Brasil.

O investimento foi de R\$ 47,8 milhões. Nesse montante, foram incluídas não apenas a construção da estação de tratamento de esgoto, mas também a implantação de 18 estações elevatórias de esgoto e a instalação de 7.500 ligações de redes domiciliares. Ainda foram instalados 72.000 metros



de redes coletoras e um emissário (tubulação que transporta o efluente tratado até uma ponte de descarte no rio) com 2.000 metros de extensão.

A concessionária assinalou ainda vários avanços em sua gestão. Na Ilha do Mel, para garantir o abastecimento regular do balneário em período de superpovoamento, a empresa investiu no início do ano passado R\$ 500 mil na implantação de reservatórios flexíveis, instalados próximo à praia para possibilitar o abastecimento por barcas, o que contribuiu para o aumento da disponibilidade de água sem afetar os sistemas de captação do local.

Rio Claro (SP)

PPP Esgoto

Com quase 210 mil habitantes, a cidade é considerada referência quando o assunto é a ampliação dos serviços de esgoto. Em apenas 10 anos, o índice de tratamento saltou de 11% (antes da concessão dos serviços) para 92%. A universalização – 100% da população atendida – está prevista para o próximo ano (2022).

Em 2007, a BRK Ambiental assumiu a gestão dos serviços de coleta, afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários na cidade e passou a realizar investimentos em obras de complementação, adequação e modernização do sistema. Atualmente, o tratamento de esgoto no município atinge 1,3 milhão de m³ tratados mensalmente, o que equivale a aproximadamente 500 litros por segundo em média no ano de 2021.

Os investimentos para o tratamento de esgoto já ultrapassam R\$ 309 milhões nos 13 anos de concessão, impactando a qualidade de vida, com efeitos conhecidos em saúde pública e no meio ambiente. Com tratamento de esgoto eficiente, Rio Claro despoluiu seus principais rios e córregos.



A cidade, inclusive, foi inserida na lista dos municípios brasileiros com os melhores resultados em saneamento básico.

No ano passado, Rio Claro foi listada no ranking anual da Universalização do Saneamento, divulgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES), na categoria “Rumo à Universalização”, de maior pontuação na listagem. Também em 2020, a cidade se destacou em segundo lugar na categoria Saneamento e Meio Ambiente do Ranking de Competitividade dos Municípios, divulgado, de forma inédita, pelo Centro de Liderança Pública (CLP) em razão da despoluição de seus rios.

Santa Rita do Passa Quatro (SP)

Concessão Plena

Em apenas cinco anos de operação, o índice de coleta e tratamento de esgotos na área urbana do município, localizado na bacia hidrográfica do Mogi-Guaçu, subiu de 36% para 100% da população, enquanto o índice de perdas de água tratada caiu de 61% para 26%.

Controlada pela GS Inima Brasil, Said e Enorsul, a concessionária Comasa tem investido na modernização do sistema de abastecimento de água captada dos rios Passa Quatro e São Valentim, na construção de novas captações de águas superficiais e poços ar-



tesianos, de estações elevatórias de água e na otimização do sistema de esgotamento sanitário que atende os 25 mil habitantes do município. A Comasa iniciou sua operação em 2016, e atenderá a população de 25 mil habitantes até 2046.

Municípios que atingiram a universalização

Estudo divulgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) em junho de 2020 mostrou que apenas 98 cidades do país estão no estágio chamado de “rumo à universalização”. Entre elas, municípios que contam com concessionárias privadas há mais de uma década estão colhendo agora os frutos dos sólidos investimentos realizados para melhorar os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto disponíveis à população.

São investimentos que afetam diretamente a qualidade de vida dos habitantes ao garantirem seu acesso à água potável, com regularidade e qualidade, além de esgotamento sanitário, que evita doenças e preserva o meio ambiente.

A seguir, apresentamos dois exemplos dessa evolução:

Cachoeiro de Itapemirim (ES)

Concessão Plena

Um dos primeiros municípios do país a conceder a administração dos serviços de água e esgoto à iniciativa privada, no ano de 1998. Desde o início da concessão, foram mais de R\$ 429 milhões investidos em obras, ampliação, melhorias e modernização dos serviços. A cidade está hoje abaixo da média do Brasil no índice de perdas, com 22,51%. Antes da concessão, a cobertura de atendimento com rede de água tratada na área urbana era de 87%, e as perdas superavam 56%. O percentual de moradias com esgotamento sanitário era de apenas 5% na área urbana. Já o sistema de tratamento de esgoto era inexistente e aproximadamente 21 milhões de litros eram lançados por dia no rio Itapemirim.

Hoje, cerca de 193 mil habitantes na área urbana do município possuem o serviço de coleta de esgoto. Do total coletado, 98,15% é tratado. O abastecimento de água tratada alcança 100% das residências urbanas.

Por meio de um novo termo aditivo ao contrato de concessão, desde maio de 2019 a BRK Ambiental passou a atender comunidades fora do perímetro urbano, que, até então, eram abastecidas somente por meio de carros-pipa. No total, foram construídos 24 quilômetros de redes de água e esgoto para interligar essas comunidades nas redes públicas.



No ano de 2012, a concessionária se tornou autossustentável em energia após a construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Ilha da Luz na ETA João Goulart, garantindo a eficiência energética e operacional do sistema.

A concessionária mantém um novo plano de investimentos, que começou em 2018 e irá até 2022, prevendo a modernização e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em todos os bairros e distritos do município, em um total de R\$ 30 milhões em investimentos. Em março de 2021, recebeu a recertificação das normas ISO 14001: 2015 (Sistema de Gestão Ambiental) e a ISO 9001: 2015 (Sistema de Gestão da Qualidade) para um novo ciclo de três anos, além de conquistar a certificação da norma ISO 45001: 2018 (Norma Internacional para o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional) que traz como foco a melhoria do desempenho em termos de Saúde e Segurança do Trabalho.

Ribeirão Preto (SP)

Concessão de Esgoto

Em 1995, a GS Inima Ambient tornou-se a concessionária de serviços de esgotamento sanitário escolhida para atuar no tratamento de esgoto deste município paulista, à época com 450 mil habitantes (e apenas 2% do esgoto doméstico tratado por meio de uma lagoa no distrito de Bonfim Paulista).

Atualmente, com cerca de 700 mil habitantes e 98% de cobertura na coleta e tratamento de esgoto, Ribeirão Preto ocupa tanto o ranking de melhores cidades em saneamento da ABES quanto o do Instituto Trata Brasil. Com a universalização do tratamento de esgoto na cidade, a concessionária também garantiu a despoluição da bacia hidrográfica do Rio Pardo. A empresa é a responsável pela revitalização de cursos de água da região, que, até 2002, recebiam uma carga diária de 27 toneladas de matéria orgânica bruta.

A concessionária foi também a primeira empresa do país a implantar, em 2011, um sistema de geração de energia elétrica a partir do biogás gerado pela queima do lodo resultante do processo de tratamento do esgoto.



O projeto é duplamente ecológico, pois destina o biogás para queima como combustível nos motores. Isso evita a emissão direta na atmosfera, minimizando a emissão de gases que provocam o efeito estufa. Trata-se de uma fonte de energia renovável, limpa e responsável, que supre aproximadamente 60% da energia necessária à operação da estação de tratamento de esgoto. Diariamente, o volume de biogás gerado fica próximo a 7 mil m³, o que permite produzir 15 mil kwh/dia, garantindo a eficiência energética da ETE Ribeirão Preto.

An aerial photograph showing a large wastewater treatment plant in the foreground, featuring several large circular clarifiers with radial structures. The plant is surrounded by lush green trees. In the background, a dense urban area with numerous high-rise apartment buildings is visible, set against a backdrop of more greenery. A white text box is overlaid on the right side of the image.

O PAPEL DO SANEAMENTO NA RETOMADA ECONÔMICA

O caminho do saneamento para a universalização tem sido longo. Contudo, desde 15 de julho de 2020, quando foi sancionada e publicada a Lei 14.026/20, novo marco legal do saneamento, essa travessia ganhou um importante farol para as empresas que atuam no setor.

Projetar que o Brasil atingirá a médio prazo a universalização dos serviços de água e esgoto no país se tornou algo muito mais palpável, à medida que, após três décadas de atraso e três anos de discussão em Brasília, uma nova realidade para o setor de saneamento está sendo construída.

O saneamento tornou-se uma prioridade. A mudança que elevará os investimentos

do setor está em marcha. Existe uma fronteira a ser desbravada, e a iniciativa privada terá papel fundamental nesse esforço pela universalização.

Hoje, considerando os recentes leilões de Casal, Sanesul, Cariacica e Cedae, as operadoras privadas atendem direta ou indiretamente 15% da população. A expectativa é que elas deverão atingir ao menos 40% até 2030.

O impacto dessa tão aguardada evolução do saneamento afetará de forma contundente a economia. O setor será a mola propulsora da retomada econômica do país após a crise sanitária, tanto em geração de empregos quanto em investimentos.

O desafio da universalização

Déficit no atendimento à população

A deficiência dos serviços de saneamento é enorme: ela atinge 48% da população, equivalente a 101 milhões de pessoas que não têm atendimento de esgoto, e 16% que não possuem abastecimento de água. Ou seja, 34 milhões de pessoas não têm água potável em suas torneiras, segundo estudo da KPMG¹ em parceria com a ABCON SINDCON.

Escassez de investimentos

O estudo KPMG/ABCON SINDCON aponta que os recentes investimentos realizados no saneamento não foram suficientes para atender às metas do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), o que significa menor cobertura e menos obras, gerando um déficit que se acumula ano após ano.

Em 2019, os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) indicaram que o investimento total no setor alcançou apenas R\$ 15,6 bilhões.

1. Quanto custa universalizar o saneamento básico no Brasil, versão atualizada, 2021

GRÁFICO 9

Investimento previsto pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) X Investimento realizado

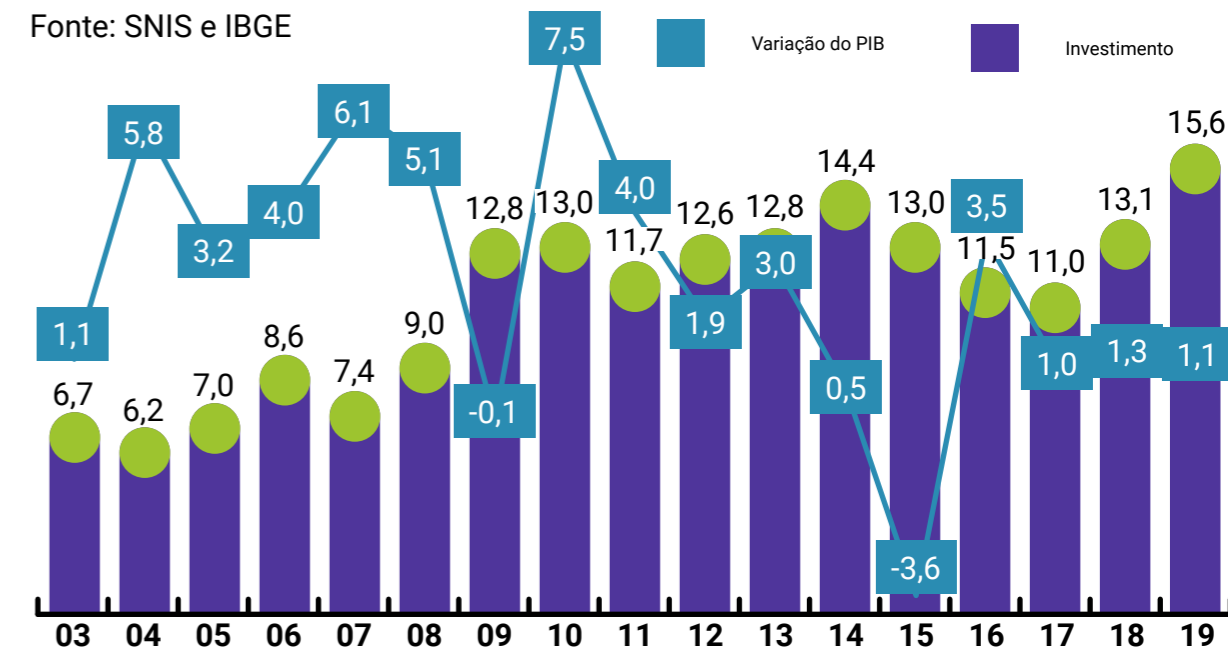
Fonte: Plansab e SNIS



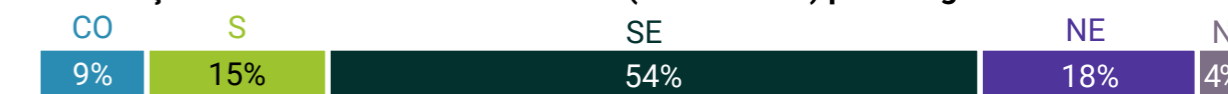
GRÁFICO 10

Evolução histórica de investimentos (R\$ bilhões) x Crescimento do PIB (%) - 2003 a 2019

Fonte: SNIS e IBGE



Distribuição dos investimentos realizados (2003 - 2019) pelas regiões do Brasil



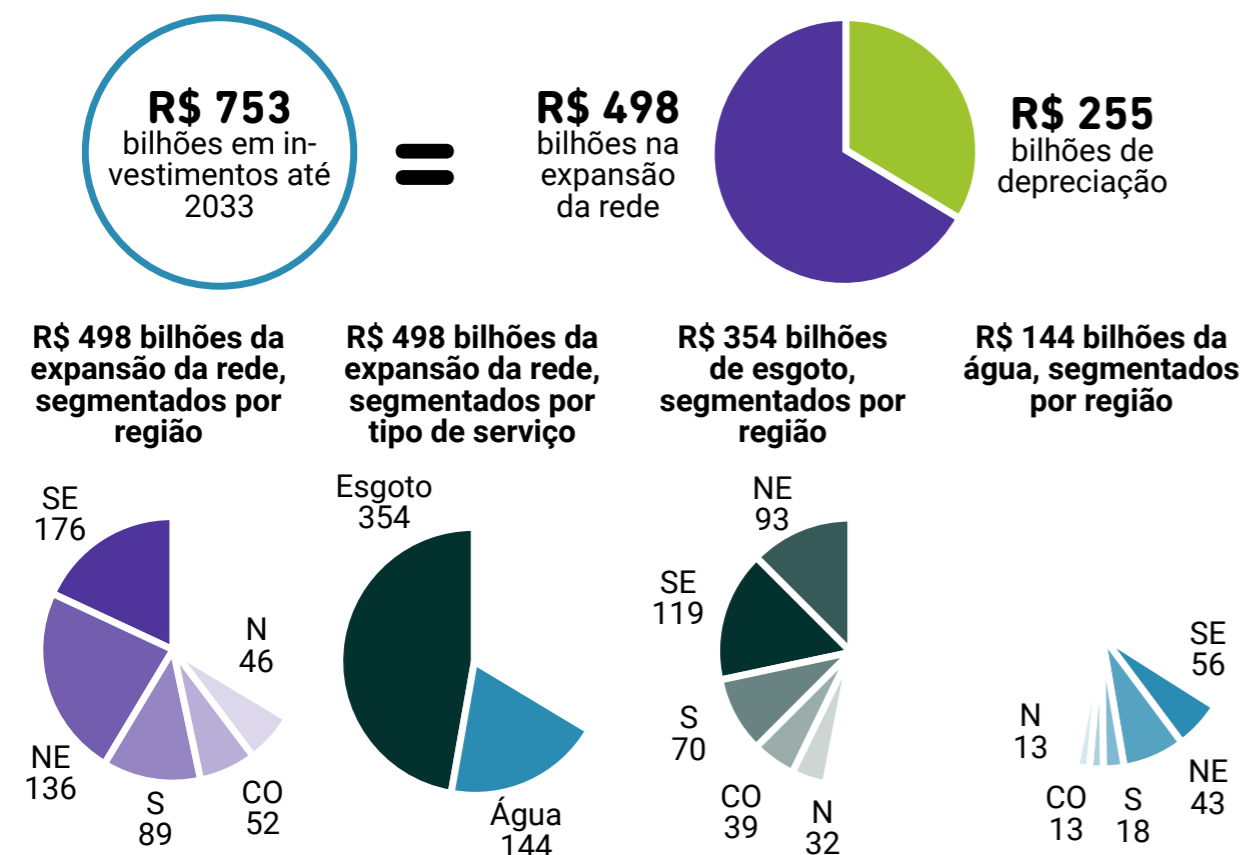
Demanda por investimentos

Ainda segundo o estudo KPMG/ABCON SINDCON, os setores público e privado precisam trabalhar em conjunto para investir mais de R\$ 753 bilhões por um período de 12 anos, a fim de expandir os sistemas

de abastecimento de água e esgotamento sanitário e cobrir a depreciação, com vistas à universalização dos serviços. Desse total, R\$ 255 bilhões seriam referentes à recuperação da depreciação das redes e ativos existentes.

GRÁFICO 11 Estimativa de investimentos para a universalização

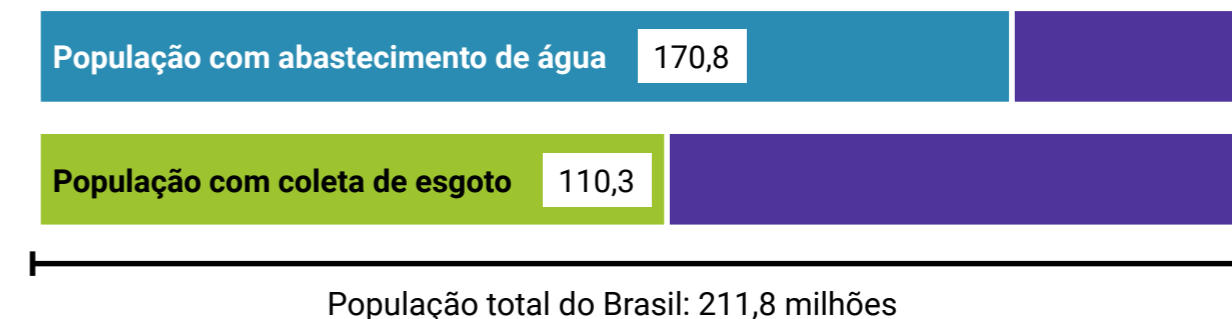
Fonte: Estudo KPMG / ABCON SINDCON



Obs.: Arredondamentos podem levar a variações de 1,0 para mais ou para menos.

GRÁFICO 12 População atendida pelos serviços de água e esgoto (milhões de habitantes)

Fonte: IBGE e SNIS



Cenário atual de investimentos e projeções regionais

O momento é de grande visibilidade nacional para o setor. Há hoje maior necessidade de investimentos de longo prazo, o que em saneamento é um jogo de "ganha-ganha", com inúmeros impactos positivos para a sociedade e o meio ambiente.

Devido à sua capilaridade, o setor possui uma relevante cadeia produtiva, com um potencial multiplicador da economia que beneficia diretamente a população local. Tanto a construção civil quanto a indústria de máquinas e equipamentos, principais setores industriais impactados pelos investimentos em saneamento, contratam mão de obra local e geram renda direta entre os municípios em que atuam.

Somente o *pipeline* de investimentos sob modelagem do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) inclui seis projetos de concessões ou Parcerias Público-Privadas (PPPs) para abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o país, totalizando R\$ 16 bilhões de investimento.

Diante de todo esse potencial e da urgente necessidade de investimento no setor, o saneamento se apresenta, a partir do novo marco legal, como a alternativa mais robusta para a retomada econômica do país no pós-pandemia.

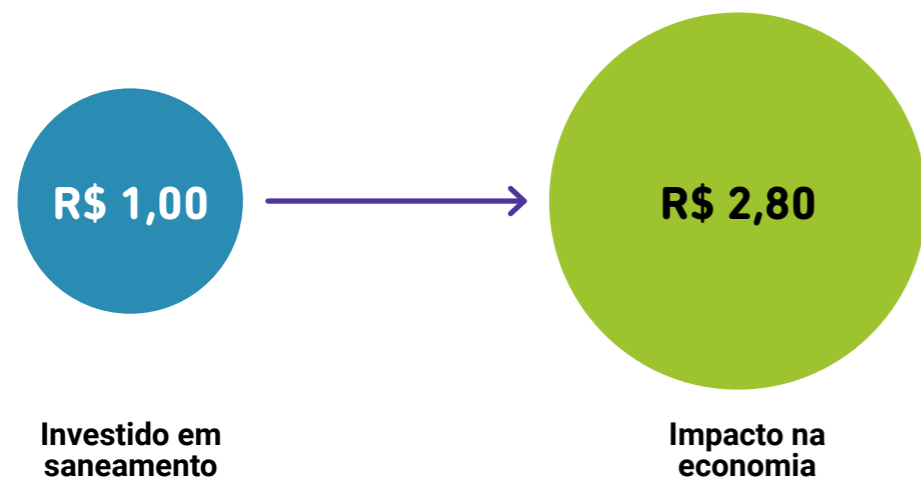
Efeito Multiplicador dos Investimentos

O setor de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto tem um efeito multiplicador de 2,8 na economia. Esse valor não considera as economias na saúde, que ultrapassariam os R\$ 5,9 bilhões com a universalização dos serviços, uma vez que são registradas em média mais de 350 mil internações hospitalares ao ano por doenças relacionadas ao saneamento inadequado².

A universalização do saneamento trará impactos relevantes para uma enorme cadeia produtiva, gerando empregos a cada elo dessa rede.

GRÁFICO 13
Efeito multiplicador dos investimentos em saneamento

Fonte: Trata Brasil, ABCON SINDCON e Exante²



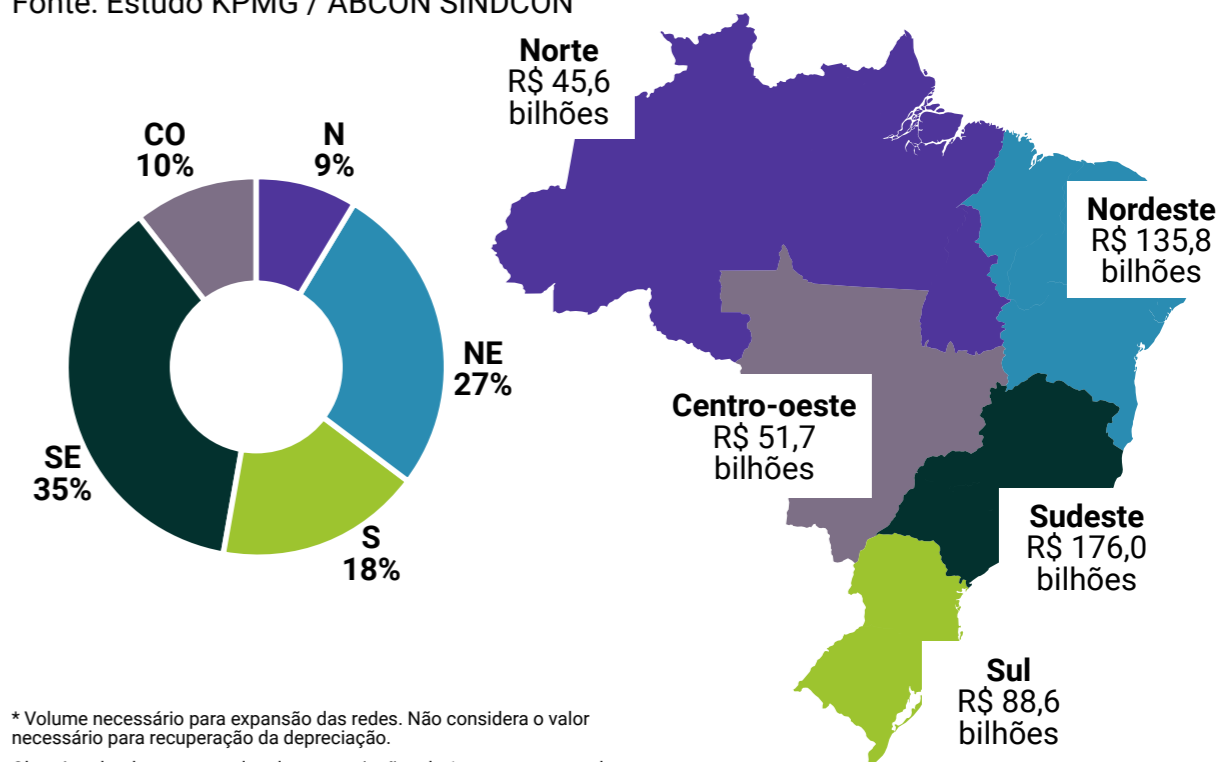
2. Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento Brasileiro, Instituto Trata Brasil/ABCON/Exante, 2018.

Necessidades regionais

A seguir, apresentamos análises dos impactos regionais da expansão de investimentos no saneamento, conforme dados compilados no estudo *Quanto custa universalizar o saneamento básico no Brasil* (KPMG/ABCON SINDCON).

GRÁFICO 14
Investimentos necessários por região do Brasil 2018-2033 (R\$ bilhões)*

Fonte: Estudo KPMG / ABCON SINDCON



* Volume necessário para expansão das redes. Não considera o valor necessário para recuperação da depreciação.

Obs.: Arredondamentos podem levar a variações de 1 ponto percentual para mais ou para menos.

Norte

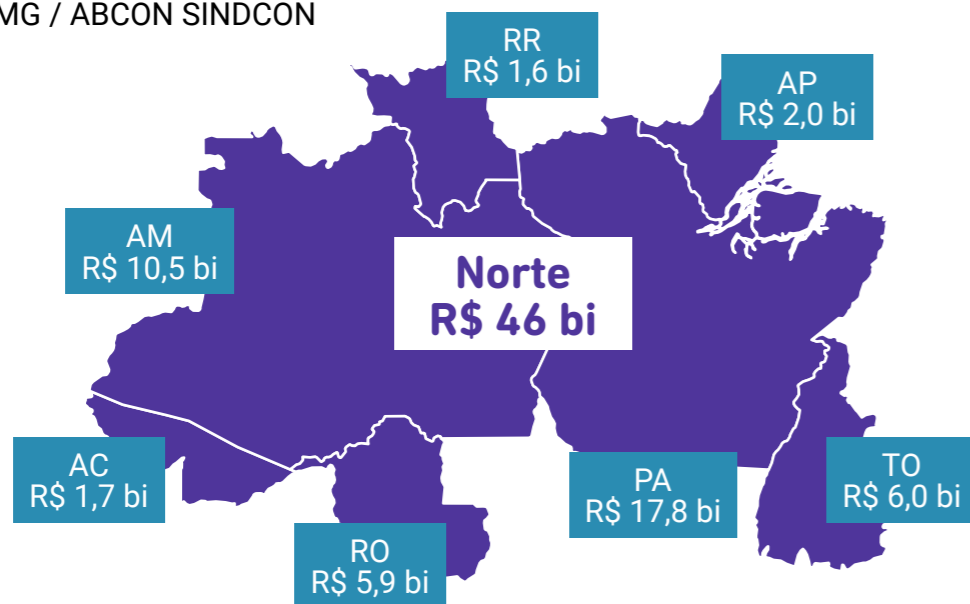
Considerada a mais carente de serviços de saneamento, a região Norte representa 9% do total dos novos investimentos. Os estados do Amazonas e Pará precisam de mais recursos para atingir a meta (R\$ 10 bilhões e R\$ 18 bilhões, respectivamente). Os efeitos positivos gerados representam cerca de três vezes o valor dos novos investimentos da região.

Os serviços de esgoto possuem investimentos duas vezes e meia maiores que os de água. São despesas referentes principalmente às redes coletoras e estações de tratamento de esgoto (ETEs). Amazonas e Pará aparecem com a maior necessidade de investimentos nessa área.

A universalização depende da verificação do custo de diversos componentes que estruturam a prestação do serviço. No caso da região Norte, os investimentos mais expressivos para a oferta de água estão relacionados às redes de distribuição e adutoras.

GRÁFICO 15 Investimentos da região Norte 2018-2033 (R\$ bilhões)*

Fonte: Estudo KPMG / ABCON SINDCON



* Volume necessário para expansão das redes. Não considera o valor necessário para recuperação da depreciação.

Obs.: Arredondamentos podem levar a variações de 1,0 para mais ou para menos.

Nordeste

Região desafiadora, o Nordeste representa 27% dos investimentos necessários para a universalização.

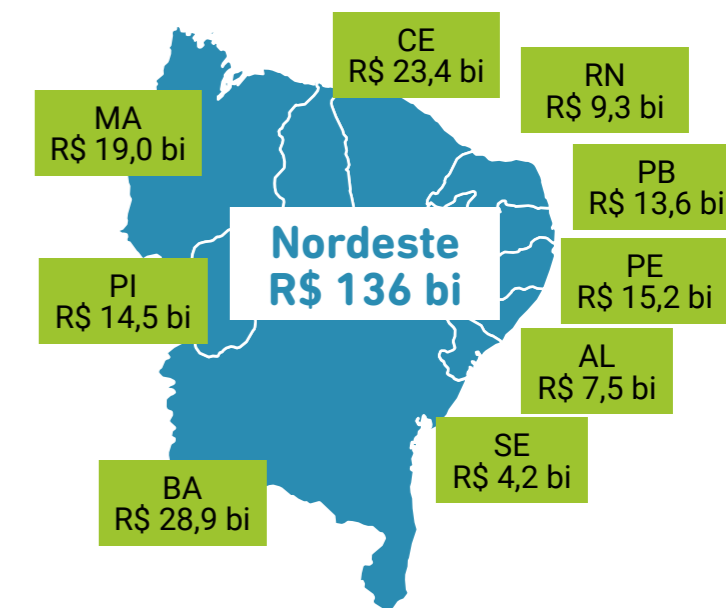
A Bahia é o estado nordestino com a maior demanda por investimentos para a universalização desses serviços, seguido pelo Ceará. O Sergipe é o que tem a menor demanda por investimentos, representando 4% do montante total da região.

Os componentes mais representativos nos custos de abastecimento são redes de distribuição de água (26%) e adutoras (24%).

Os investimentos necessários para a universalização do esgotamento sanitário representam 69% do total de investimentos na região. A maior demanda no Nordeste é referente a investimentos nas redes coletoras de esgoto, totalizando quase R\$ 50 bilhões.

GRÁFICO 16 Investimentos da região Nordeste 2018-2033 (R\$ bilhões)*

Fonte: Estudo KPMG / ABCON SINDCON



* Volume necessário para expansão das redes. Não considera o valor necessário para recuperação da depreciação.

Obs.: Arredondamentos podem levar a variações de 1,0 para mais ou para menos.

Centro-Oeste

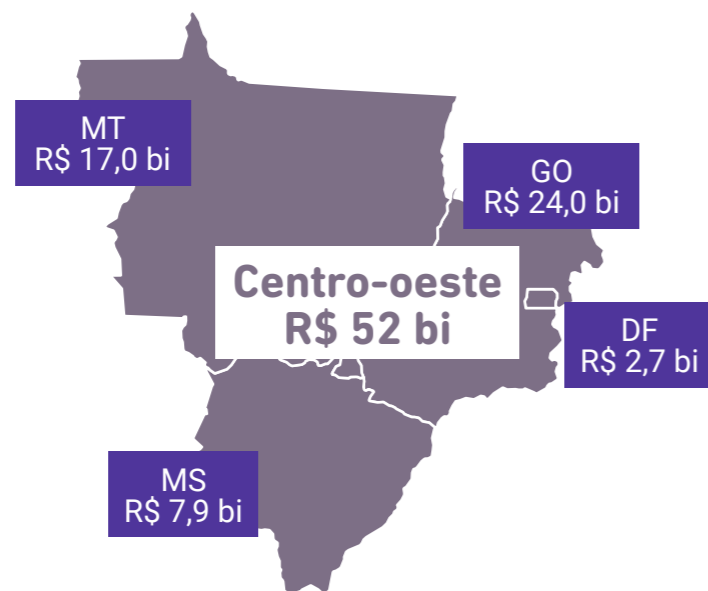
Possui a segunda menor demanda por investimentos para a universalização de serviços de saneamento, pois apresenta maiores níveis de cobertura. Os serviços de água, por exemplo, têm índices de atendimento de 90% na região.

Goiás e Mato Grosso são os dois estados mais necessitados de investimentos em esgotamento sanitário, R\$ 18,2 bilhões e R\$ 12,1 bilhões respectivamente. O Distrito Federal tem a menor demanda, apresentando 85% de cobertura do serviço.

Os investimentos em esgotamento sanitário representam 75% da demanda total de investimentos na região com destaque para as redes coletoras de esgoto, responsáveis por 47% do investimento total.

GRÁFICO 17 Investimentos da região Centro-Oeste 2018-2033 (R\$ bilhões)*

Fonte: Estudo KPMG / ABCON SINDCON



* Volume necessário para expansão das redes. Não considera o valor necessário para recuperação da depreciação.

Obs.: Arredondamentos podem levar a variações de 1,0 para mais ou para menos.

Sudeste

Nesta região está localizada a capital de São Paulo, cidade mais populosa do Brasil, e com as maiores coberturas de água e esgoto (96% e 89%, respectivamente). A necessidade de investimento para universalização em valores absolutos é maior que a encontrada em toda a região Norte, especialmente por possuir o maior contingente populacional do país.

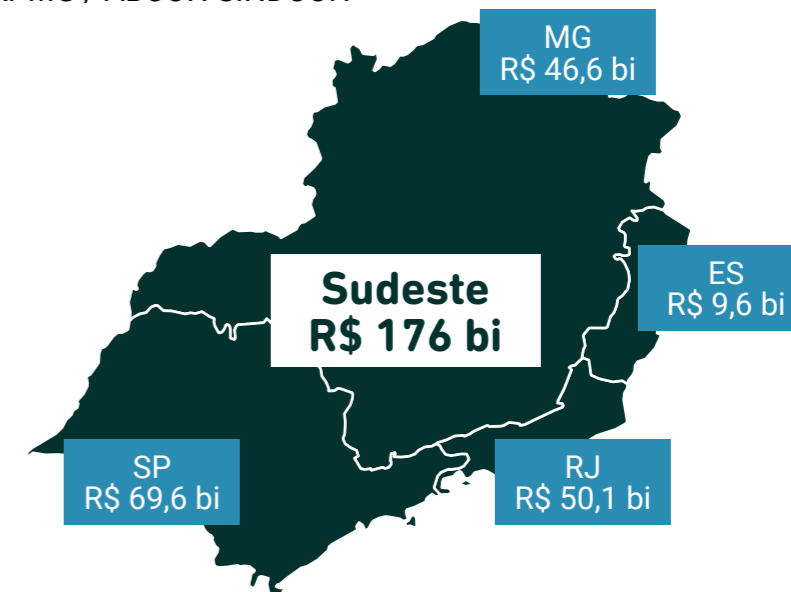
Os desembolsos necessários para a universalização do serviço de água no Sudeste correspondem a 39% do total de investimentos necessários para o país. Todos os seus itens – e a com exceção de poços ar-

tesianos e cisternas – apresentam a maior demanda de recursos quando comparados com outras regiões. O Espírito Santo é o que possui menores demandas de investimento para universalização, enquanto São Paulo desponta com as maiores. Em termos de montante de recursos, o caminho da região é possivelmente o mais desafiador.

Os investimentos para a universalização do esgoto no Sudeste representam 34% da demanda total do país. As grandes necessidades são lideradas principalmente por São Paulo, em decorrência de suas demandas de investimento.

GRÁFICO 18 Investimentos da região Sudeste 2018-2033 (R\$ bilhões)*

Fonte: Estudo KPMG / ABCON SINDCON



* Volume necessário para expansão das redes. Não considera o valor necessário para recuperação da depreciação.

Obs.: Arredondamentos podem levar a variações de 1,0 para mais ou para menos.

Sul

É a terceira região mais necessitada em termos de investimento para universalizar o saneamento. O estado que mais demanda é o Rio Grande do Sul, e o que necessita de menos recursos é o Paraná que apresenta os melhores índices de atendimento de água e esgoto.

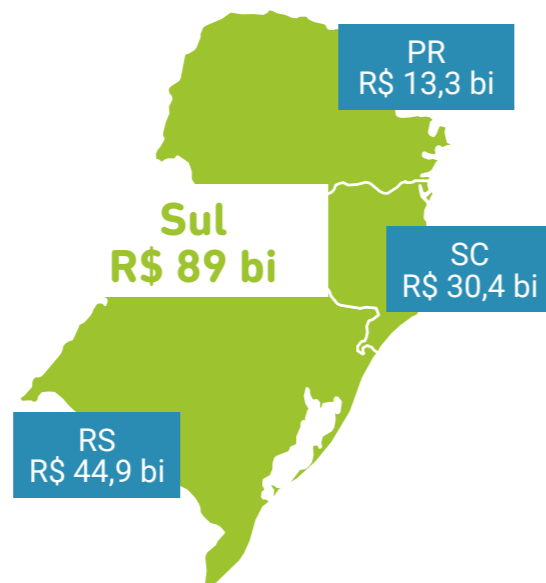
Apesar de pouca cobertura e grande necessidade de investimentos, a universalização de esgoto da região Sul viria antes da universalização de água, que, por sua vez, tem demanda por investimentos quase quatro vezes menores que os de esgotamento sanitário (89% da população sulista já é atendida por sistemas de água).

A demanda por investimentos no serviço de água da região Sul representa 13% do custo total no país, ficando à frente do Norte e Centro-Oeste.

A rede coletora de esgoto representa o componente de maior custo dos recursos totais demandados (60%). Por ser a terceira região mais populosa, os custos do serviço de água no Sul representam 20% do custo total de universalização no país.

GRÁFICO 19 Investimentos da região Sul 2018-2033 (R\$ bilhões)*

Fonte: Estudo KPMG / ABCON SINDCON



* Volume necessário para expansão das redes. Não considera o valor necessário para recuperação da depreciação.

Obs.: Arredondamentos podem levar a variações de 1,0 para mais ou para menos.

Aplicação de recursos x Impactos na sociedade

Mais que levar água tratada para a população, coletar e tratar o esgoto nas cidades, os investimentos nos serviços de saneamento representam benefícios para a sociedade em vários aspectos. Além de gerar renda e criar empregos, os resultados se desdobram na vida das pessoas. Água e esgoto tratados significam mais saúde e melhores indicadores de educação.

Esse impacto social e ambiental é mundialmente reconhecido. Contudo, não podemos relegar o impacto econômico do setor, com geração de empregos e renda, fator que precisa ser ressaltado, especialmente no contexto atual de retomada do crescimento econômico.

Segundo levantamento da ABCON SINDCON baseado em dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE — incluído na análise conjuntural *Impacto dos investimentos em abastecimento de água e esgoto sanitário na cadeia produtiva do setor* (ABCON SINDCON, outubro de 2020) — o setor de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto representa cerca de 0,58% do PIB brasileiro (R\$ 40 bilhões).

Além da capilaridade para a geração de emprego, os investimentos em saneamento geram impactos em uma longa cadeia produtiva, como, por exemplo, na fabricação de produtos de metal com a produção

de reservatórios metálicos e tubos, que, por sua vez, serão demandantes da indústria de aço e alumínio.

Há também aumento na demanda pela fabricação de produtos de plástico e borracha, como tubulações e válvulas, assim como na indústria de materiais não metálicos que produz cimento e concreto.

Outro setor relevante é a indústria eletroeletrônica, com a demanda por quadros de comando, automações, materiais de instalação e telemedicação. Em suma, há toda uma cadeia produtiva extremamente relevante que é acionada ao se investir em abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Com base na metodologia Matriz Insumo-Produto, é possível projetar o impacto na economia quando considerado o investimento total previsto para a universalização dos serviços de água e esgoto no país.

Considerando os investimentos de cerca de R\$ 498 bilhões para a expansão das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, é possível observar um impacto significativo na economia brasileira. O efeito multiplicador traria como resultado cerca de R\$ 1,4 trilhão na economia, com a geração de mais de 14 milhões de empregos ao longo do período dos investimentos, e quase R\$ 90 bilhões em arrecadação tributária.

Ao se analisar a economia como um todo, é possível observar três tipos de efeito:

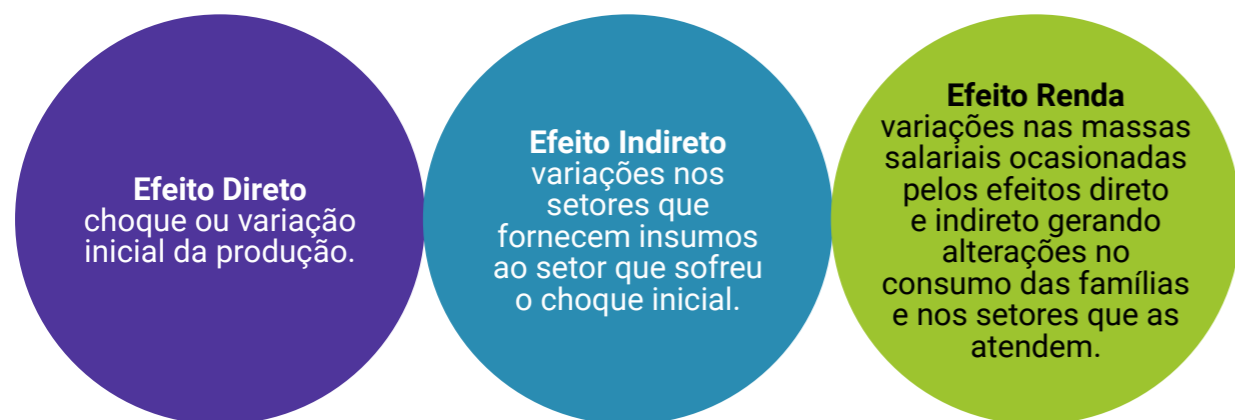


GRÁFICO 20
Impacto na economia com investimento total para a universalização

Fonte: ABCON SINDCON

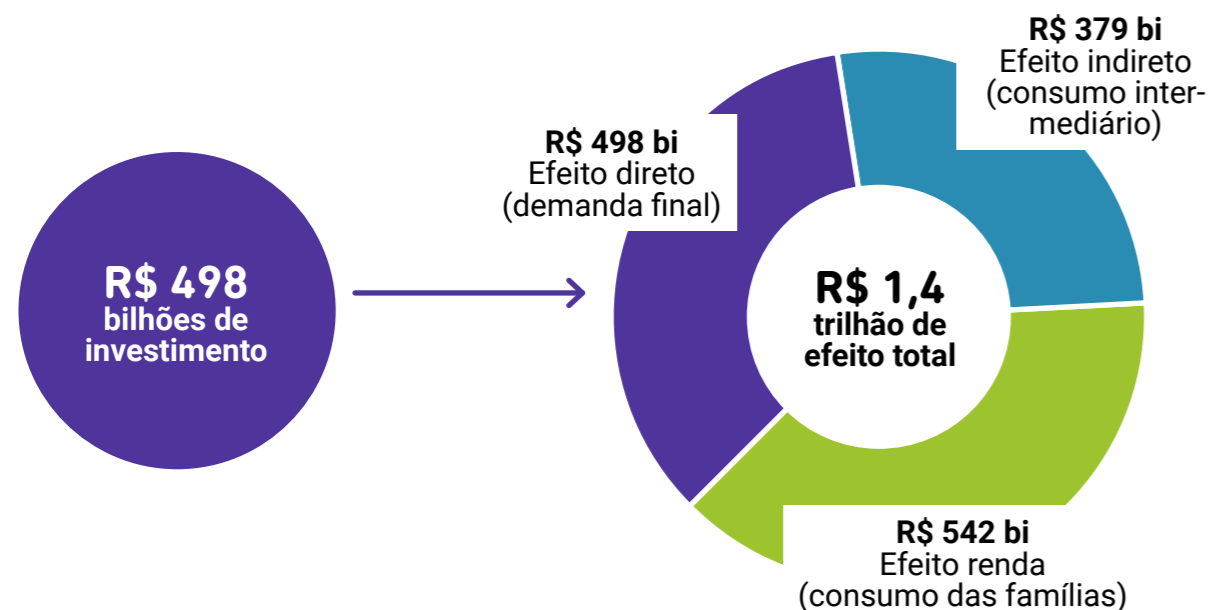


TABELA 2
Impacto na economia com investimento total para a universalização

Fonte: ABCON SINDCON

Produção (R\$ milhões)	Total	Agropecuário	Industrial	Serviços
Total	1.419.011,60	33.442,10	858.892,70	526.676,80
Produção direta	498.000,00	0	429.774,00	68.226,00
Produção indireta	379.155,30	3.985,10	230.841,30	144.328,90
Efeito renda	541.856,30	29.457,00	198.277,40	314.121,90

Empregos (unidades)	Total	Agropecuário	Industrial	Serviços
Total	14.242.465	852.394	7.643.059	5.747.012
Empregos diretos	6.202.351	0	5.559.464	642.887
Empregos indiretos	2.946.278	93.629	1.349.474	1.503.175
Empregos efeito-renda	5.093.835	758.765	734.120	3.600.950

Salários (R\$ milhões)	Total	Agropecuário	Industrial	Serviços
Total	239.796,40	3.176,30	118.990,90	117.629,20
Salários diretos	84.626,30	0	67.557,40	17.068,90
Salários indiretos	65.529,80	323,7	31.550,30	33.655,80
Salários efeito-renda	89.640,30	2.852,60	19.883,20	66.904,50

Impostos (R\$ milhões)	Total
Total	88.629,50
ICMS	28.188,30
IPI	2.935,40
Outros	57.505,90

TABELA 3
Impactos nos setores de construção civil e máquinas e equipamentos com investimento total para a universalização

Fonte: ABCON SINDCON

CONSTRUÇÃO CIVIL		INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	
Produção (R\$ milhões)	Total	Produção (R\$ milhões)	Total
Total	424.292,20	Total	42.442
Produção direta	381.468,00	Produção direta	25.398
Produção indireta	40.941,40	Produção indireta	12.720
Efeito renda	1.882,80	Efeito renda	4.324
Empregos (unidades)	Total	Empregos (unidades)	Total
Total	5.979.269	Total	129.021
Empregos diretos	5.375.776	Empregos diretos	78.236
Empregos indiretos	576.960	Empregos indiretos	38.002
Empregos efeito renda	26.533	Empregos efeito renda	12.783

O impacto mais significativo será na construção civil. Haverá um aumento de cerca de R\$ 424 bilhões na produção do setor, com a geração de quase 6 milhões de empregos ao longo do período de investimentos. Outro setor muito impactado é a indústria de máquinas e equipamentos, no qual teríamos um incremento superior a R\$ 42 bilhões, e a geração de quase 130 mil empregos.

Empregos à vista

Os leilões de saneamento já realizados a partir da vigência do novo marco legal, entre o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021, vão garantir **700 mil empregos diretos e indiretos** no país, de acordo com o Ministério da Economia. Os investimentos estimados são de R\$ 700 bilhões.

Apenas no Rio de Janeiro, com a concessão da Cedae, são estimados 400 mil empregos diretos e indiretos. Entre os setores que serão beneficiados – e que irão acelerar a oferta de empregos – estão a construção civil, fabricantes de máquinas, equipamentos e materiais plásticos, tecnologia e serviços. Uma vez que as concessionárias estarão espalhadas por todo o estado, haverá grande incremento de contratações locais.

Crédito: Cauê Diniz

LEI DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EM 31 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

[B] BNDES

RIO DE JANEIRO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O FUTURO DO SANEAMENTO



A mudança com o novo marco já começou

O que o belo cartão postal da Baía de Guanabara, as praias de Maceió e o Pantanal sul-mato-grossense têm em comum? Todos esses lugares serão beneficiados nos próximos anos com a universalização dos serviços de esgotamento sanitário graças aos investimentos realizados a partir de concessões e parcerias com a iniciativa privada.

Entre o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021, foram realizados ou encaminhados quatro importantes leilões do

setor nos estados do Rio de Janeiro, Alagoas, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.

Esse movimento foi possível graças a um esforço que já vinha sendo realizado antes da Lei 14.026/20, principalmente com as modelagens feitas pelo BNDES, que liderou a estruturação de três desses certames. Mas, certamente o ambiente positivo causado pelo novo marco de saneamento, em vigor desde 15 de julho do ano passado, foi de grande influência para que essas concorrências fossem concluídas com sucesso.

GRÁFICO 21 Linha do tempo após aprovação do novo marco legal do saneamento

Fonte: ABCON SINDCON



TABELA 4
Agenda regulatória da ANA para 2021

Fonte: Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA)

Período	Tema
01/2021	Reequilíbrio econômico-financeiro para água e esgoto nos contratos de concessão licitados.
01/2021	Instituição de taxa/tarifa para resíduos sólidos urbanos.
01/2021	Conteúdo mínimo de contratos de programa e de concessão para água e esgoto.
01/2021	Padrões e indicadores de qualidade e eficiência, e avaliação da eficiência e eficácia.
02/2021	Indenização de ativos para água e esgoto.
02/2021	Modelo organizacional das agências reguladoras infranacionais, transparência e <i>accountability</i> .
02/2021	Procedimentos para mediação e arbitragem.
02/2021	Diretrizes para infrações e penalidades do prestador dos serviços de água e esgoto.
02/2021	Matriz de riscos de contratos para água e esgoto.
02/2021	Diretrizes para metas progressivas de cobertura para água e esgoto e sistema de avaliação.
02/2021	Procedimentos para comprovação da adoção das normas de referência.
02/2021	Diretrizes para definição do modelo de regulação para água e esgoto.

Leilões já realizados

Os leilões que estão em andamento confirmam a nova realidade do saneamento, marcada por concorrência, grande aporte de investimentos e transparência em um setor que ainda tem muito a contribuir na retomada da economia.

Os formatos e modelos de negócios propostos pelos leilões podem ser diferentes, mas todos são relevantes para dar velocidade à universalização, ainda distante, dos serviços de água e esgoto no país.

Sejam concessões plenas, contratos regionalizados, PPPs ou outros tipos de parceria, o setor privado tem interesse nos diversos modelos de concessão possíveis (mais detalhes no Capítulo 6, sobre esse tema). O importante é acelerar o investimento e diminuir o déficit do saneamento no país.

Os leilões comprovam o interesse das empresas privadas investirem após a aprovação do novo marco legal, inclusive com a chegada de novos *players* que desejam atuar no setor.



Alagoas (Casal)

A concessão dos serviços de abastecimento e esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Maceió (RMM) levará saneamento a 13 cidades e 1,5 milhão de pessoas, em um investimento previsto de R\$ 2 bilhões apenas nos seis primeiros anos. O investimento total é de R\$ 2,6 bilhões para 35 anos de concessão. A Casal, Companhia de Saneamento de Alagoas, permanecerá como responsável pela produção de água para a Região Metropolitana de Maceió.

Realizado no dia 30 de setembro de 2020, na B3, em São Paulo, o leilão dos serviços proporcionou ao estado uma outorga de R\$ 2 bilhões (13.182% sobre o valor inicial estipulado no edital), após disputa entre sete consórcios.

Além da recente concessão licitada, Alagoas possui duas experiências de sucesso em PPPs de saneamento: a Agreste Saneamento, do Grupo Iguá, PPP de água firmada em 2012 e que atende cerca de 280 mil habitantes de Arapiraca e mais nove municípios do interior; e a Sanama – Saneamento Alta Maceió, do Grupo GS Inima, cuja operação foi iniciada em 2016 e beneficia 300 mil moradores da capital alagoana.



Cariacica e Viana, Espírito Santo (Cesan)

Outro certame de destaque aconteceu no dia 20 de outubro de 2020, também na B3, em São Paulo. Em regime de PPP com a companhia estadual de saneamento do estado, a Cesan, foi definida uma concessionária privada para realizar a coleta e tratamento de esgoto de Cariacica e Viana, na região metropolitana de Vitória.

Os serviços serão universalizados em até dez anos. Os investimentos atingirão R\$ 580 milhões em 30 anos de contrato e vão beneficiar 423 mil pessoas. A proposta vencedora ofereceu deságio de 38,13% sobre a tarifa de esgoto estipulada no edital.

O Espírito Santo já possui duas outras PPPs de esgoto em operação, nas cidades de Serra e Vila Velha, ambas operadas pelo Grupo Aegea, além da concessão plena privada de Cachoeiro de Itapemirim, em operação desde o final da década de 1990 (BRK Ambiental).



Mato Grosso do Sul (Sanesul)

Em parceria com a companhia estadual Sanesul, a PPP de esgotamento sanitário (Grupo Aegea) foi definida em leilão realizado no dia 23 de outubro de 2020, na B3, em São Paulo. A operação abrange 68 municípios sul-mato-grossenses e inclui investimentos de R\$ 3,8 bilhões em 30 anos de contrato, beneficiando 1,7 milhão de pessoas.

A disputa envolveu seis consórcios e culminou em um deságio significativo – 38,46% –, o que representa economia de recursos para o investimento público nos próximos anos.

A capital do estado Campo Grande (Grupo Aegea) já conta com robusto investimento de sua concessão privada de água e esgoto desde o início da década passada.



Rio de Janeiro (Cedae)

Maior projeto de infraestrutura em curso no país, o leilão da Cedae foi realizado em 30 de abril e arrecadou R\$ 22,6 bilhões, que serão compartilhados entre o estado e os municípios que participaram da licitação.

O valor representa ágio de 134% sobre a outorga mínima prevista (R\$ 9,7 bilhões para três blocos com 29 municípios), e será revertido em investimentos pelo governo estadual e pelas prefeituras para melhoria da vida de cerca de 11 milhões de habitantes.

Para efeito de comparação, no começo de abril o governo federal arrecadou R\$ 10 bilhões em concessões de aeroportos, terminais portuários e ferrovias durante uma semana de leilões de infraestrutura, a chamada Infra Week – ou seja, menos do que a metade do leilão da Cedae. A consolidação da concorrência traz a oportunidade de injeção de R\$ 46 bilhões na economia.

TABELA 5
Resultado do leilão da Cedae (RJ)

Fonte: ABCON SINDCON

Blocos	Bloco 1	Bloco 2	Bloco 4	Total
Outorga mínima (R\$ bilhões)	4,037	3,172	2,503	9,712
Outorga ganhadora (R\$ bilhões)	8,2	7,286	7,203	22,689
Ágio (%)	103%	130%	188%	134%
População beneficiada (milhões)	2,8	1,2	7	11
Investimento previsto (R\$ bilhões)	8,3	2,7	16	27

Com o projeto, favelas não urbanizadas do Rio de Janeiro receberão investimento mínimo de R\$ 1,9 bilhão em água. Basta imaginar o quanto o Rio de Janeiro ganhará com uma Baía da Guanabara limpa para se ter uma dimensão dos benefícios de se romper com o ciclo atual de permanente falta de recursos para o saneamento no estado.

Diariamente, 282 toneladas de esgoto, ou 28 caminhões cheios de material que deveria ser tratado antes de voltar para a natureza, são despejadas na Baía da Guanabara. Isso equivale a um Cristo Redentor de dejetos sendo descarregado a cada quatro dias no cartão postal da Cidade Maravilhosa.

Se dependesse do atual nível de investimentos da Cedae, o problema da universalização do tratamento de esgoto só seria resolvido no próximo século. Com a licitação, o prazo cairá para 12 anos. Os níveis

atuais de atendimento da Cedae atingem apenas 88% da população com acesso a abastecimento de água e somente 37% com acesso a coleta de esgoto.

A Cedae poderá ter uma receita significativa com a venda de água bruta, reduzir custos operacionais e ser financeiramente sustentável. Para o estado, que enfrenta grave situação fiscal, o impacto em arrecadação de impostos chega a quase R\$ 1,4 bilhão, com destaque para o ICMS, com previsão de arrecadação de cerca de R\$ 633 milhões.

O êxito do leilão da Cedae sinaliza uma grande oportunidade e incentivo para que novas licitações sejam realizadas em breve, já sob as diretrizes do novo marco legal do saneamento.

Futuros leilões

Amapá

Com modelagem do BNDES, o leilão para a concessão plena de serviços de água e esgoto na área urbana dos 16 municípios do Amapá está marcado para setembro e terá lances que combinarão menor tarifa e maior valor de outorga. Os serviços são prestados atualmente pela Caesa, companhia estadual de saneamento.

Apenas um a cada três habitantes no estado conta com o acesso a água encanada, e a coleta de esgoto é restrita a 7,1% de uma população total de 750 mil habitantes.

Será o primeiro grande leilão de saneamento da região Norte do país, com forte impacto social e ambiental. Os investimentos previstos alcançam R\$ 3 bilhões durante 35 anos de concessão (sendo R\$ 984 milhões nos cinco primeiros anos).

Alagoas

O leilão para uma nova concessão no estado está previsto para o primeiro trimestre de 2022. A proposta é que sejam formados dois novos blocos de municípios, com investimento previsto de R\$ 3 bilhões e 2,2 milhões de pessoas beneficiadas.

Rio de Janeiro (Bloco 3 da Cedae)

O governo do Rio de Janeiro pretende realizar o leilão do chamado Bloco 3 da Cedae, remanescente da concorrência feita em abril, até o final de 2021. O bloco contava inicialmente com seis municípios e uma área da capital, mas outras cidades já sinalizaram que gostariam de aderir, diante do êxito do primeiro leilão. Estima-se que essa nova licitação viabilizará mais R\$ 3 bilhões de investimento para o estado.

Em modelagem ou com prazos indefinidos

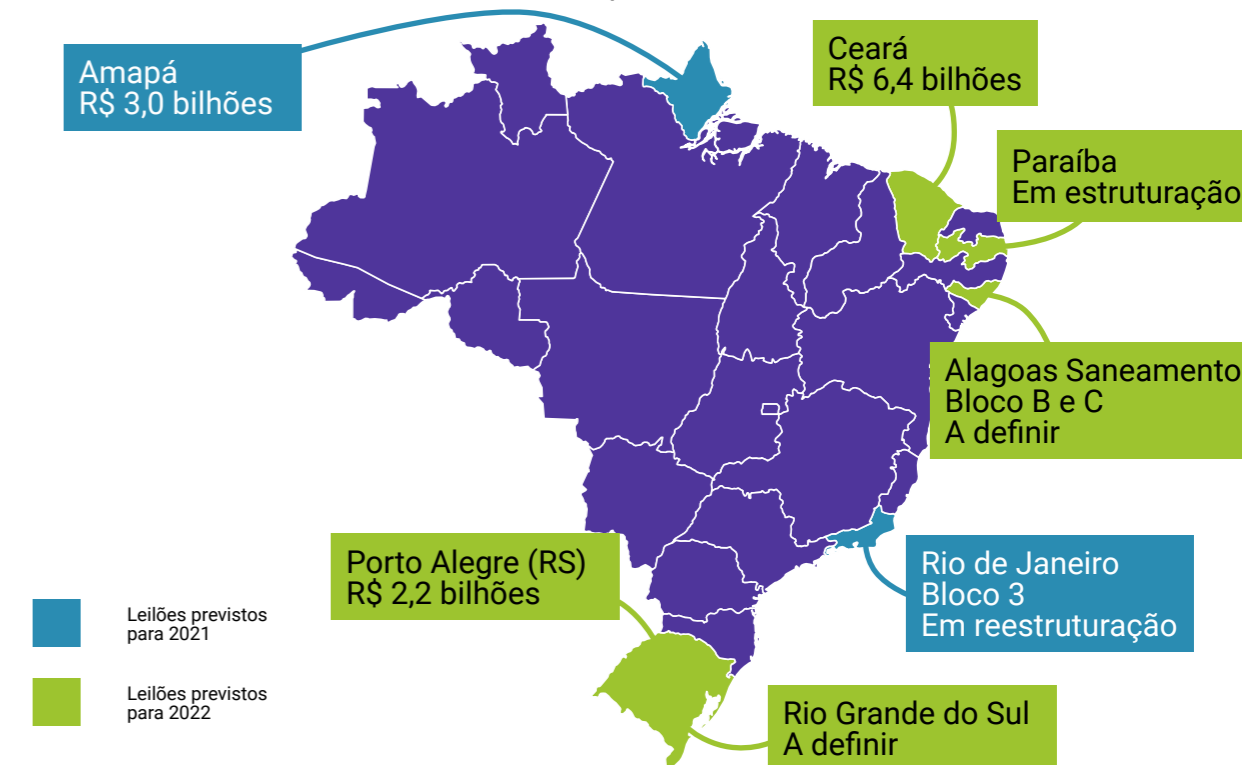
Encontra-se em fase de modelagem a licitação para concessão de serviços de saneamento da Paraíba (duas áreas, litoral e interior, com investimento estimado de R\$ 4 bilhões).

O leilão para a concessão dos serviços hoje prestados pela Corsan no Rio Grande do Sul aguarda definição sobre o modelo, que pode ser alterado para a privatização da companhia, conforme já sinalizou o governo do estado. O BNDES calcula que o edital demande R\$ 3 bilhões de investimento.

GRÁFICO 22

Mapa dos projetos em estruturação pelo BNDES e os investimentos previstos

Fonte: BNDES e notícias veiculadas na imprensa



Debate semelhante ocorre em Minas Gerais. De qualquer forma, o estado avança com seu processo de regionalização (formação de blocos de municípios).

A capital gaúcha Porto Alegre prepara a licitação dos serviços de saneamento. Previsto inicialmente para 2021, o certame ainda depende da definição da prefeitura da cidade. Os estudos do BNDES para a concessão já estão concluídos. O investimento estimado é de R\$ 2,2 bilhões.

O Ceará também já conta com projeto de concessão desenhado pelo BNDES para a capital Fortaleza e a região do Cariri. A expectativa inicial é que o edital seja lançado ainda em 2021, com previsão de R\$ 6,4 bilhões de investimento.

Os leilões de Rondônia e Acre dependem da adesão de suas respectivas capitais para serem confirmados.

An aerial photograph of a city, likely Ribeirão Preto, showing a dense urban landscape with numerous buildings and a prominent church with a tall steeple in the foreground. The sky is filled with large, dramatic, white and grey clouds against a deep blue background. The text is overlaid on the right side of the image.

A EXPERIÊNCIA DO PRIVADO

Apresentamos neste capítulo alguns exemplos de experiências bem-sucedidas da iniciativa privada na operação de serviços públicos de água e esgoto em todo o país.

Economia

Para figurar neste quesito, foram considerados como diferenciais:

- Investimento significativo para a realidade local
- Geração de empregos
- Atração de indústrias e outros investimentos para o município

Barcarena (PA)

Concessão Plena

Em junho de 2020, foi inaugurada a primeira estação de tratamento de esgoto do município. Foi o primeiro passo de um grande desafio que Barcarena tem pela frente: acelerar o investimento para que a cidade se destaque no saneamento do Pará. Atualmente, pouco menos de nove mil habitantes da população total de 68 mil são atendidos com a cobertura de esgotamento sanitário.

A previsão da concessionária Águas de São Francisco, do Grupo Aegea, que administra os serviços no município desde 2014, é de que até 2022 Barcarena conte com 24% de cobertura de esgotamento sanitário, ampliando o atendimento para 14 mil moradores. Já foram investidos R\$ 86 milhões para a melhoria dos serviços para a população.



O projeto Água Pai D'égua segue em desenvolvimento na cidade e consiste na formação de equipes multitarefas que percorrem os bairros, trabalhando na regularização do abastecimento de água. Para o abastecimento, ainda serão implantados 40 quilômetros de rede de água, mais a reestruturação de 20 quilômetros das redes já existentes, a fim de garantir água nas torneiras para mais de 15 mil pessoas.

Manaus (AM)

Concessão Plena

Nos últimos dois anos, a cidade recebeu investimentos superiores a R\$ 388 milhões para melhorar o abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. Nesse período, a responsável pelos serviços – concessionária Águas de Manaus – passou ao controle do Grupo Aegea.

Foram construídos cinco novos reservatórios para reforçar a reserva de água em regiões estratégicas na cidade, com ampliação da capacidade em 30 milhões de litros, beneficiando mais de 600 mil habitantes e reduzindo a intermitência do abastecimento. Dos 87,79% da população antes atendida, agora a concessionária já abastece 98% da cidade e vem acompanhando a expansão vegetativa de Manaus, que, entre as capitais brasileiras, ainda é uma das que mais cresce no país (nos últimos 10 anos, aumentou sua população em 25,5%, de acordo com o IBGE).

A concessionária também iniciou o programa de relacionamento “Vem com a Gente”, que está levando água tratada para os locais que são abastecidos por ligações irregulares e promove a regularização do abastecimento em áreas de vulnerabilidade social.



Em relação ao tratamento de esgoto, três novas estações de tratamento de médio e grande porte foram entregues. O objetivo é reverter os indicadores de esgoto da capital amazonense que registra 23,8% de esgoto tratado, sendo o restante lançado no Rio Negro com capacidade de autodepuração e diluição. As redes de coleta e tratamento foram ampliadas, saindo de uma cobertura de 12,3% em 2018 para 22% no fim de 2020. Com isso, aproximadamente 500 mil manauaras já têm rede de esgoto disponível. A meta é chegar ao fim de 2021 com 25% de cobertura na cidade.

Os clientes cadastrados na tarifa social subiram 220%. A concessionária incentiva os usuários de baixa renda a aderirem à tarifa social (o benefício concede 50% de desconto na conta de água). Atualmente, 63 mil consumidores já estão cadastrados.



São Gabriel (RS)

Concessão Plena

No período do processo licitatório, uma das premissas da concessionária São Gabriel Saneamento, do Grupo Solvi, era praticar uma tarifa 15% mais baixa do que estava sendo exercida no município. Depois de oito anos de atuação, a empresa conseguiu atingir uma tarifa 29% menor. Em um comparativo, mil litros de água na antiga concessionária custariam, já com a correção anual, R\$ 5,91, R\$ 1,33 a mais que o valor que a concessionária atual irá aplicar depois da sua correção.

Em um ano, a cidade de São Gabriel economizou mais de R\$ 5,3 milhões no serviço de saneamento básico. Se forem contabilizados os oito anos em que a empresa está atuando no município, já foram economizados, em valores corrigidos, mais de R\$ 40 milhões. Economia que beneficia a todos, principalmente os consumidores.

A concessionária é pioneira na implantação da modalidade de arrecadação por PIX. Além de trazer qualidade de atendimento e agilidade para o pagamento das faturas para os clientes, a novidade reduz as despesas da empresa com tarifas bancárias (custo médio hoje para modalidade de pagamento “balcão” é de R\$ 1,58; com o PIX, esse valor cai para R\$ 0,33 por fatura). Outro benefício é a agilidade de consultar pagamentos em espaços mais curtos de tempo. Para a gestão comercial, essa facilidade é de suma importância.

O uso do PIX também vem ao encontro da política da comunicação externa da empresa de incentivar o “fique em casa”, como forma de evitar a contaminação pela Covid-19.

Sumaré (SP)

Concessão Plena

Cinco anos após a concessão dos serviços de saneamento na cidade, Sumaré, que tem hoje 280 mil habitantes, já recebeu mais de R\$ 131 milhões de investimentos para a melhoria dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. O montante foi necessário para sanar problemas frequentes de interrupções no fornecimento de água às residências. As ocorrências resultavam em alto registro de reclamações da população.

Para os próximos dois anos, a BRK Ambiental segue plano de investimentos no valor de R\$ 153 milhões. Está prevista a construção de duas estações de tratamento de esgoto de grande porte, fazendo com que a cidade alcance em 2026 a universalização (100%) desse serviço.

Serão executadas ainda obras de ampliação e modernização nas estações de tratamento de água do município. A empresa também está focada na redução do índice de perdas de água em todo o sistema de distribuição. Desde o início da concessão, o índice foi reduzido de 60% (2015) para 36,5% (média em 2020).

Os serviços prestados pela concessionária inseriram Sumaré na lista dos municípios brasileiros com os melhores resultados em saneamento básico. A cidade ocupa a 50ª posição do Ranking do Saneamento Básico, divulgado em março de 2021 pelo Instituto Trata Brasil, em parceria com a consultoria GO Associados.



Operação, Tecnologia e Gestão

Para figurar neste quesito, foram considerados como diferenciais:

- Engajamento de pessoas, de processos e resultados de produtividade
- Redução de perdas
- Ampliação do atendimento
- Ampliação da oferta de água
- Não interrupção do fornecimento (fornecimento não intermitente)
- Satisfação do usuário
- Tecnologias inovadoras
- Capacidade para atender picos de alta temporada
- Eficiência energética

Araçatuba (SP)

Concessão Plena

Em 2020, a concessionária GS Inima Samar colocou em funcionamento, a título de teste, a usina solar de secagem de lodo de esgoto (tecnologia SRT – Solar Active Drying), cuja performance foi melhor do que o esperado. A redução do volume do lodo de esgoto tem sido maior do que 90%, quando eram aguardados 80%.

Instalado em uma área de 7 mil m², o secador de lodo por radiação solar processa 12 toneladas diárias, ou seja, todo o lodo da ETE Bagaçu. Além de reduzir drasticamente as despesas com a disposição do lodo em aterro sanitário, a nova tecnologia melhora a qualidade do insumo gerado, apontando a viabilidade do seu uso na agricultura ou na remediação de solos.



mente as despesas com a disposição do lodo em aterro sanitário, a nova tecnologia melhora a qualidade do insumo gerado, apontando a viabilidade do seu uso na agricultura ou na remediação de solos.

A fim de garantir abastecimento de água 24 horas por dia e sete dias por semana nas torneiras da população de Araçatuba, a concessionária concentrou um volume representativo de investimentos no último ano. A principal iniciativa foi a construção de uma nova estação de tratamento de água com capacidade de tratar 2 mil m³/h de água, em substituição a outras duas existentes, que atendem hoje 50% da população, o equivalente a 100 mil pessoas. Prevista para ser concluída em 2022, a nova estação será integrada por laboratório de análise de amostras para o monitoramento da qualidade da água e um moderno sistema de desaguamento de lodo.

Para 2021 está prevista a entrega da setorização da distribuição de água tratada no município, melhorando a eficiência dos serviços e reduzindo perdas. Depois de dois

anos de trabalho, a concessionária terminou a reversão da bacia de esgoto da zona norte de Araçatuba para a ETE Bagaçu, que foi ampliada para receber a nova demanda, após crescimento populacional e industrial. Dessa maneira, foram desativadas duas lagoas de tratamento que exalavam mau cheiro e que impediam a instalação de novas indústrias na região, o que foi finalmente autorizado.

A reversão beneficiou mais de 40 bairros e ainda integrou a área rural de Engenheiro Taveira, além de abrir oportunidades para novos investimentos na cidade.

Araguaína (TO)

Concessão Plena

Essa cidade de 178 mil habitantes conta com um sistema de captação de água exclusivamente subterrâneo. A concessionária BRK Ambiental Saneatins opera 12 unidades de tratamento simplificado (UTS), que compõem o sistema de água da cidade, utilizando poços tubulares profundos (PTP).

Araguaína possui ainda duas estações de tratamento de esgoto e se prepara para receber uma nova, que utilizará a tecnologia Nereda (tratamento biológico por lodos ativados). Ainda em fase de construção, a nova estação permitirá a ampliação do

serviço de coleta e tratamento de esgoto até o alcance do patamar de universalização do serviço.

Atualmente, 100% dos moradores têm acesso ao serviço de água tratada e cerca de 43% já possuem rede coletora instalada.



Diariamente, 37 milhões de litros de água tratada são produzidos e cerca de 4,7 milhões de litros de esgoto são coletados e tratados na cidade. Os investimentos somam R\$ 216 milhões nos dois sistemas.

Apesar de todos os investimentos, a concessionária tem como principal desafio

conscientizar a população de Araguaína sobre temas ambientais e de saúde pública que envolvem os serviços de água e esgoto. Ainda é recorrente o lançamento irregular de água de chuva e lixo nas redes coletoras de esgoto.

Balneário Gaivota (SC)

Concessão Plena

A concessionária Gaivota Saneamento (Grupo Atlantis) opera o serviço de abastecimento de água no município desde 2018. A empresa utiliza o sistema WaterGems para o controle da ETA. Com o software, é possível analisar a capacidade da adutora para distribuição, projetar a ampliação de redes para locais ainda não atendidos no município e apontar pontos de melhorias nas redes já existentes.

Graças ao novo sistema, a concessionária consegue realizar melhorias contínuas no sistema para garantir o abastecimento regular aos 11 mil habitantes da cidade.

A concessionária apresentou ainda resultados muito satisfatórios com o engajamento de equipe comercial para aumentar o índice de leitura dos hidrômetros. A empresa atingiu a média anual de 99,84% de um total de 5.107 ligações.



Para isso, foram criados processos visando solucionar as dificuldades apresentadas pela equipe, como, por exemplo, os impedimentos para acesso e dificuldades de visão dos leituristas. Apresentadas as dificuldades, a equipe procura solucionar o problema no menor tempo possível, envolvendo as demais áreas comerciais.

Grupo Aegea - Programa Infra Inteligente



Lançado em 2018, o Programa Infra Inteligente do Grupo Aegea começou a ser aplicado nas novas assunções da concessionária no ano passado. Até agora, nove cidades da grande Porto Alegre, Cariacica (ES) e mais 68 municípios do Mato Grosso do Sul já utilizam a nova tecnologia.

Com o uso de modelos virtuais 3D inteligentes da metodologia Building Information Modeling (BIM), as concessionárias tiveram seus parques de ativos físicos mapeados e digitalizados para a criação dos gêmeos digitais (cópias digitais das instalações físicas), que permitem aperfeiçoar processos, reduzir custos e diminuir tempos de manutenção e paralisações.

Considerado inovador para o setor no país, o programa combina metodologias estratégicas de negócio às mais avançadas tecnologias (drone, modelagem 3D BIM, gêmeo digital e inteligência artificial). O Infra Inteligente está sendo aplicado gradati-

vamente em todos os 126 municípios dos 12 estados do país atendidos pelo Grupo, abrangendo 11 milhões de pessoas.

Entre os principais benefícios estão os modelos digitais gerados das redes e estações de tratamento, fazendo com que aumente a eficiência operacional e se otimizem os custos de investimento em novas obras, além de melhorar a disponibilidade e qualidade dos serviços de abastecimento, coleta e tratamento do esgoto. Também há a gestão da informação técnica em todo o ciclo de vida da infraestrutura, desde a engenharia de construção até a operação e manutenção dos sistemas.

O resultado é uma maior colaboração entre áreas, com foco em decisões mais assertivas em todas as fases do ciclo da água.

Grupo Águas do Brasil - Automação de ETAs

O objetivo do Grupo Águas do Brasil é a operação automatizada e o monitoramento remoto das Estações de tratamento de água.

Como parte da execução de seu Planejamento Estratégico, o Grupo colocou em operação em abril a Automação das Estações de Tratamento de Água (ETA) Coroa, a maior Estação de Tratamento de Água do Grupo, em Águas do Paraíba, e as ETAs Tapera e Santa Margarida, de Águas de Nova Friburgo. Conduzido pela área de Pesquisa e Tecnologia (P&T) com apoio da Gerência Corporativa de Automação e Energia, o projeto tem como objetivo automatizar o monitoramento de qualidade da água tratada e filtrada, além de permitir a dosagem automática dos produtos químicos (coagulante, cloro e fluoreto) nas estações. As unidades de Nova Friburgo terão ainda operação remota com fechamento automático de toda a ETA, caso os parâmetros de qualidade atinjam valores críticos definidos. Essas não são as primeiras ETAs do Grupo a serem automatizadas. A ETA Juturnaíba foi a primeira a contar com automação nos seus processos.

Agora, tudo é feito de forma automática e remota. A instalação dos instrumentos in-line para análise dos parâmetros de qualidade de turbidez, pH, cor, cloro, flúor e potencial de carga, em conjunto com a automação de controle de processos (PID), permite a automação da dosagem dos produtos químicos citada acima. O acionamento das bombas dosadoras ocorre através do supervisório instalado em cada uma das ETAs do projeto, e o acompanhamento de todo processo pode ser feito diretamente do Laboratório. Em Águas de Nova Friburgo e em Águas

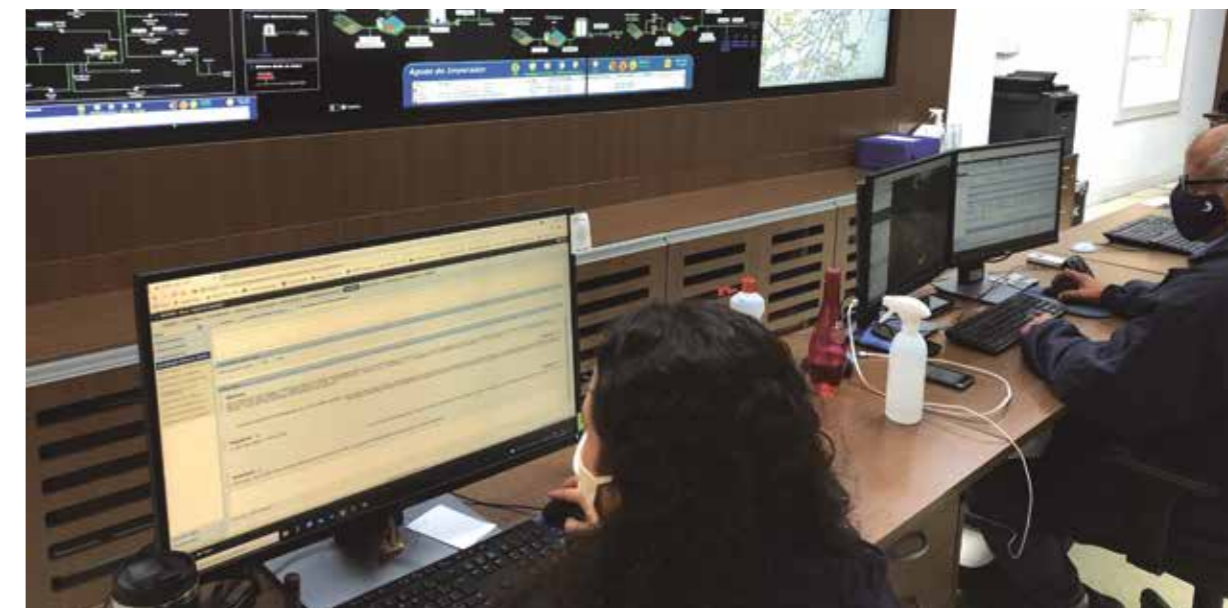


do Paraíba, a visualização do supervisório ocorre a quilômetros de distância, no Centro de Controle Operacional (CCO) existente na sede das empresas.

Outro ponto importante é referente ao monitoramento da qualidade da água tratada e filtrada, e envio dos parâmetros de qualidade ao Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO), pois, com os instrumentos in-line, a medição dos dados de qualidade ocorre a cada 5 minutos, sendo esses armazenados em um banco, permitindo que os operadores dediquem o tempo das análises de bancada (que eram feitas a cada 2 horas) para ações mais importantes do tratamento de água.

O projeto recebeu um investimento total de quase R\$ 800 mil em 2020. Este ano, estão sendo conduzidos diretamente pela Gerência de Automação e Energia os projetos da ETA Alegria, em Águas das Agulhas Negras, ETA Jundiaquara, em Águas de Araçoiaba, e ETAs Rio Grande de Cima e Jason, em Águas de Nova Friburgo.

Grupo Águas do Brasil Programa Água de Valor



O Programa Água de Valor, do Grupo Águas do Brasil, já reduziu nos últimos três anos as perdas de água em suas operações em mais de 17 milhões de m³, um volume equivalente a 6.800 piscinas olímpicas. Só no ano passado, esse montante representou uma economia de quase R\$ 10 milhões. A empresa vem ampliando esforços e investimentos nessa área, alcançando resultados cada vez melhores nas cidades onde atua.

Iniciado em 2018, o Água de Valor tem como missão aumentar a eficiência dos sistemas de distribuição, com o objetivo principal de reduzir as perdas de água, assegurando o abastecimento da população

e contribuindo para a garantia desse direito às gerações futuras.

O programa foi vencedor do Prêmio Firjan 2020 na categoria Água e Efluentes. Com sua implantação, a empresa conseguiu reduzir o volume de captação dos mananciais e a necessidade de investimentos em ampliação da capacidade de produção, diminuindo impactos econômicos e ambientais, e também reduzindo o consumo de energia e produtos químicos, contribuindo ainda com a preservação do meio ambiente e redução dos custos operacionais. Outros bons resultados foram obtidos em relação ao número de fraudes e ligações clandestinas.

Iguá Saneamento Aplicativo IguAPP

Desde dezembro de 2020, a Iguá dispõe do inovador aplicativo IguAPP. Criada no Powerapps da Microsoft Office 365, a ferramenta está sendo utilizada para controle operacional. A nova tecnologia permite identificar precisamente os serviços realizados pelas equipes, e também disponibiliza a realização de cálculo assertivo e prático dos indicadores de rede.

Pelo celular, as equipes, que passaram por treinamento, acessam o aplicativo com uso de senha da conta corporativa e se conectam na ferramenta. O aplicativo utiliza as informações para alimentar o banco de

dados do sistema operacional, além de auxiliar na gestão das equipes, calculando a produtividade da execução dos serviços, e ainda, proporcionalmente o controle de materiais e terceiros.

É possível ainda controlar os serviços de locação de equipamentos e manutenções referentes à frota e eletromecânica. Esses dados são considerados imprescindíveis para a redução de custos operacionais e na gestão de ativos. Nos dois primeiros meses de uso da nova ferramenta, foi possível identificar melhora de 33% no indicador de Taxa Interna de Retorno.



Palestina (SP)

Concessão Plena

Com a concessionária ESAP, dos grupos Aviva Ambiental e Iguá, em operação desde 2007, o município possui um dos menores índices de perdas de água do país: 11% (número referente à média observada entre maio de 2020 a abril de 2021). Esse excelente indicador é fruto de constantes investimentos e da atuação de uma equipe técnica especializada.

Para alcançar esses índices, a empresa realiza acompanhamentos diários da perda de água nos sistemas, com pesquisas por meio da mínima noturna (técnica utilizada para medir a pressão e a vazão de água), haste de escuta mecânica nos cavaletes residenciais da cidade e o uso do geofone, que identifica o local exato do vazamento para que a manutenção seja efetuada no menor prazo possível. Além disso, a população é convocada a participar desse processo por meio de campanhas de conscientização no combate a vazamentos internos nos imóveis. As iniciativas de combate a fraudes também são essenciais para atingir esses resultados.



A concessão plena em Palestina tem validade de 30 anos. A ESAP atende a 12 mil pessoas e trabalha para universalizar o acesso da população à água de qualidade e à coleta e tratamento de esgoto. Dentro desse esforço, vale ressaltar a inauguração da estação de tratamento de esgoto Jurupeba, em agosto do ano passado. Com ela, Palestina atingirá 97% de cobertura de coleta e tratamento de esgoto, faltando muito pouco para a universalização do serviço.

O sistema de tratamento utilizado na ETE Jurupeba é o de lodos ativados com aeração prolongada. A tecnologia empregada é mais eficaz evitar o mau cheiro no processo de tratamento dos efluentes.



Piquete (SP)

Concessão Plena

A concessionária Águas de Piquete, do Grupo Iguá, conseguiu reduzir o índice de perdas na distribuição de 46% para menos de 10%. A marca foi registrada um ano após o começo das ações de combate a perdas, iniciadas no final de 2019.

Responsável pelo abastecimento de água para mais de 13 mil habitantes, a empresa passou a realizar periodicamente o monitoramento das redes, verificando pressão em vários pontos da cidade, em horários distintos.

Foram instaladas válvulas reguladoras de pressão, regulação de telemetria e também a pitometria, que possibilita a análise específica de vazão. Os serviços de manutenção de vazamentos começaram a obedecer rigorosos prazos de execução. Nos pontos mais críticos, foram efetuadas substituições de tubulações. Paralelamente às ações de manutenção, foi realizada a renovação do parque de hidrômetros.

Com a diminuição drástica das perdas, a concessionária conseguiu uma economia de 56% no consumo de produtos químicos e teve registro de eficiência energética de 9%, além de impacto direto no faturamento.

Bem-estar social

Para figurar neste quesito, foram considerados como diferenciais:

- Avanços em saúde
- Avanços em educação/qualificação profissional

Palmas (TO)

Concessão Plena

A jovem cidade, de apenas 32 anos de idade, hoje é considerada a quinta capital brasileira com o melhor índice de saneamento. De acordo com o Ranking do Saneamento Básico – 100 Maiores Cidades, lançado em março de 2021, Palmas ocupa a 28ª posição, ficando atrás de apenas quatro capitais: Curitiba, São Paulo, João Pessoa e Brasília.

Nos últimos cinco anos, foram investidos mais de R\$ 148 milhões em ações como a implantação de novas redes coletoras de esgoto, ampliação da principal estação de tratamento de água da cidade – que aumentou sua capacidade de tratamento de 750 l/s para 1.500 l/s – além de iniciativas de redução de perdas, automações e implementos que permitiram aos sistemas de água e esgoto acompanharem o crescimento da cidade, ampliando o atendimento a áreas novas.

O reflexo disso aparece diretamente nos indicadores de saúde do município. Palmas reduziu a incidência de doenças de veicu-



lação hídrica de 13,36 casos a cada 10 mil habitantes em 2010 para 5,31 em 2018. No mesmo período, entre crianças de 0 a 4 anos, grupo mais vulnerável à falta de saneamento básico, a incidência caiu de 103,03 (2010) para 46,95 (2018).

Palmas ganha destaque, sendo um contraponto aos quadros nacional e regional de indicadores de atendimento com água e esgoto: 100% dos moradores da cidade têm acesso ao serviço de água tratada e 88% têm cobertura com a rede coletora de esgoto.

Penha e São Francisco do Sul (SC)

Concessão Plena

Essencial para a vida e para a higiene, a água ganhou ainda mais importância com o aumento da propagação da Covid-19. Água e sabão são responsáveis pela limpeza das mãos, superfícies e objetos, evitando a contaminação. Atentas às necessidades de cuidados com a higiene e saúde da população, as concessionárias Águas de São Francisco do Sul e Águas de Penha, ambas do Grupo Aegea, têm procurado ampliar o alcance dos benefícios da tarifa social da água (TSA) para garantir o abastecimento a quem vive em situação de vulnerabilidade social nas duas cidades.

O reforço da medida, no entanto, deve vir acompanhado do uso consciente da água, evitando excessos e desperdícios, a fim de não impactar o fornecimento e o orçamento das famílias. Os índices de desconto são regulamentados pelas câmaras municipais.

Para participar, as famílias precisam estar incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e consumir até 10m³ de água/mês. O cadastro se consolidou como o principal instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, possibilitando sua seleção e a inclusão em programas sociais.



Em São Francisco do Sul, a meta é incluir todas as famílias inscritas no CadÚnico na tarifa social. Em Penha, as famílias que estão inscritas no Cadastro para Programas Sociais na Secretaria Municipal de Assistência Social, em dia com o pagamento mensal da tarifa e que consomem até 10m³ de água/mês (comprovado por média dos últimos doze meses), têm direito a tarifa residencial social de água.

Zona Oeste Mais - Rio de Janeiro (RJ)

Concessão Esgoto

Vencedor do Prêmio Faz Diferença do jornal *O Globo*, em 2019, o projeto Qualifica Mais, realizado pela Concessionária Zona Oeste Mais Saneamento, já formou 58 alunos ao longo de três anos de realização, dos quais 16, entre homens e mulheres, conseguiram ser integrados ao quadro de profissionais da empresa. O curso é realizado em parceria com a Firjan, Sesi e Senai, que auxiliam na metodologia e capacitação dos participantes.

O Qualifica Mais tem como objetivo fornecer conhecimento da atividade de bombeiro hidráulico aos moradores da região de atuação da concessionária (22 bairros da zona oeste do Rio de Janeiro). Os inscritos passam por processo seletivo e, após aprovação, participam de 128 horas de formação integral, sendo 84 horas de aulas técnicas presenciais, nas quais são ensinadas a execução de instalações e manutenção de sistemas hidráulicos. Nos dias de aula, os alunos ainda recebem auxílio para o transporte e alimentação no local de realização do curso.

Devido à pandemia, o projeto não abriu turmas em 2020 e aguarda o término do período das medidas restritivas para reiniciar suas atividades.



A worker in a blue uniform and yellow hard hat is inspecting a large pipe in a factory setting. The worker is positioned inside a large, dark-colored pipe, looking down at the interior. The pipe is surrounded by other similar pipes, creating a complex, circular pattern. The lighting is dramatic, with strong highlights and deep shadows, emphasizing the metallic texture of the pipes.

MODELOS DE ATUAÇÃO

Os principais modelos de parceria com a iniciativa privada na operação de serviços de água e esgoto – sejam eles concessões, PPPs e subdelegações – são abordados nas próximas páginas.

A distribuição de contratos de concessões municipais por estados está adiante, na página 91; distribuição das concessões regionais e microrregionais pelo país, na página 94; e a distribuição das PPPs na página 97.

A distribuição dos atuais contratos de acordo com a modalidade pode ser conferida no gráfico à página 89.

Também neste capítulo, apresentamos comparativos de cobertura, investimento, evolução de despesas e tarifas entre as concessionárias privadas e outros operadores do saneamento.

GRÁFICO 23
Média dos índices de cobertura de água e esgoto por tipo de operador 2019 (%)

Fonte: SNIS 2019

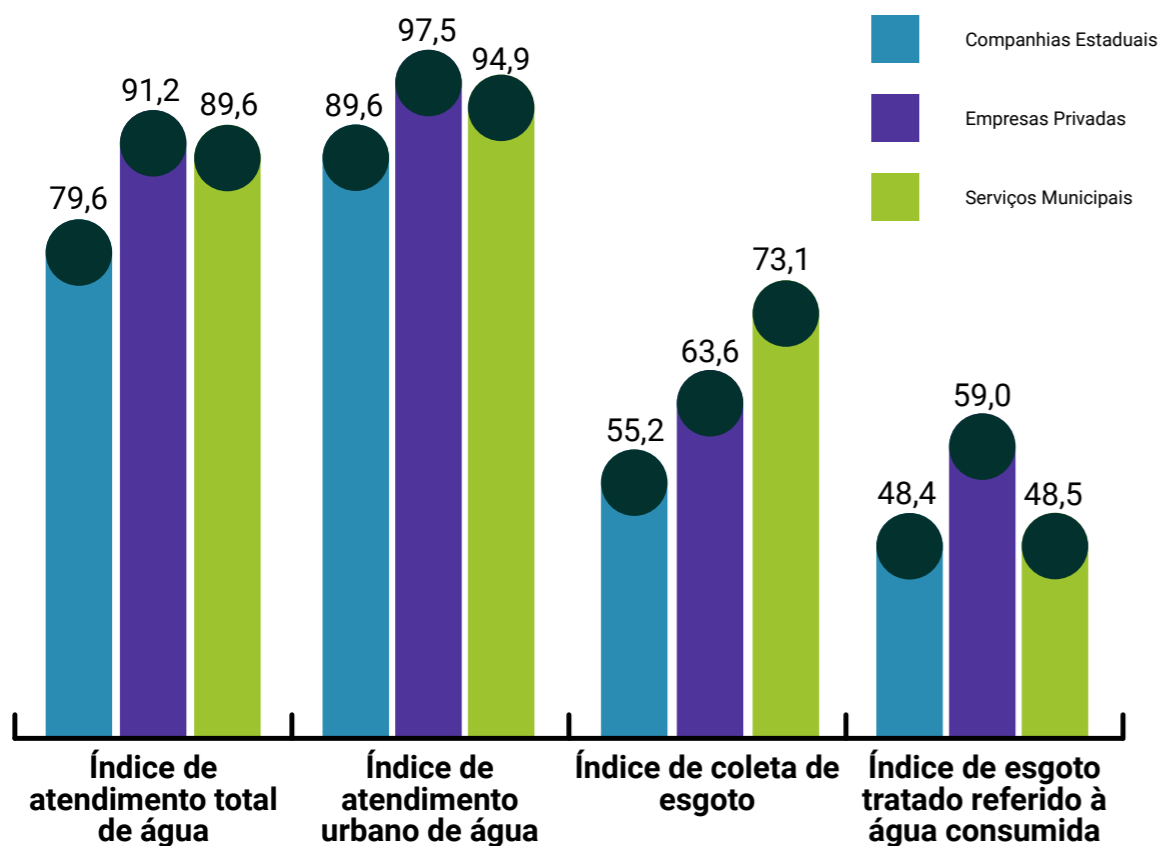


GRÁFICO 24
Tarifa média praticada (R\$/m³) por tipo de operador

Fonte: SNIS

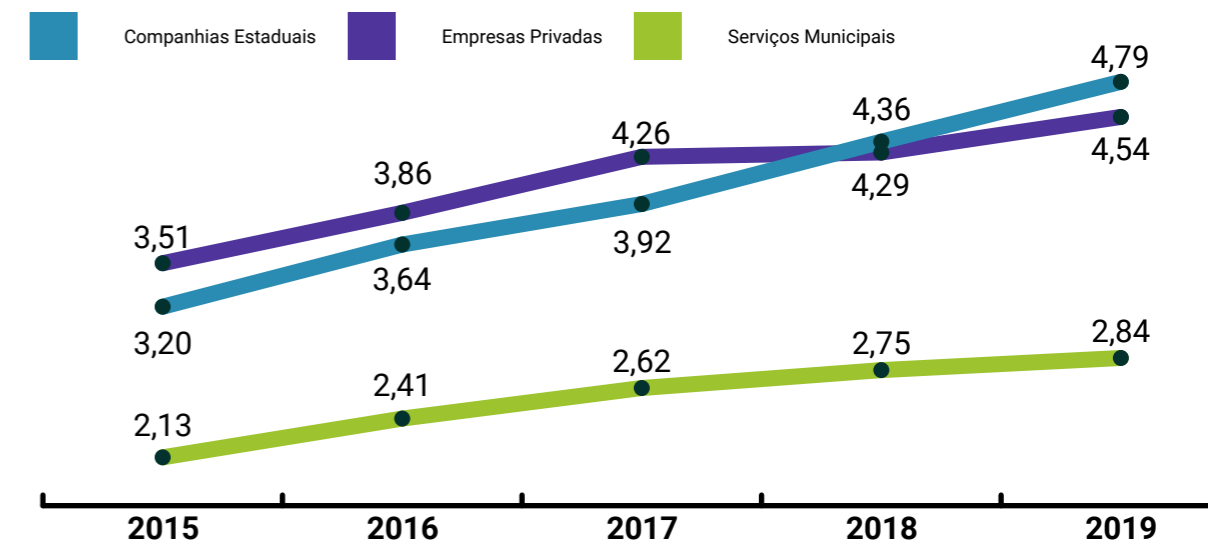


GRÁFICO 25
Despesa total com os serviços por m³ faturado (R\$/m³) por tipo de operador

Fonte: SNIS

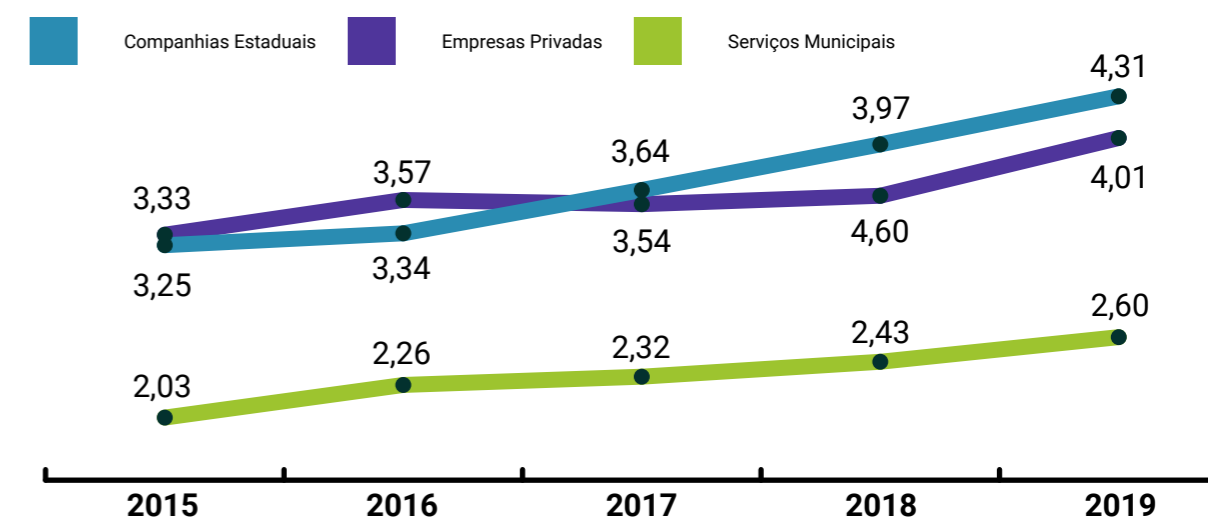


GRÁFICO 26
Média de investimento por ligação de água e esgoto (R\$/ligação) por tipo de operador

Fonte: SNIS 2015- 2019

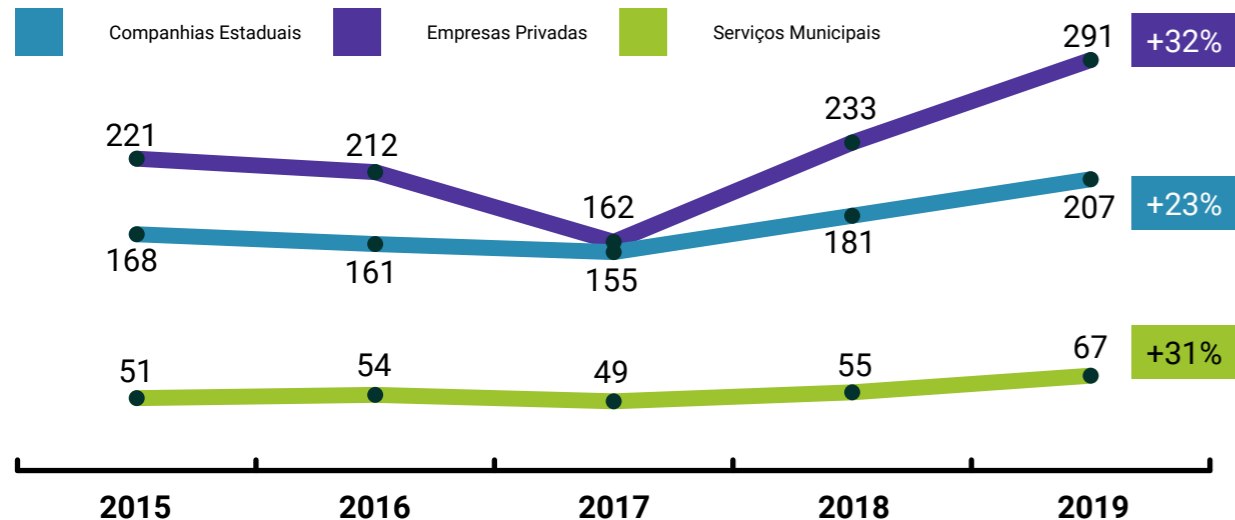


GRÁFICO 27
Investimento per capita (R\$/pessoa) por tipo de operador

Fonte: SNIS e SPRIS para investimento privado

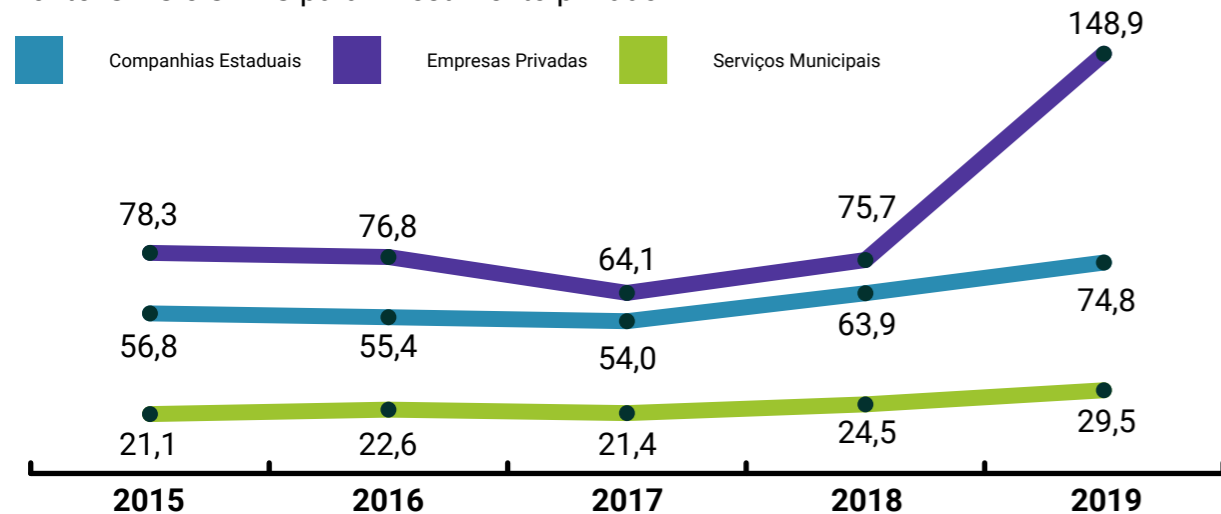
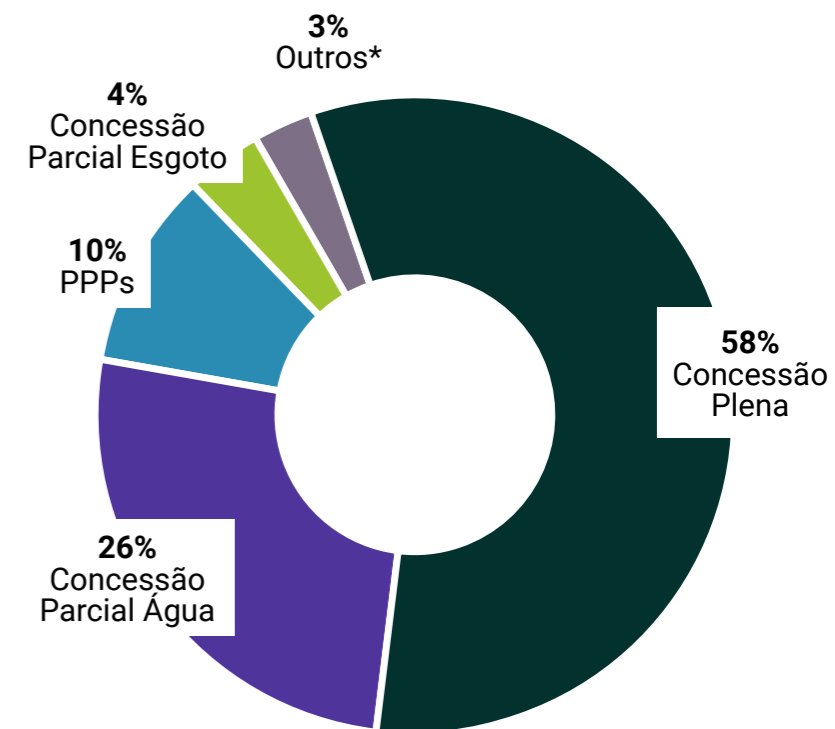


GRÁFICO 28
Distribuição da modalidade de contratos com o segmento privado

Fonte: SPRIS



* Outros tipos de contratos correspondem aos de Subconcessão Plena, Subdelegação de Esgoto e Locação de ativos de Esgoto.

Obs.: Arredondamentos podem levar a variações de 1 ponto percentual para mais ou para menos.

Modalidades	CO	N	NE	S	SE	Total Geral
Outros*	1	0	1	0	3	5
PPPs	1	0	4	1	13	19
Concessão Plena	31	16	7	15	41	110
Concessão Parcial Esgoto	0	0	0	1	7	8
Concessão Parcial Água	8	33	1	2	5	49
Total Geral	41	49	13	19	69	191

Concessões

Há vários modelos com os quais as prefeituras e estados podem contar com a iniciativa privada na concessão de serviços básicos de água e esgotamento sanitário. As alternativas são expostas a seguir.

Importante salientar que todos os modelos aqui apresentados podem ser replicados/ modelados de acordo com a modelo de prestação regionalizada preconizado no novo marco legal do saneamento.

Concessões plenas ou parciais

Poder concendente transfere para a concessionária:

a) toda a operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário; e

b) responsabilidade de realizar os investimentos necessários por determinado período (contratos longos), durante o qual a concessionária será remunerada por meio da cobrança de tarifas aos usuários.

O poder público define regras sobre a qualidade dos serviços e a composição das tarifas, ficando a cargo de uma agência reguladora a fiscalização sobre a aplicação dos termos estabelecidos pelo contrato.

As concessões plenas incluem tanto o serviço de água quanto o de esgotamento sanitário. Concessões parciais podem ser adotadas apenas para um ou outro entre esses serviços (água ou esgoto).

As concessões, plenas ou parciais, podem ser municipais (atendem um único município) ou microrregionais/regionais (atendem mais de um município).

Há concessões plenas e parciais, municipais e microrregionais/regionais em quase todos os estados do Brasil.

TABELA 6
População beneficiada e investimento materializado em 2019 nas concessões municipais privadas

Fonte: SNIS e SPRIS

	População beneficiada*	Investimento materializado em 2019
Concessões Municipais	13.318.157	R\$ 1.485.453.306

* Há municípios com mais de uma concessão municipal. Para esses casos, foi analisado se há sobreposição da população beneficiada e suprimida a quantidade que geraria dupla contagem. O detalhamento poderá ser conferido na página 127.

GRÁFICO 29
Distribuição das concessões municipais pelas UFs

Fonte: SPRIS



GRÁFICO 30
Média dos Indicadores de cobertura de água e esgoto nas concessões municipais plenas e parciais privadas

Fonte: SNIS 2019

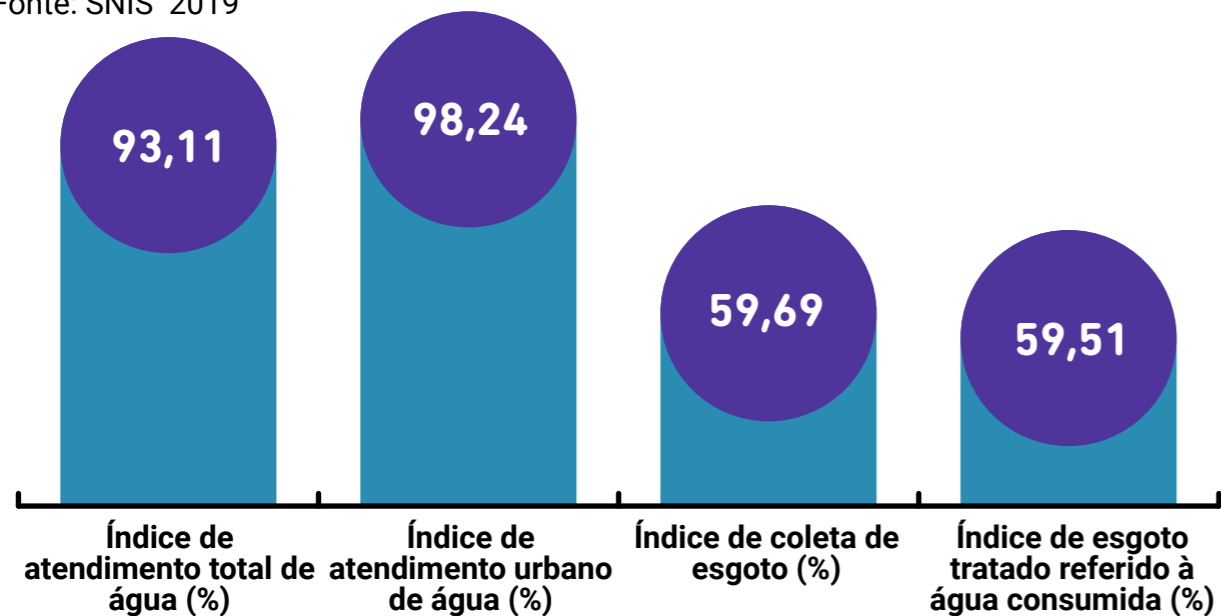


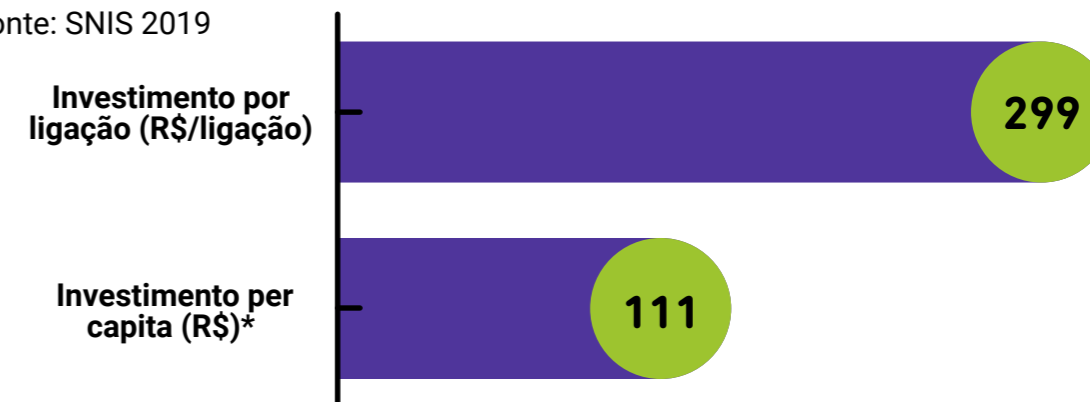
GRÁFICO 31
Tarifa média praticada x Despesa total com os serviços por m³ faturado (R\$/m³) nas concessões municipais plenas e parciais privadas

Fonte: SNIS 2019



GRÁFICO 32
Investimento por ligação (R\$/ligação) e Investimento per capita (R\$)* nas concessões municipais plenas e parciais privadas

Fonte: SNIS 2019



* Referente à população beneficiada.

TABELA 7
População beneficiada e investimento materializado em 2019 nas concessões regionais e microrregionais privadas

Fonte: SPRIS

	População beneficiada	Investimento materializado em 2019
Concessões regionais e microrregionais	2.802.769	R\$ 245.374.009

GRÁFICO 33
Distribuição das concessões regionais e microrregionais privadas pelas UF's

Fonte: SPRIS

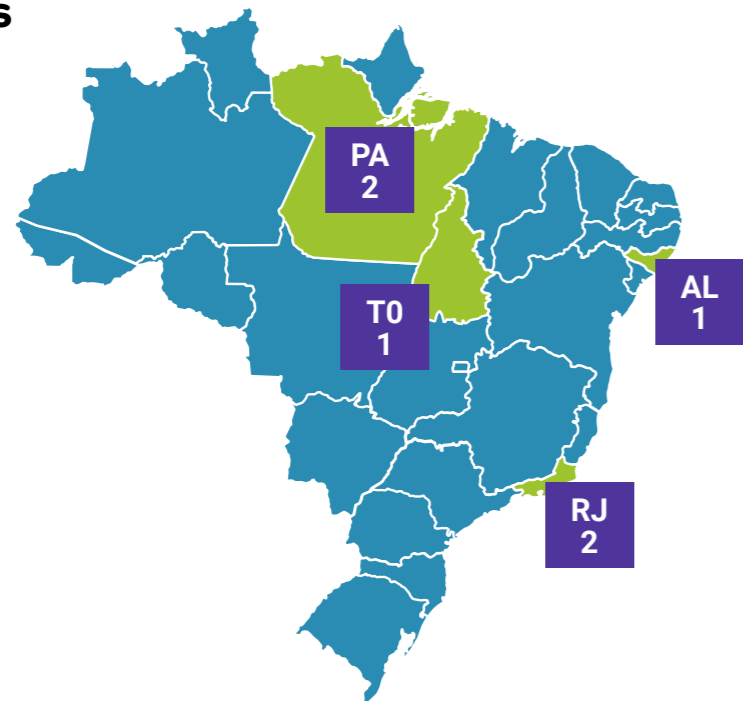


GRÁFICO 34
Tarifa média praticada x Despesa total com os serviços por m³ faturado (R\$/m³) nas concessões regionais e microrregionais privadas

Fonte: SNIS 2019



GRÁFICO 35
Média dos índices de cobertura de água e esgoto nas concessões regionais e microrregionais privadas

Fonte: SNIS 2019

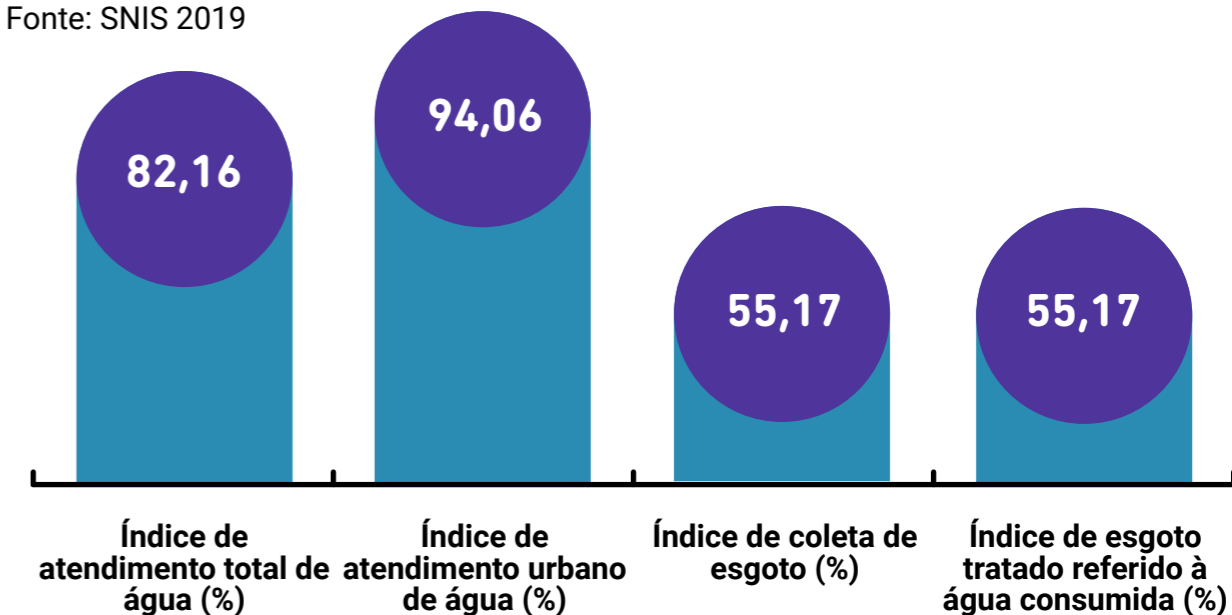
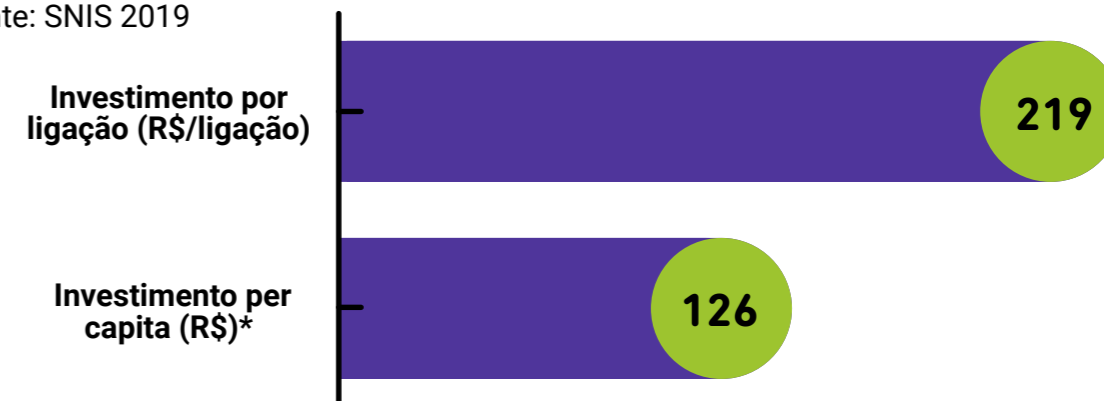


GRÁFICO 36
Investimento por ligação (R\$/ligação) e Investimento per capita (R\$)* nas concessões regionais e microrregionais privadas

Fonte: SNIS 2019



* Referente à população beneficiada.

PPPs

Sob a luz da legislação brasileira, as parcerias público-privadas são contratos administrativos de concessão, que podem ser celebrados na modalidade patrocinada ou administrativa, ambas previstas pela Lei 8.987 (Lei das Concessões).

Na concessão patrocinada, existe o aporte de recursos (contraprestação pecuniária) por parte da administração pública em adição à tarifa paga pelo usuário.

Na concessão administrativa, a remuneração ao parceiro privado é feita por meio de contraprestação pública, sem cobrança de tarifas dos usuários.

Uma combinação comum é a PPP de esgoto na qual existe a presença da iniciativa privada com investimentos em gestão e infraestrutura, além da operação, enquanto a empresa pública de saneamento prossegue cuidando do atendimento ao usuário final, fiscalização dos serviços e administração dos recursos obtidos com a tarifa.

Há importantes PPPs de saneamento em operação nos estados de Pernambuco, Alagoas, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Bahia.

TABELA 8
População beneficiada e investimento materializado em 2019 nas PPPs

Fonte: SPRIS

	População beneficiada	Investimento materializado em 2019	Investimento per capita* em 2019
PPPs	14.548.031	R\$ 2.212.429.514	R\$ 166

* Referente à população beneficiada.

GRÁFICO 37
Distribuição das PPPs pelas UFs

Fonte: SPRIS



Subdelegações

São modelos também previstos pela lei 8.987/95 (Lei das Concessões), pelos quais o prestador de serviços de saneamento transfere alguns de seus encargos a terceiros (empresa subdelegatária).

A empresa vendedora do certame licitatório assume todos os direitos e obrigações da subdelegatária dentro dos limites da subdelegação.

Há subdelegações de saneamento à iniciativa privada em operação nos estados de Goiás e Piauí.

Importante mencionar que, após a aprovação do novo marco legal do saneamento, as subdelegações foram limitadas a 25% do valor dos contratos das empresas subdelegatárias.

An aerial photograph of a dense, vibrant green forest. A river winds through the landscape, forming a large loop around a central island. The island is covered in bright green grass and has a small sandy beach at its base. The surrounding forest is thick and extends to the edges of the frame.

MAIOR PROGRAMA AMBIENTAL DO PAÍS

0 novo marco legal e a universalização

Impactos ambientais

Os esforços e investimentos para o Brasil atingir a universalização dos serviços de água e esgoto não representam apenas a trilha para a retomada econômica. Eles podem ser considerados o maior programa ambiental em curso no país.

Despoluição de rios e mananciais, recuperação de áreas degradadas, uso de energias renováveis e sustentabilidade são alguns dos inestimáveis ganhos que o avanço do saneamento deve proporcionar ao país nos próximos anos a partir do novo marco legal do setor.

Segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Brasil possui mais de 83 mil quilômetros de rios poluídos

(2019). O país despeja quase 6 mil piscinas olímpicas por dia de esgotos não tratados na natureza, de acordo com o Instituto Trata Brasil (2019).

Alcançar a universalização do tratamento de esgoto a partir de investimentos maciços nos próximos anos é a resposta para atenuar radicalmente esse dano diário aos mananciais.

O saneamento básico será o setor de infraestrutura com maior impacto econômico e ambiental nos próximos anos no Brasil.

Saneamento e ODS

Água limpa e saneamento constituem o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 da chamada Agenda 2030 da ONU.

O ODS 6 conclama o mundo a assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Sob essa perspectiva, as concessionárias de saneamento assumem, portanto, um papel fundamental na busca pela água e esgoto tratado como direito humano a ser assegurado.

Saneamento e ESG

Diante do desafio da universalização, acentua-se a necessidade de enquadramento dos investimentos do setor em ESG (Environmental, Social and Corporate Governance).

As concessionárias de saneamento adotam por princípio a chamada Gestão ESG, que foca nas melhores práticas para atender concomitantemente as demandas do meio ambiente, da sociedade e dos acionistas.

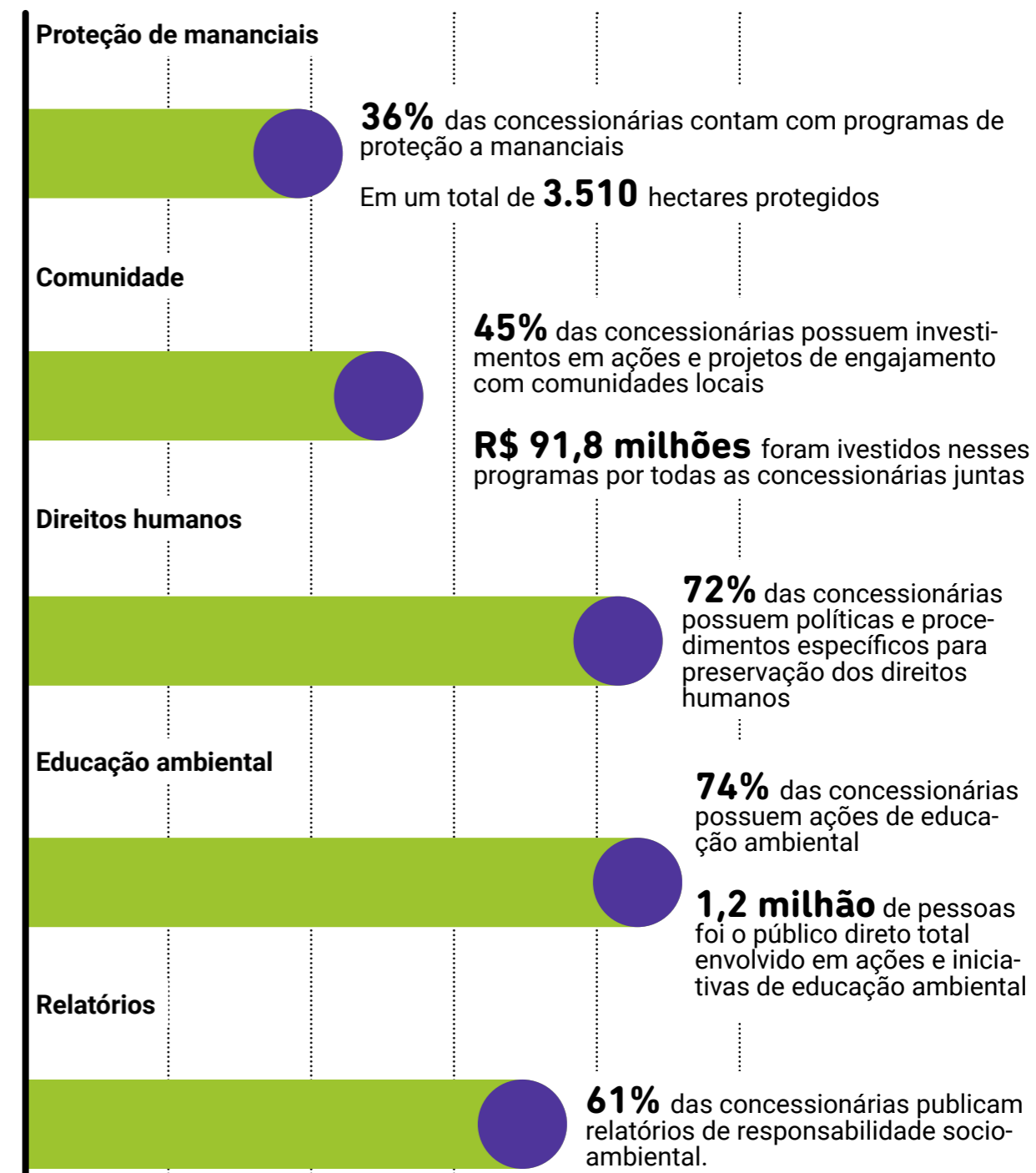
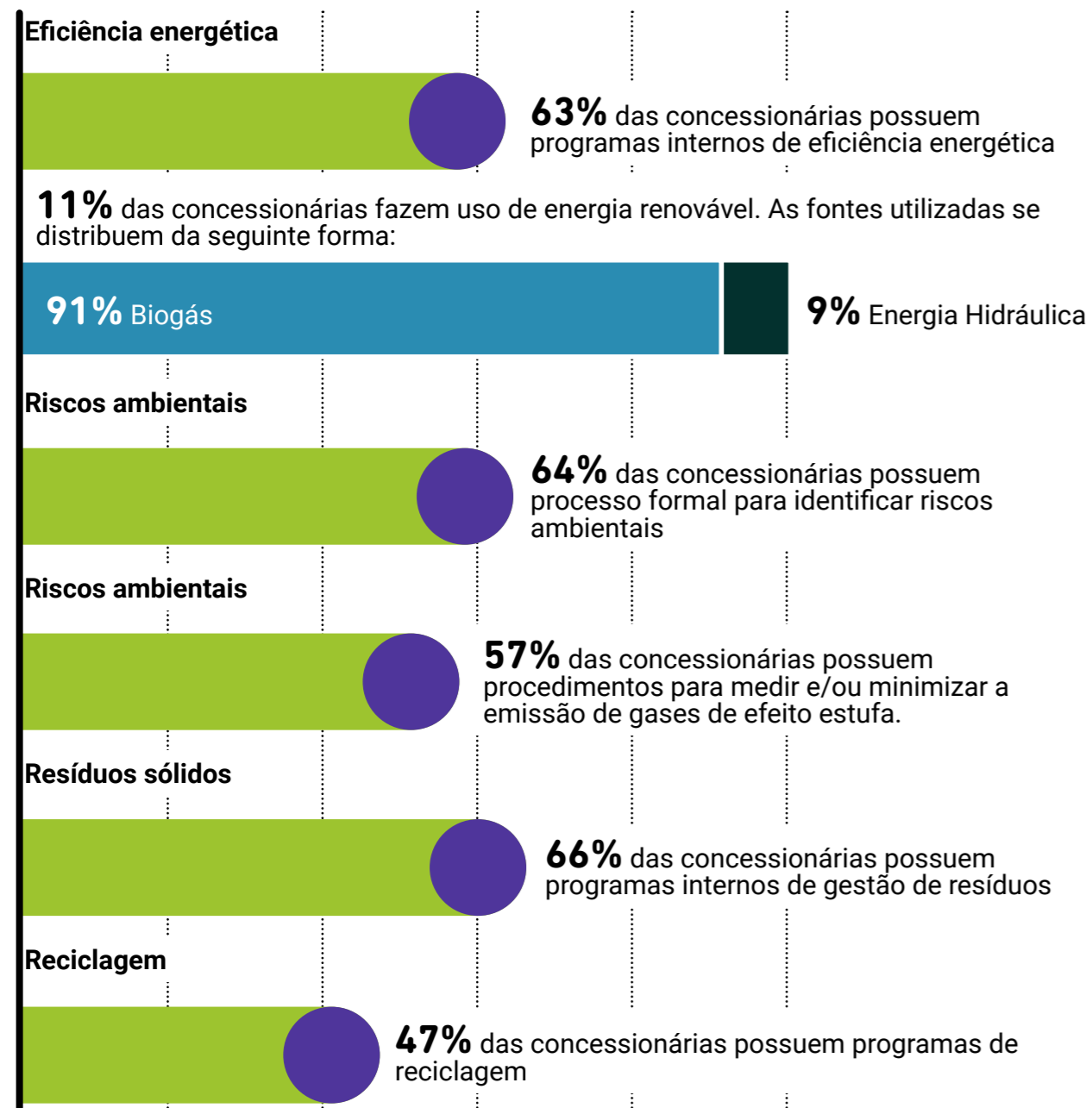
Há vários exemplos de como se alinhar aos princípios do ESG. Entre as possibilidades, nesse contexto, podem ser citadas: a transformação das estações de tratamento de esgoto em fontes de insumos, promovendo a sustentabilidade; o uso de energia renovável; e o incentivo à preservação de rios e outros recursos naturais.

Indicadores Socioambientais das operadoras privadas

Levantamos entre as concessionárias privadas os principais dados sobre o desempenho socioambiental das empresas durante a coleta de dados SPRIS 2019. O resultado indica um segmento que se adapta com rapidez às demandas impostas pelo ESG.

GRÁFICO 38 Indicadores socioambientais das operadoras privadas

Fonte: SPRIS 2019



ESG

Relatamos a seguir alguns casos de concessionárias privadas que apresentam como diferenciais:

- Despoluição de corpos hídricos
- Recuperação de áreas verdes
- Capacitação de moradores para atividades sustentáveis
- Reaproveitamento do lodo de esgoto
- Aplicação da água de reuso
- Aproveitamento da energia solar
- Engajamento em campanhas públicas
- Programas educativos/pedagógicos
- Programas de cidadania
- Compliance – medidas/orientações da entidade voltadas para a consolidação do conceito

Aquapolo (SP)

Contrato privado

Considerado o maior empreendimento para a produção de água de reuso industrial na América do Sul, e um dos maiores do mundo, o Aquapolo é operado pela GS Inima Industrial desde 2019. A unidade é resultado da parceria entre a GS Inima e a Sabesp.

O Aquapolo utiliza o esgoto de 1,5 milhão de habitantes da área entre a capital e a



região do ABC paulista, para, depois de seu tratamento na ETE do ABC, produzir 1.500 litros de água de reuso, dos quais 650 litros são entregues às empresas do Polo Petroquímico do ABC. Esse volume é equivalente ao abastecimento de uma cidade de 500 mil habitantes.

O trabalho do Aquapolo começa ainda nas estações elevatórias da Sabesp, que bombeiam o esgoto até a ETE do ABC. Sensores instalados nas elevatórias determinam o nível de toxicidade da carga que chegará à ETE no curto prazo. Após o processo de tratamento, a vazão que seria destinada ao Córrego dos Meninos (curso d'água para onde é enviada a água após o tratamento) segue para o Polo Petroquímico do ABC, onde é utilizada em vários processos, evitando assim o uso de água potável em aplicações industriais.

De acordo com a unidade, a confiabilidade operacional é acima de 99,9%, qualidade superior em água de reuso. O Aquapolo é pioneiro no aproveitamento de efluentes sanitários para a indústria, contribuindo com a sustentabilidade ambiental e ajudando o crescimento econômico da região, uma vez que água, em conjunto com energia elétrica, são insumos indispensáveis a qualquer processo produtivo.

Arapiraca (AL)

PPP Água

Os agricultores da cidade de Arapiraca (AL) estão reaproveitando a manta de polipropileno na agricultura familiar e já percebem as melhorias na produção de hortaliças e verduras. A manta de geobag e polipropileno com proteção UV, é utilizada no tratamento de água; na agricultura, é colocada diretamente sobre o solo, permitindo o cultivo de mudas, com passagem de água e luminosidade, favorecendo a produtividade e reduzindo os gastos com a manutenção da plantação. Considerado pioneiro no estado, o método favorece a produtividade, além de reduzir os gastos com a manutenção da plantação.

A distribuição das mantas faz parte do projeto Agreste Rural, realizado desde 2018 pela concessionária Agreste Saneamento, do Grupo Iguá. Os primeiros kits foram entregues em 2019 para sete famílias de



agricultores. O projeto funciona em parceria com a prefeitura municipal de Arapiraca, que faz o cadastro dos produtores, preferencialmente orgânicos, para o recebimento das geobags. Dessa forma, 100% dessas mantas utilizadas no tratamento da água são recicladas. Além de sustentáveis, elas garantem uma economia de 40% de água nas lavouras e reduzem o consumo de agrotóxicos, pois atuam como uma barreira protetora entre o solo e a vegetação.

Vale destacar ainda outros avanços da Agreste Saneamento (Grupo Iguá), PPP de água

que atende Arapiraca e mais nove municípios de Alagoas. A empresa conseguiu importantes resultados na redução de perdas com o uso da tecnologia pipers, que identifica corrosões acentuadas nas tubulações.

Foi elaborado também um trabalho de pesquisa e desenvolvimento em busca de uma

nova tecnologia de vedação, com gaxetas injetáveis. Entre janeiro/2020 e julho/2020, enquanto era utilizada a gaxeta por cordas, foram realizadas 53 intervenções nos equipamentos; depois da mudança, apenas cinco dessas intervenções foram necessárias.

Araruama, Saquarema e Silva Jardim (RJ)

Concessão Plena

A concessionária Águas de Juturnaíba (Grupo Águas do Brasil) realiza, em parceria com o Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, um projeto de educação ambiental para restaurar a mata ciliar da represa de Juturnaíba. A iniciativa já reflorestou mais de 9 hectares de mata, que ficam três anos sob observação de profissionais para garantir que o replantio se estabeleça no local, e atingiu mais de mil pessoas com ações educativas.

A iniciativa trouxe impactos importantes e benéficos para o ecossistema local. Alguns deles são o sequestro e neutralização de carbono promovido pela área verde replantada; o retorno da fauna nativa, que por muitas vezes já deixou o local; aumento do volume de água nos corpos hídricos da região, por meio da recomposição de nascentes e olhos d'água; proteção das margens da represa; redução de erosão e, consequentemente, diminuição do assoreamento da

represa de Juturnaíba e de seus contribuintes, além de promover a conscientização da população quanto à sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

Anualmente, a concessionária promove a limpeza da represa de Juturnaíba, manancial que abastece oito cidades da Baixada Litorânea do Rio de Janeiro. Com o apoio de órgãos públicos e voluntários, são realizadas ações de conscientização da população local sobre o descarte inadequado de lixo e seus danos ao meio ambiente. Em 11 edições de projeto, já foram removidas mais de duas toneladas de lixo do manancial (garrafas pet e sacolas, pneus, restos de eletrônicos, de eletrodomésticos e de móveis).



Atibaia (SP)

PPP Esgoto

Todo o lodo gerado no processo de tratamento de esgoto da cidade de Atibaia é transformado em fertilizantes por meio de compostagem. Com a iniciativa, iniciada em março de 2020, cerca de 40 toneladas de lodo geradas mensalmente deixaram de ser descartadas em aterro sanitário e passaram a ser reaproveitadas como adubo para a agricultura. Cada 2,6 toneladas de resíduos rende uma tonelada de fertilizante orgânico.

Para realizar esse processo, a concessionária Atibaia Saneamento, do Grupo Iguá, envia o lodo para uma empresa que utiliza o sistema termofílico, a fim de que sejam removidos os patógenos. O produto final fica parecido com terra, rico em nutrientes, e é um ótimo adubo reutilizado pelos agricultores.



No ano de 2020, a Atibaia Saneamento cooperou com a produção de 184,6 toneladas de fertilizante agrícola — o composto pode ser até 50% mais barato que os fertilizantes sintéticos, além de apresentar uma eficiência superior, se comparado aos demais. O que seria lixo é reaproveitado para gerar também movimentação econômica, agregando valor e impacto social ao processo.

Grupo Aegea - Projeto Pioneiros

Com o objetivo de estimular o pensamento inovador de estudantes de ensino médio de escolas públicas e ampliar informações sobre a importância dos serviços de saneamento, a Aegea realiza desde 2019 o Projeto Pioneiros. Profissionais das concessionárias do grupo atuam como tutores voluntários para levar para os jovens conhecimento sobre o mercado de trabalho, serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, com o objetivo de estimular e desenvolver reflexões sobre

o futuro profissional dos estudantes, além de criatividade e inovações para o setor.

Os jovens passam por um período de palestras e atividades nas concessionárias, com duração de quatro meses, e têm acesso aos cursos disponíveis na Academia Aegea. Em seguida, são desafiados a desenvolver um projeto propondo solução criativa a um problema identificado em sua comunidade. Os projetos elaborados pelos jovens concorrem a prêmios nas

concessionárias e os melhores se classificam para a etapa nacional, sendo premiados pela Aegea.

Em 2020, sua segunda edição, o Pioneiros contou com a participação de 106 jovens de 10 municípios onde a Aegea opera: Manaus (AM), Barcarena (PA), Teresina (PI), Timon (MA), Barra do Garças (MT), Campo Grande (MS), Campo Verde (MT), Primavera do Leste (MT), Sinop (MT) e Sorriso (MT). No ano passado o projeto teve de passar por reformulação devido à pandemia, sendo agora aplicado de forma on-line.

Entre os principais resultados já observados com os jovens que passaram pelo curso estão a contribuição para redução da

evasão escolar, desenvolvimento de projetos, fortalecimento do relacionamento da empresa com as comunidades, estímulo ao trabalho voluntário e ainda abertura para oportunidades de trabalho. Alguns jovens Pioneiros têm a chance de serem contratados como aprendizes ao final do projeto, ou mesmo serem efetivados pela empresa.

“Nas conversas com os tutores, nós percebemos que a dinâmica de troca com os jovens estudantes cria uma visão de futuro, visão de disciplina e, de certa forma, ilumina o caminho de desenvolvimento desses jovens, cujo destino é cuidar de suas comunidades. Essa retroalimentação entre profissionais e estudantes vai gerar frutos surpreendentes no futuro”, destaca Radamés Casseb, presidente da Aegea Saneamento.



Guaratinguetá (SP)

PPP Esgoto

Desde 2008, a concessionária Guaratinguetá Saneamento (Grupo Iguá) é responsável pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto para uma população de quase 110 mil habitantes. Com o objetivo de promover a sustentabilidade, reduzindo o consumo de água potável para fins menos nobres nos serviços de desobstrução de rede, desde dezembro de 2020 a empresa passou a reutilizar o efluente tratado para abastecer caminhão hidrojetado. Com a iniciativa, a estação conseguiu reduzir significativamente o consumo de água potável que antes era necessária para realizar serviços de desobstrução das redes coletoras.

A concessionária estima uma economia de 150 m³ por mês com o reuso do efluente tratado. O volume é suficiente para abastecer cerca de 750 pessoas por mês e 9 mil pessoas no ano.

A utilização do efluente tratado para fins urbanos vem se destacando no estado de São Paulo desde 2017, quando a Resolução Conjunta SES/SIMA nº01 foi criada. A implantação do sistema de reuso é eficiente para rápida redução de consumo e custos com água potável, com retorno rápido e de baixo custo.



Jundiaí (SP)

Concessão Parcial de Esgoto

Há mais de 15 anos, a concessionária Companhia Saneamento de Jundiaí mantém a Casa da Fonte, projeto social de grande relevância. No último ano, a pandemia fez com que a iniciativa precisasse mudar sua estratégia de atendimento, reforçando seu viés assistencial em detrimento do apoio à educação básica e profissionalizante. Essa mudança foi necessária para que a Casa da Fonte pudesse ajudar da melhor maneira as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Além de doações feitas pela CSJ, houve a busca de parceiros dispostos a unir esforços para atender um número maior de famílias. Com isso, a Casa da Fonte conseguiu ampliar sua capacidade para levar condições básicas e carinho às famílias carentes.

Entre março de 2020 e março de 2021, foram produzidas e doadas mais de 16 mil máscaras e 15 mil aventais descartáveis aos serviços de saúde de Jundiaí. Além disso, foram entregues nos domicílios das famílias cadastradas: 1.247 cestas bási-



cas; 4.066 cestas com hortifrutí, pães, biscoitos, sopas, ovos e leite; 883 kits de higiene pessoal; 337 kits de brinquedos e livros; e 2.474 apostilas com matéria e exercícios de português, matemática, alfabetização e de apoio às emoções, para crianças sem acesso à internet.

Para aqueles que possuem acesso à internet, a Casa da Fonte continuou transmitindo conhecimento por meio de aulas on-line, disponibilizadas nos seus canais no YouTube, Instagram, Facebook e em grupos de WhatsApp. Os atendimentos de assistência social também foram ampliados. Apenas entre março e dezembro, foram realizados 636 atendimentos.

Mogi Mirim (SP)

Concessão Parcial de Esgoto

Operadora de serviços de esgotamento sanitário, a concessionária Serviços de Saneamento de Mogi Mirim (SESAMM, controlada pela GS Inima Brasil e Sabesp) passou a gerar energia para uso operacional com a implantação de uma usina de captação de energia solar por meio de placas fotovoltaicas.

A usina UFV responde por cerca de 30% da energia necessária à operação da ETE de Mogi Mirim, que tem capacidade para tra-



tar 150 litros de esgoto por segundo (88% do volume gerado pela população). Além disso, toda a água para fins não potáveis utilizada na ETE é de reuso.

Petrópolis (RJ)

Concessão Plena

Os biodigestores da concessionária Águas do Imperador (Grupo Águas do Brasil) são referência nacional e internacional pelo seu valor socioambiental. Além de tratar o esgoto de comunidades carentes de difícil acesso, a empresa realiza um trabalho de educação ambiental na região e, sempre que possível, utiliza mão de obra local na construção.

Os filtros dos biodigestores são feitos com milhares de pneus e garrafas PET, materiais altamente poluentes, que são retirados da natureza e ainda ganham função



despoluente. Não há cobrança de tarifa pelo tratamento, e o biogás gerado é utilizado em creches e por moradores da própria comunidade.

Além disso, os biodigestores não consomem energia elétrica, tratam o esgoto no local onde ele é gerado e, ao final do pro-

cesso, o efluente é devolvido aos rios com até 85% de pureza em relação à carga orgânica inicial.

Atualmente, a concessionária administra dez biodigestores, o que garante o reaproveitamento de um total de 280 mil garrafas PET e quase três mil pneus.

Piracicaba (SP)

PPP Esgoto

O município, de aproximadamente 408 mil habitantes, ganhou notoriedade nacional por melhorias na operação e resultados com a sustentabilidade. Responsável pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto na cidade, a concessionária Águas do Mirante, do Grupo Aegea, passou a reaproveitar o lodo que sobra do tratamento de esgoto para ser usado como adubo. O expressivo investimento na operação inclui o tempo dedicado à pesquisa e inovação para possibilitar o emprego do material na agricultura. O projeto tem a participação do campus da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP).

Cerca de 900 toneladas de lodo recolhidas nas ETEs da cidade são levadas até uma espécie de estufa para a secagem. Em menos de um mês, o resíduo diminui em três vezes seu volume inicial, ganhando o aspecto de terra. É quando ele está pronto para ser utilizado como adubo para a agricultura, por possuir grandes concentrações de nutrientes. O projeto é considerado de grande benefício para o meio ambiente.



Antes da implantação da secagem, todo o lodo das estações era destinado para o aterro sanitário.

Outro trabalho importante para garantir os índices do esgotamento e melhoria na qualidade de vida da população foi a implantação de redes coletoras em comunidades localizadas em regiões que não faziam parte do escopo da concessão. A ação é realizada desde 2017 e, com ela, já foram instalados mais de 10 quilômetros de redes. Treze comunidades foram beneficiadas, contabilizando cerca de 2 mil famílias.

Resende (RJ)

Concessão Plena

Desenvolvido pelo Grupo Águas do Brasil, o programa Olhar Ambiental possibilita o planejamento e o gerenciamento das ações de educação ambiental realizadas pela holding e suas concessionárias. A iniciativa já beneficiou cerca de 170 mil pessoas desde sua implantação, em 2014.

Em 2020, o programa alcançou 1.853 pessoas com a adaptação de algumas das atividades propostas, prezando pela segurança dos participantes e das equipes envolvidas, frente à pandemia da Covid-19.

Em Resende, a Águas das Agulhas Negras, pertencente ao Grupo, é uma das concessionárias que desenvolve bastante o programa, atendendo pessoas nas atividades de visita técnica às estações de tratamento de água e esgoto, oficinas e eventos socioambientais.

Com o atual cenário de pandemia, a concessionária disponibilizou um tour virtual pela ETA Alegria, através do projeto Olhar Ambiental 360°. A iniciativa permite uma experiência totalmente imersiva em realidade virtual, levando o visitante a conhecer todos os processos utilizados no tratamento da água.





QUADRO DE CONCESSÕES

Niterói

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do Contrato	Prazo	População Beneficiada	Investimentos realizados em 2019 (milhões R\$)
ALAGOAS							
Atalaia	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Maceió	BRK Ambiental	Concessão Plena	2020	35	857.000	-
Barra de Santo Antônio							
Barra de São Miguel							
Coqueiro Seco							
Maceió							
Marechal Deodoro							
Messias							
Murici							
Paripueira							
Pilar							
Rio Largo							
Santa Luzia do Norte							
Satuba							
Arapiraca	Agreste Saneamento	Iguá Saneamento	PPP Água	2012	30	262.576	5,63
Campo Grande							
Coité do Noia							
Craíbas do Nunes							
Feira Grande							
Grau do Ponciano							
Igaci							
Lagoa da Canoa							
Olho D'água Grande							
São Brás							
Maceió	Sanama Saneamento Alto Maceió	GS Inima Brasil	PPP Esgoto	2014	30	350.000	38,50
23	3					1.119.576	44,12
AMAZONAS							
Manaus	Águas de Manaus	Aegea	Concessão Plena	2000	45	2.128.266	177,46
1	1					2.128.266	177,46

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do Contrato	Prazo	População Beneficiada	Investimentos realizados em 2019 (milhões R\$)
BAHIA							
Lauro de Freitas	BRK Ambiental Jaguaribe	BRK Ambiental	PPP Esgoto	2006	19	1.944.000	2,75
Salvador							
Prado	Água e Saneamento do Prado	Socienge Engenharia e Concessões	Concessão Plena	2019	30	28.194	-
Serra do Ramalho*	Águas de Serra do Ramalho Saneamento	Brasil Engenharia	Concessão Plena	2019	30	31.472	-
4	3					2.003.666	2,75
ESPÍRITO SANTO							
Cariacica	Ambiental Cariacica	Aegea	PPP Esgoto	2020	30	142.856	-
Cachoeiro de Itapemirim	BRK Cachoeiro de Itapemirim	BRK Ambiental	Concessão Plena	1998	50	208.499	8,17
Serra	Ambiental Serra	Aegea	PPP Esgoto	2014	30	348.180	29,82
Vila Velha	Ambiental Vila Velha	Aegea	PPP Esgoto	2017	30	166.028	13,65
4	4					865.563	51,64
GOIÁS							
Aparecida de Goiânia	BRK Ambiental Goiás	BRK Ambiental	Subdelegação Esgoto	2013	n.d.	600.731	791,59
Jataí							
Rio Verde							
Trindade							
4	1					600.731	791,59
MARANHÃO							
Paço do Lumiar	BRK Ambiental - Paço do Lumiar	BRK Ambiental	Concessão Plena	2014	35	113.411	12,22
São José de Ribamar	BRK Ambiental - São José de Ribamar	BRK Ambiental	Concessão Plena	2014	35	164.911	15,12
Timon	Águas de Timon Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2015	30	146.996	7,43
3	3					425.318	34,78

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do Contrato	Prazo	População Beneficiada	Investimentos realizados em 2019 (milhões R\$)
------------	----------------	---------	------------	-----------------	-------	-----------------------	--

MINAS GERAIS

Araújos	Sanarj Concession. de Saneamento Básico	Global Engenharia, Planex Consultoria	Concessão Plena	2002	30	8.000	0,03
Belo Horizonte							
Betim							
Contagem							
Ibirité							
Igarapé							
Lagoa Santa							
Mário Campos	Sistema Rio Manso	BRK Ambiental	PPP Água	2013	15	1.400.000	870,07
Pedro Leopoldo							
Ribeirão das Neves							
Santa Luzia							
São Joaquim de Bicas							
São José da Lapa							
Sarzedo							
Vespasiano							
Bom Sucesso	Águas de Bom Sucesso	Global Engenharia, Planex Consultoria	Concessão Plena	2002	25	17.603	0,25
Ouro Preto	Saneouro - Concessionária de Tratamento de Água e Esgoto	GS Inima Brasil	Concessão Plena	2019	35	70.781	0,01
Pará de Minas	Águas de Pará de Minas	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2015	35	93.950	13,48
Paraguasu	Coságua	Global Engenharia, Planex Consultoria	Concessão Plena	2000	30	20.333	0,28
Santo Antônio do Amparo	Águas de Santo Antônio do Amparo	Socienge Engenharia e Concessões	Concessão Plena	2019	30	15.168	0,56
20	7					1.625.835	884,69

MATO GROSSO DO SUL

Campo Grande	Águas Guariroba	Aegea	Concessão Plena	2000	60	883.962	105,43
Dourados + 67 Municípios	Ambiental MS Pantanal	Aegea	PPP Esgoto	2021	30	655.037	-
69	2					1.538.999	105,43

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do Contrato	Prazo	População Beneficiada	Investimentos realizados em 2019 (milhões R\$)
------------	----------------	---------	------------	-----------------	-------	-----------------------	--

MATO GROSSO

Alta Floresta	Águas Alta Floresta	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2002	30	44.322	1,83
Arenópolis	Águas de Arenópolis	Nascimento Engenharia	Concessão Plena	2001	30	9.600	0,06
Barra dos Garças	Águas de Barra dos Garças	Aegea	Concessão Plena	2003	30	54.957	5,23
Campo Verde	Águas de Campo Verde	Aegea	Concessão Plena	2001	30	35.513	8,17
Canarana	Águas Canarana	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2000	40	17.035	1,38
Carlinda	Águas de Carlinda	Aegea	Concessão Água	2004	30	4.290	0,09
Cláudia	Águas de Cláudia	Aegea	Concessão Plena	2004	30	9.842	0,19
Colíder	Águas Colíder	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2002	30	26.693	1,58
Comodoro	Águas Comodoro	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2007	30	14.100	0,56
Confressa	Águas de Confresa	Aegea	Concessão Plena	2014	30	17.519	1,63
Cuiabá	Águas Cuiabá	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2012	30	601.116	247,33
Diamantino	Águas de Diamantino	Aegea	Concessão Plena	2014	30	22.041	1,22
Guarantã do Norte	Águas de Guarantã	Aegea	Concessão Plena	2001	30	29.874	0,72
Jangada	Águas de Jangada	Aegea	Concessão Plena	2004	30	5.742	0,06
Jauru	Águas de Jauru	Aegea	Concessão Plena	2012	30	7.753	1,21
Juara	Águas de Juara	Pereira Campanha	Concessão Plena	2001	30	31.000	0,81
Marcelândia	Águas de Marcelândia	Aegea	Concessão Plena	2003	30	6.494	0,12
Matupá	Águas de Matupá	Aegea	Concessão Plena	2001	30	12.771	2,44
Nobres	Empresa de Saneamento de Nobres	Encomind Engenharia	Concessão Plena	1999	30	15.334	-
Nortelândia	Águas de Nortelândia	Aegea	Concessão Água	2002	50	4.903	0,10
Nova Canaã do Norte	Águas de Canaã	Construtora Premier	Concessão Água	2009	30	12.787	0,56
Novo São Joaquim	Setae - Serviço de Tratamento de Água e Esgoto - Novo São Joaquim	Setae - Serviço de Tratamento de Água e Esgoto	Concessão Água	2001	30	3.198	0,02
Nova Xavantina	Setae - Serviço de Tratamento de Água e Esgoto - Nova Xavantina	Setae - Serviço de Tratamento de Água e Esgoto	Concessão Água	2001	30	20.974	0,38
Paranatinga	Águas de Paranatinga	Aegea	Concessão Plena	2015	30	17.329	2,38
Pedra Preta	Águas de Pedra Preta	Aegea	Concessão Plena	2003	29	12.735	0,29
Peixoto Azevedo	Águas de Peixoto de Azevedo	Aegea	Concessão Plena	2000	30	27.729	0,57
Poconé	Águas de Poconé	Aegea	Concessão Água	2008	16	23.366	0,29
Pontes e Lacerda	Águas Pontes e Lacerda	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2000	30	37.634	1,83
*Porto dos Gaúchos	Águas de Porto dos Gaúchos	Lugui Construtora de Obras e Saneamento	Concessão Água	2018	30	5.410	-
Porto Esperidião	Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição	Aegea	Concessão Plena	2012	30	4.579	0,04
Primavera do Leste	Águas de Primavera Ltda	Aegea	Concessão Plena	2000	30	58.690	11,23
Sapezal	Naturágua Distribuidora de Água	Naturágua Distribuidora de Água	Concessão Plena	2000	30	21.633	0,48
Santa Carmen	Águas de Santa Carmem	Aegea	Concessão Água	2001	30	3.413	0,03

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do Contrato	Prazo	População Beneficiada	Investimentos realizados em 2019 (milhões R\$)
São José do Rio Claro	Águas de São José do Rio Claro	Aegea	Concessão Plena	2008	30	15.890	0,08
Sinop	Águas de Sinop	Aegea	Concessão Plena	2014	30	118.536	7,64
Sorriso	Águas de Sorriso	Aegea	Concessão Plena	2000	30	90.313	10,72
União do Sul	Águas de União do Sul	Aegea	Concessão Plena	2000	30	2.192	0,01
Vera	Águas de Vera	Aegea	Concessão Plena	2004	37	8.120	0,05
38	38					1.455.427	311,31

PARÁ

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do Contrato	Prazo	População Beneficiada	Investimentos realizados em 2019 (milhões R\$)
Abel Figueiredo	Abastecimento de Água (Abel Figueiredo)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2018	30	6.616	0,09
Barcarena	Águas de São Francisco	Aegea	Concessão Plena	2014	30	27.579	3,91
Bom Jesus do Tocantins	BRK Ambiental Araguaia	BRK Ambiental	Concessão Plena	2006	30	78.156	6,03
Santana do Araguaia							
São João do Araguaia							
São Domingos do Araguaia							
Redenção							
Curionópolis							
Eldorado dos Carajás							
São Geraldo do Araguaia	Saneatins	BRK Ambiental	Concessão Plena	2007	30	96.253	3,28
Tucumã							
Xinguara							
Itupiranga	Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto (Itupiranga)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Plena	2015	30	4.947	2,11
Jacundá	Jacundá Ambiental	Aviva Ambiental e Ello Serviços, Obras e Participações	Concessão Plena	2018	30	25.506	1,06
Novo Progresso	Águas de Novo Progresso	Aegea	Concessão Plena	2003	30	18.167	0,36
Novo Repartimento	Abastecimento de Água (Novo Repartimento)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	30	3.519	1,29
Rurópolis	Águas de Rurópolis	Perenge Engenharia e Concessões e Pavieng Engenharia	Concessão Plena	2019	30	28.000	-
17	9					288.743	18,14

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do Contrato	Prazo	População Beneficiada	Investimentos realizados em 2019 (milhões R\$)
------------	----------------	---------	------------	-----------------	-------	-----------------------	--

PERNAMBUCO

Abreu e Lima	BRK Ambiental Atlântico	BRK Ambiental	PPP Esgoto	2013	35	1.297.941	1167,65
Araçoiaba							
Cabo de Santo Agostinho							
Camaragibe							
Goiana							
Igarassu							
Ipojuca							
Itamaracá							
Itapissuma							
Jaboatão dos Guararapes							
Moreno							
Olinda							
Paulista							
Recife							
São Lourenço da Mata							
15	1					1.297.941	1167,65

PIAUI

Bom Princípio do Piauí	Companhia de Abastecimento de Bom Princípio	Diniz Neto Soluções de Águas e Esgotos	Concessão Água	2018	30	5.651	-
Landri Sales	Soluções de Águas e abastecimento de Landri	Diniz Neto Soluções de Águas e Esgotos	Concessão Plena	2019	30	5.283	-
Teresina	Águas de Teresina	Aegea	Subconcessão Plena	2017	30	815.271	113,71
3	3					826.205	113,71

PARANÁ

Paranaguá	Paranaguá Saneamento	Iguá Saneamento	Concessão Plena	1997	45	149.329	47,89
1	1					149.329	47,89

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do Contrato	Prazo	População Beneficiada	Investimentos realizados em 2019 (milhões R\$)
------------	----------------	---------	------------	-----------------	-------	-----------------------	--

RIO DE JANEIRO

Armação de Búzios	Prolagos	Aegea	Concessão Plena	1998	43	413.747	46,16
Arreal do Cabo							
Cabo Frio							
Iguaba Grande							
São Pedro da Aldeia							
Araruama	Águas de Juturnaíba	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	1998	50	226.178	31,13
Saquarema							
Silva Jardim							
Campos dos Goytacazes	Águas do Paraíba	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	1999	60	482.369	65,71
Guapimirim	Fontes da Serra	Emissão Engenharia	Concessão Água	2000	30	43.936	-
Macaé	BRK Ambiental Macaé	BRK Ambiental	PPP Esgoto	2012	35	182.241	23,25
Niterói	Águas de Niterói	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	1999	50	513.584	34,97
Nova Friburgo	Águas de Nova Friburgo	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	1999	40	166.570	24,51
Paraíba do Sul	Águas da Condessa	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2020	35	44.285	-
Paraty	Águas de Paraty	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	PPP Água e Esgoto	2014	30	32.098	0,17
Petrópolis	Águas do Imperador	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	1997	45	296.575	11,77
Rio de Janeiro	Zona Oeste Mais Saneamento	BRK Ambiental e Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Esgoto	2012	30	1.425.330	109,67
Rio das Ostras	BRK Ambiental Rio das Ostras	BRK Ambiental	Concessão Esgoto	2007	16	38.594	5,22
Resende	Águas das Agulhas Negras	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2008	30	127.039	8,52
Santo Antônio de Pádua	Águas de Pádua	Empresa de Saneamento Ambiental e Concessões	Concessão Água	n.d.	n.d.	42.479	-
São José do Vale do Rio Preto	Águas do Rio Preto	Empresa de Saneamento Ambiental e Concessões	Concessão Água	n.d.	n.d.	13.299	0,40
21	15					4.048.324	361,49

RONDÔNIA

Ariquemes	Águas de Ariquemes	Aegea	Concessão Plena	2016	30	73.422	6,75
Buritis	Águas de Buritis	Aegea	Concessão Plena	2015	30	3.519	0,44
Pimenta Bueno	Águas de Pimenta Bueno Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2015	30	31.885	1,16

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do Contrato	Prazo	População Beneficiada	Investimentos realizados em 2019 (milhões R\$)
------------	----------------	---------	------------	-----------------	-------	-----------------------	--

Rolim de Moura	Águas de Rolim de Moura Saneamento	Aegea	Concessão Plena	2016	30	41.330	1,30
4	4					150.156	9,65

RIO GRANDE DO SUL

Alvorada	Ambiental Metrosul	Aegea	PPP Esgoto	2020	35	451.590	-
Cachoeirinha							
Canoas							
Eldorado do Sul							
Esteio							
Gravataí							
Guaiíba							
Sapucaia do Sul							
Viamão							
São Gabriel	São Gabriel Saneamento	Solvi	Concessão Plena	2012	30	55.231	5,11
Uruguaiana	BRK Ambiental Uruguaiana	BRK Ambiental	Concessão Plena	2011	30	126.970	29,54
11	3					633.791	34,65

SANTA CATARINA

Balneário Gaivota	Gaivota Saneamento	Atlantis	Concessão Plena	2018	35	8.484	0,44
Bombinhas	Águas de Bombinhas	Aegea	Concessão Plena	2016	35	19.769	6,69
Blumenau	BRK Ambiental Blumenau	BRK Ambiental	Concessão Esgoto	2010	35	149.926	21,20
Camboriú	Águas de Camboriú	Aegea	Concessão Plena	2015	35	78.823	2,74
Caçador	BRK Ambiental Caçador	BRK Ambiental	Concessão Água	2018	30	63.151	5,47
Guabiruba	Guabiruba Saneamento	Atlantis	Concessão Plena	2020	30	14.950	-
Gravatal	Gravatal Saneamento	Atlantis	Concessão Plena	2018	30	10.371	0,23
Itapema	Águas de Itapema	Conasa Infraestrutura	Concessão Plena	2004	40	64.689	48,43
Itapoá	Itapoá Saneamento	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2012	30	20.371	15,03
Jaguaruna	Águas de Jaguaruna	Atlantis	Concessão Água	2007	35	12.240	0,14
Jaguaruna	Jaguaruna Saneamento	Atlantis	Concessão Plena	2016	40	13.749	0,27
Penha	Águas de Penha	Aegea	Concessão Plena	2015	35	29.181	9,75
São Francisco do Sul	Águas de São Francisco do Sul	Aegea	Concessão Plena	2014	35	47.400	24,43
Sombrio	Sombrio Saneamento	Atlantis	Concessão Plena	2020	35	30.374	-
Tubarão	Tubarão Saneamento	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2012	30	105.686	32,17
14	15					669.164	167,01

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do Contrato	Prazo	População Beneficiada	Investimentos realizados em 2019 (milhões R\$)
SÃO PAULO							
Álvares Florence	Datema Ambiental Saneamento Básico	Dqt - Saneamento Básico E Meio Ambiente	Concessão Plena	2012	30	2.804	-
Andradina	Águas Andradina	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2010	30	57.157	7,47
Araçatuba	GS Inima SAMAR -Soluções Ambientais de Araçatuba	GS Inima Brasil	Concessão Plena	2012	30	193.216	29,26
Araçoiaba da Serra	Águas de Araçoiaba	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2009	30	33.562	2,91
Arujá	Águas Spat Saneamento	Iguá Saneamento	PPP Água	2008	15	5.000.000	6,04
Ferraz de Vasconcelos							
Guarulhos							
Itaquaquecetuba							
Mauá							
Mogi das Cruzes							
Poá							
Santo André							
São Paulo(Zona Oeste)							
Suzano							
Atibaia	Atibaia Saneamento	Iguá Saneamento	PPP Esgoto	2012	30	101.043	30,48
Barueri	Sistema Produtor São Lourenço	CGGC Construtora do Brasil	PPP Água	2014	25	1.500.000	n.d.
Carapicuíba							
Cotia							
Itapevi							
Jandira							
Santana de Parnaíba							
Vargem Grande Paulista							
Birigui	Aqua Pérola	Latam Water Participações	PPP Água	1994	27	-	0,24
Campinas	BRK Ambiental Capivari	BRK Ambiental	Locação de ativos Esgoto	2007	23	55.768	-
Campos de Jordão	Araucária Saneamento	GS Inima Brasil	Locação de ativos Esgoto	2010	20	52.088	i.c.
Casa Branca	Águas de Casa Branca	Terracom Concessões e Participações	Concessão Plena	2018	30	30.380	8,08
Castilho	Águas Castilho	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2010	30	15.593	1,22
Estiva Gerbi	Águas de Estiva Gerbi	Terracom Concessões e Participações	Concessão Plena	2019	30	11.304	2,11
Guará	Águas de Guará	Latam Water Participações	Concessão Plena	2000	25	21.347	0,57
Guaratinguetá	Guaratinguetá Saneamento	Iguá Saneamento	PPP Esgoto	2008	30	105.298	0,53
Holambra	Águas de Holambra	Aegea	Concessão Plena	2015	30	14.930	3,04
Jáú	Águas de Jahú	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2015	35	145.577	23,58

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do Contrato	Prazo	População Beneficiada	Investimentos realizados em 2019 (milhões R\$)
Jaú	Águas de Mandaguahy	SGA-Sistema de Gestão Ambiental	Concessão Água	1998	30	150.252	-
Jundiá	CSJ - Companhia de Saneamento de Jundiá	Campos Eliseos Participações, Empreendimentos e Administração e Jusante Participações	Concessão Esgoto	1996	35	411.553	8,61
Limeira	BRK Ambiental Limeira	BRK Ambiental	Concessão Plena	1995	44	296.979	78,80
Luiz Antônio	SANEL - Saneamento de Luiz Antônio	GS Inima Brasil	Concessão Plena	2020	35	14.770	n.d.
Mairinque	Saneaqua Mairinque	BRK Ambiental	Concessão Plena	2010	40	47.150	12,72
Matão	Águas de Matão	Aegea	Concessão Plena	2013	30	82.702	7,66
Mauá	BRK Ambiental Mauá	BRK Ambiental	Concessão Parcial Esgoto	2003	40	439.076	4,45
Mineiros do Tietê	Águas de Mineiros	Latam Water Participações	Concessão Plena	1996	30	12.985	0,44
Mirassol	Sanessol	Iguá Saneamento e AVIVA Ambiental	Concessão Plena	2007	30	58.328	8,60
Mogi Mirim	Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim	GS Inima Brasil	Concessão Parcial Esgoto	2008	30	78.495	0,22
Palestina	Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP	Iguá Saneamento e AVIVA Ambiental	Concessão Plena	2007	30	10.540	2,54
Paraibuna	CAEPA- Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna	GS Inima Brasil	Concessão Plena	2015	30	13.389	5,27
Piquete	Águas Piquete	Iguá Saneamento	Concessão Plena	2010	30	12.791	0,84
Piracicaba	Águas do Mirante	Aegea	PPP Esgoto	2012	30	404.142	11,64
Porto Feliz	Águas de Porto Feliz	General Water	Concessão Água	2009	20	21.200	13,04
Porto Ferreira	BRK Ambiental Porto Ferreira	BRK Ambiental	Concessão Plena	2011	30	55.143	3,55
Ribeirão Preto	GS Inima AMBIENT-Serviços Ambientais de Ribeirão Preto	GS Inima Brasil	Concessão Esgoto	1995	38	695.897	18,42
Rio Claro	BRK Ambiental Rio Claro	BRK Ambiental e Latam Water Participações	PPP Esgoto	2007	30	205.000	4,00
Salto	Sanesalto Saneamento	Conasa Infraestrutura	Concessão Esgoto	1996	25	117.002	0,04
Santa Gertrudes	BRK Ambiental Santa Gertrudes	BRK Ambiental	Concessão Plena	2010	30	26.898	0,87
Sumaré	BRK Ambiental Sumaré	BRK Ambiental	Concessão Plena	2014	30	279.116	38,73
Santa Rita do Passa Quatro	COMASA - Companhia Águas de Santa Rita	GS Inima Brasil	Concessão Plena	2016	30	27.557	3,59
São José dos Campos	Sanevap - Saneamento do Vale do Paraíba	GS Inima Brasil	Locação de ativos Esgoto	2012	20	212.177	i.c.
São Sebastião da Gramma	Águas de São Sebastião da Gramma	Terracom Concessões e Participações	Concessão Plena	2016	30	12.182	4,05
Tuiuti	Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Tuiuti)	Terracom Concessões e Participações	Concessão Plena	2020	35	6.894	0,04
Votorantim	Águas de Votorantim	Saneamento Ambiental Águas do Brasil	Concessão Plena	2012	30	117.809	14,14
56	43					10.560.768	365,79

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do Contrato	Prazo	População Beneficiada	Investimentos realizados em 2019 (milhões R\$)
TOCANTINS							
Abreulândia	Abastecimento de Água (Abreulândia)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2004	20	1.592	0,02
Angico	Abastecimento de Água (Angico)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2015	30	2.094	0,06
Araguacema	Abastecimento de Água (Araguacema)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2016	30	3.281	0,08
Bom Jesus do Tocantins	Abastecimento de Água (Bom Jesus do Tocantins)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2016	30	3.671	0,03
Cariri do Tocantins	Abastecimento de Água (Cariri do Tocantins)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2020	30	2.866	0,24
Chapada da Natividade	Abastecimento de Água (Chapada da Natividade)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2018	30	1.684	0,01
Chapada de Areia	Abastecimento de Água (Chapada de Areia)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2018	30	787	0,04
Divinópolis do Tocantins	Abastecimento de Água (Divinópolis)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2018	30	4.843	0,05
Dueré	Abastecimento de Água (Dueré)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2018	30	3.116	0,01
Fortaleza do Tabocão	Abastecimento de Água (Fortaleza do Tabocão)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2018	30	2.100	0,01
Goianorte	Abastecimento de Água (Goianorte)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2018	30	2.852	0,04
Itaguatins	Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto (Itaguatins)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Plena	2019	30	3.300	0,04
Itapiratins	Abastecimento de Água (Itapiratins)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	n.d.	2.047	0,01
Jaú do Tocantins	Abastecimento de Água (Jaú do Tocantins)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	30	1.437	0,01
Lizarda	Abastecimento de Água (Lizarda)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	30	2.593	0,03
Mateiros	Abastecimento de Água (Mateiros)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	30	1.709	0,00
Monte do Carmo	Abastecimento de Água (Monte do Carmo)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	30	3.409	0,03
Novo Alegre	Abastecimento de Água (Novo Alegre)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	30	1.733	0,02
Palmas + 46 Municípios	Saneatins	BRK Ambiental	Concessão Plena	1999	50	1.131.435	158,76
Pequizeiro	Abastecimento de Água (Pequizeiro)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	30	2.590	0,02
Pindorama do Tocantins	Abastecimento de Água (Pindorama)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	30	2.907	0,03
Pium	Abastecimento de Água (Pium)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	20	4.321	0,03

Municípios	Concessionária	Holding	Modalidade	Ano do Contrato	Prazo	População Beneficiada	Investimentos realizados em 2019 (milhões R\$)
Ponte Alta do Bom Jesus	Abastecimento de Água (Ponte Alta do Bom Jesus)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	n.d.	2.528	0,01
Ponte Alta do Tocantins	Abastecimento de Água (Ponte Alta do Tocantins)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	30	5.069	0,04
Porto Alegre do Tocantins	Abastecimento de Água (Porto Alegre do Tocantins)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	30	2.154	0,01
Praia Norte	Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto (Praia Norte)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	30	4.919	0,06
Presidente Kennedy	Abastecimento de Água (Presidente Kennedy)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	20	3.230	0,08
Rio da Conceição	Abastecimento de Água (Rio da Conceição)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	30	1.956	0,02
São Valerio da Natividade	Abastecimento de Água	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Plena	2020	n.d.	3.410	-
Santa Maria do Tocantins	Abastecimento de Água (Santa Maria)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	30	2.047	0,02
Santa Rita do Tocantins	Abastecimento de Água (Santa Rita do Tocantins)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	30	1.020	0,01
Santa Rosa do Tocantins	Abastecimento de Água (Santa Rosa do Tocantins)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	20	3.115	0,02
Silvanópolis	Abastecimento de Água (Silvanópolis)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	30	4.327	0,07
Sítio Novo do Tocantins	Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto (Sítio Novo do Tocantins)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Água	2019	30	6.486	0,05
Talismã	Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto (Talismã)	Hidroforte Administração e Operação	Concessão Plena	2019	30	1.486	0,01
81	35					1.228.114	159.98
389	191					31,6 milhões**	4.849,74

n.d. – Não definido, disponível ou informado

i.c. – investimentos concluídos

*Informações retiradas do edital de licitação e/ou do contrato de concessão tendo-se como base a população estimada pelo IBGE

** Há municípios com mais de um operador privado. Para esses casos, foi analisado se há sobreposição da população beneficiada e suprimida a quantidade que geraria dupla contagem: Jaguaruna/SC: Foram somadas as populações beneficiadas pelos dois contratos no município por abrangerem áreas diferentes. Jaú/SP: Foi considerada a população beneficiada pela Concessão Plena. Maceió/AL: Foi considerada a população beneficiada pela Concessão Plena. Mauá/SP: Foi considerada a população beneficiada pela PPP de Água.

Obs: Arredondamentos nos totais de investimento estaduais podem levar a variações de 1,0 para mais ou para menos.

Nota metodológica

Os indicadores de operação e investimentos apresentados nesta publicação foram calculados com base no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e no Sistema de Informações do Segmento Privado do Setor de Saneamento (SPRIS).

A principal diferença entre as bases utilizadas é que o SPRIS engloba todas as informações das empresas privadas, inclusive as que prestam o serviço na modalidade de PPP e subdelegação, ou ainda, que possuem contrato de locação de ativos. As informações destas empresas não constam na base do SNIS¹.

Para o cálculo dos indicadores, foram empregadas as fórmulas padrões dos SNIS apresentadas no Glossário a seguir. Ainda utilizando essa base, foram consideradas como empresas privadas as de abrangência local, microrregional e regional que têm como natureza jurídica empresa privada².

As informações que compõem o SPRIS são fornecidas e validadas pelas empresas privadas, associadas ou não à ABCON SINDCON, para mensurar o total da sua participação no setor de saneamento e o investimento realizado pelo segmento privado. No glossário, os códigos dessas informações iniciam com o nome "SPRIS".

1 - Excepcionalmente, no ano de 2019, a concessionária BRK Ambiental Macaé, que opera por meio de um contrato de PPP de esgoto, informou o SNIS como sendo uma concessão plena, e, por isso, consta na base do SNIS nesse ano de referência.

2 - A concessionária São Gabriel Saneamento S/A é uma empresa privada com contrato de concessão plena que consta no SNIS como Administração Pública e Direta. Nas nossas análises, utilizando-se a base de dados do SNIS, a São Gabriel Saneamento S/A foi considerada como sendo uma empresa privada.

Glossário

Informações	Unidade	
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento	
SPRIS	Sistema de Informações do Segmento Privado do Setor de Saneamento	
AG001	População total atendida com abastecimento de água	população
AG002	Quantidade de ligações ativas de água	ligações
AG005	Extensão da rede de água	km
AG010	Volume de água consumido	1.000 m³/ano
AG011	Volume de água faturado	1.000 m³/ano
AG019	Volume de água tratada exportado	1.000 m³/ano
AG026	População urbana atendida com abastecimento de água	população
ES001	População total atendida com esgotamento sanitário	população
ES002	Quantidade de ligações ativas de esgotos	ligações
ES004	Extensão da rede de esgotos	km
ES005	Volume de esgotos coletado	1.000 m³/ano
ES006	Volume de esgotos tratado	1.000 m³/ano
ES007	Volume de esgotos faturado	
ES015	Volume de esgoto bruto exportado tratado nas instalações do importador	1.000 m³/ano
FN001	Receita operacional direta	R\$/ano
FN017	Despesas totais com os serviços (DTS)	
FN033	Investimentos totais realizados pelo prestador de serviços	R\$/ano
FN048	Investimentos totais realizados pelo(s) município(s)	R\$/ano
FN058	Investimentos totais realizados pelo estado	R\$/ano
G06a	População urbana residente do(s) município(s) com abastecimento de água, segundo o IBGE	população
G12a	População total residente do(s) município(s) com abastecimento de água, segundo o IBGE	população
Metodologia de Cálculo	Unidade	
IN003	Despesa total com os serviços por m3 faturado $[FN017/(AG011+ES007)]*(1/1.000)$	R\$/m130
IN004	Tarifa média praticada $[FN001/(AG011+ES007)]*(1/1.000)$	R\$/m³
IN015	Índice de coleta de esgoto $[ES005/(AG010-AG019)]*100$	%
IN023	Índice de atendimento urbano de água $(AG026/G06a)*100$	%
IN046	Índice de esgoto tratado referido à água consumida $[(ES006+ES015)/(AG010-AG019)]*100$	%
IN055	Índice de atendimento urbano de água $(AG001/G12a)*100$	%
Investimento /Ligação	$FN033/(AG002+ES002)$	R\$/ano/ligações
Investimentos Totais	$(FN033+FN048+FN058)$	R\$/ano
Investimento per capita*	$FN033/G12a$	R\$/pessoa

*Nas análises por modalidade contratual, foi considerada a população beneficiada.



**SOBRE A
ABCON SINDCON**



A Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON SINDCON) está completando 25 anos. A entidade congrega empresas privadas prestadoras de serviços de água e esgoto em todo o território nacional (14 holdings e mais de 120 concessionárias).

As ações desenvolvidas pela ABCON SINDCON têm como propósito viabilizar as condições para que o setor privado seja protagonista na universalização do saneamento básico no Brasil.

Valores gerados:

- Valorização do capital privado no setor
- Fortalecimento e coesão da representação empresarial
- Conhecimento qualificado, credibilidade e transparência
- Ampliação das oportunidades de mercado

A partir dessas premissas, a Associação tem como objetivo contribuir de forma decisiva para que os operadores privados de saneamento alcancem uma parcela cada vez mais significativa da população brasileira, atuando com inovação e qualidade.

Código de Conduta

Todas as atividades da ABCON SINDCON são regidas por seu Código de Conduta, que estabelece condições mínimas de comportamento para direcionar suas atividades e das empresas associadas.

Estão incorporados ao Código o corpo dirigente, o quadro de administração, os assessores e os profissionais que representam as empresas associadas e atuam em nome da entidade.

Todas as pessoas envolvidas assumem a obrigação de cumprir as determinações, com base na Legislação Brasileira, atuando de forma íntegra e transparente em suas relações entre si, com os poderes públicos e com a sociedade civil.

O portal abconsindcon.com.br disponibiliza o Canal de Denúncias para que ocasionais descumprimentos do Código de Conduta sejam informados de modo anônimo.

Planejamento Estratégico

Com as mudanças do ambiente externo e interno no saneamento, a ABCON SINDCON investiu na realização do Planejamento Estratégico para nortear as ações de representatividade do segmento privado das operadoras para os próximos três anos.

Internamente, a entidade passa por transformações importantes para modernizar os serviços prestados e se atualizar em relação às demandas dos seus *stakeholders*. Entre os destaques estão a implantação dos padrões de compliance e governança, além do novo Código de Compliance.

Ações e produtos

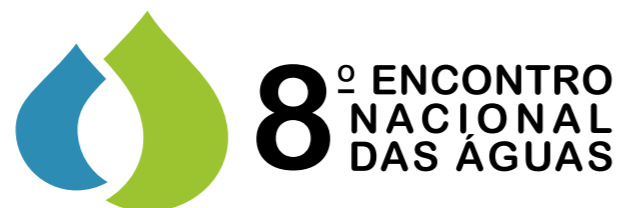
Prêmio Sustentabilidade

Em 2021, o Prêmio Sustentabilidade, realizado a cada dois anos, completa a sua quarta edição. A iniciativa é uma referência para as concessionárias privadas, promovendo o reconhecimento de seus profissionais e projetos inovadores.



Encontro Nacional das Águas (ENA)

Congresso bienal dedicado ao debate dos principais temas que afetam o saneamento básico e a iniciativa privada, reunindo em sua programação técnica diversos painéis nos quais as concessionárias do segmento compartilham experiências e soluções.



SPRIS

O Sistema de Informações do Segmento Privado do Setor de Saneamento (SPRIS) é idealizado para compilar, reunir e disponibilizar aos associados ABCON SINDCON e também à sociedade civil os principais indicadores de desempenho da iniciativa privada em suas operações espalhadas por todo o país.



Panorama

Publicação anual que reúne os dados compilados pelo SPRIS e outros indicadores e informações pertinentes à atividade das concessionárias privadas no saneamento. Publicada desde 2014.



Revista Canal

Publicação quadrimestral on-line, promove a narrativa econômica e socioambiental do segmento, focando nos operadores e fornecedores do próprio setor de saneamento. Promove também a imagem de credibilidade do segmento privado e da entidade, com foco nos investidores e no governo.



Calculadora de Custos em Saneamento

Também lançada em 2021, trata-se de um sistema automatizado que captura as tabelas por estado com base no Sistema Nacional de Preços e Índices para Construção Civil (Sinapi), para construção de preços de serviços, projetos e obras do setor, estimando custos com elevado nível de detalhamento. Disponível por meio de assinatura para não associados da ABCON SINDCON.





Agenda Legislativa

Lançada em 2021, é uma publicação que traz a análise dos principais projetos em tramitação no Congresso Nacional que possuem relação direta com o setor de saneamento.

SIRI



O Sistema de Integração e Representação Institucional - SIRI mobiliza recursos humanos a fim de garantir que as discussões realizadas em importantes Órgãos Colegiados e Grupos de Trabalho do setor de saneamento sejam compartilhadas com todos os associados, possibilitando a troca de informações que afetam diretamente o dia a dia das concessionárias. A representação e compartilhamento são executados pelos próprios especialistas que compõem as equipes internas das empresas associadas e participam dos fóruns.

Análises Conjunturais

Em 2020, a ABCON SINDCON incluiu este novo produto no seu portfólio. Publicação bilingue português/inglês, suas Análises Conjunturais apresentam uma abordagem econômica e política do que acontece no saneamento brasileiro. Entre as análises já disponíveis, está o estudo sobre impacto econômico do novo marco legal do saneamento.

ABCON SINDCON News

Publicação mensal eletrônica da entidade, dirigida às empresas do setor, investidores e fornecedores. Traz as principais notícias do mercado e regulação de saneamento e a agenda da associação. Além do envio por email, fica hospedada no site da ABCON SINDCON.

Análises Conjunturais



Gestão

Comitês Temáticos

A ABCON SINDCON mantém comitês internos, formados por seus associados, com o objetivo de troca de experiências entre as empresas e para atender às demandas externas, a fim de agregar valor nas intermediações solicitadas. Os comitês Jurídico,

Compliance, Financeiro, Comunicação, Recursos Humanos, Técnico e de Qualidade e Segurança são responsáveis por contribuir com discussões e encaminharem propostas aos temas que afetam a atividade das concessionárias e o setor.

Lista de associados

ABCON SINDCON

- Aegea Saneamento e Participações
- Agreste Saneamento
- Águas Alta Floresta
- Águas de Andradina
- Águas Canarana
- Águas de Castilho
- Águas Colider
- Águas Comodoro
- Águas Cuiabá
- Águas das Agulhas Negras
- Águas de Araçoiaba
- Águas de Ariquemes Saneamento
- Águas de Barra dos Garças
- Águas de Bombinhas Saneamento
- Águas de Buritis
- Águas de Camboriu Saneamento
- Águas de Campo Verde
- Águas de Carlinda
- Águas de Casa Branca
- Águas de Cláudia
- Águas de Confresa
- Águas de Diamantino
- Águas de Estiva Gerbi
- Águas de Guará
- Águas de Guarantã
- Águas de Holambra Saneamento
- Águas de Jaguaruna
- Águas de Jahu
- Águas de Jangada
- Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição
- Águas de Juturnaíba
- Águas de Manaus
- Águas de Mandaguahy
- Águas de Marcelândia
- Águas de Matão
- Águas de Matupá
- Águas de Mineiros do Tietê
- Águas de Niterói
- Águas de Nortelândia
- Águas de Nova Friburgo
- Águas de Novo Progresso
- Águas de Pará de Minas
- Águas de Paranatinga
- Águas de Paraty
- Águas de Pedra Preta
- Águas de Peixoto de Azevedo
- Águas de Penha Saneamento
- Águas de Pimenta Bueno Saneamento
- Águas de Poconé
- Águas de Porto Esperidião
- Águas de Primavera
- Águas de Rolim de Moura
- Águas de Santa Carmen
- Águas de São Francisco
- Águas de São Francisco do Sul
- Águas de São José do Rio Claro
- Águas de São Sebastião da Gramma
- Águas de Sinop
- Águas de Sorriso
- Águas de Timon Saneamento
- Águas de Tuiuti
- Águas de União do Sul
- Águas de Vera
- Águas de Vila Velha Ambiental
- Águas de Votorantim
- Águas do Imperador
- Águas do Mirante
- Águas do Paraíba
- Águas Guariroba
- Águas Piquete
- Águas Pontes e Lacerda
- Allonda Ambiental
- Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto
- Ambiental Saneamento e Participações
- Aqua Pérola
- Araucária Saneamento
- Atibaia Saneamento
- Atlantis Saneamento
- Aviva Ambiental
- BRK Ambiental Araguaia Saneamento
- BRK Ambiental Blumenau
- BRK Ambiental Caçador
- BRK Ambiental Cachoeiro do Itapemirim
- BRK Ambiental Capivari
- BRK Ambiental de Macaé
- BRK Ambiental Goiás
- BRK Ambiental Jaguaribe
- BRK Ambiental Limeira
- BRK Ambiental Manso
- BRK Ambiental Maranhão
- BRK Ambiental Mauá
- BRK Ambiental Oceanpact
- BRK Ambiental Otacilio Costa
- BRK Ambiental Participações
- BRK Ambiental Porto Ferreira
- BRK Ambiental Região Metropolitana de Recife Goiana
- BRK Ambiental Rio Claro
- BRK Ambiental Rio das Ostras
- BRK Ambiental Santa Gertrudes
- BRK Ambiental Sumaré
- BRK Ambiental Uruguaiana
- CAEPA - Companhia de Águas e Esgoto de Paraibuna
- COMASA - Companhia de Águas de Santa Rita
- Concessionária de Saneamento Serra Ambiental
- Consórcio Cembra Gerconsult
- CSJ - Companhia de Saneamento de Jundiá
- Enops Engenharia
- Empresa de Participações Em Projetos de Saneamento
- ESAP - Empresa de Saneamento de Palestina
- Gaivota Saneamento
- General Water
- Gravatal Saneamento
- GS INIMA Brasil
- GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento
- Guaratinguetá Saneamento
- Hydrosistem Engenharia
- Iguá Saneamento
- Itapoá Saneamento
- Jaguaruna Saneamento
- Latam Water Participações
- Mauá Águas
- Orbis Ambiental
- Paranaguá Saneamento
- Perenge Engenharia e Concessões
- Prólogos
- Saab - Saneamento Ambiental Águas do Brasil
- Samar Soluções Ambientais de Araçatuba
- Sanama Saneamento Alta Maceió
- Saneaqua Mairinque
- Saneatins - Companhia de Saneamento do Tocantins
- SANEJ Saneamento de Jaú
- Saneouro Conc. de Tratamento de Água e Esgoto
- Sanessol - Saneamento de Mirassol
- Sanevap - Saneamento do Vale do Paraíba
- São Gabriel Saneamento
- SESAMM Serviços de Saneamento de Mogi Mirim
- Spat Saneamento
- Tera Ambiental
- Terracom Concessões e Participações
- Tubarão Saneamento
- Veolia Serviços Ambientais
- Y Soluções Integradas de Saneamento (Y Sanso)
- Zona Oeste Mais Saneamento

Governança ABCON SINDCON

Conselho de administração da ABCON

Presidente

Teresa Cristina Querino Vernaglia (BRK Ambiental Participações)

Vice-Presidentes

Rogério de Paula Tavares (Aegea Saneamento e Participações), Cláudio Bechara Abduche (SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil), Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão (Iguá Saneamento), Paulo Roberto de Oliveira (GS Inima Brasil), Fernando Evanyr Borges da Fonseca (Terracom Concessões e Participações), Ney Lopes Moreira Castro (Empresa de Participações em Projetos de Saneamento), Alexandre Ferreira Lopes (Aviva Ambiental) e Paulo Eduardo Raposo (Perenge Engenharia e Concessões).

Suplentes

Daniela Mattos Sandoval Coli (BRK Ambiental Participações), Yaroslav Memrava Neto (Aegea Saneamento e Participações), Bernardo Machado Alves Gonçalves (SAAB

- Saneamento Ambiental Águas do Brasil), Talita Caliman (Iguá Saneamento), Roberto de Oliveira Muniz (GS Inima Brasil), Alessandro José Conte Hidalgo (Terracom Concessões e Participações), Sandra Molinero (Empresa de Participações em Projetos de Saneamento), Carlos José Botelho Berenhauer (Aviva Ambiental) e Paula Regina Fujisawa Raposo Valente (Perenge Engenharia e Concessões).

Conselho fiscal

Alessandro Jose Conte Hidalgo (Terracom Concessões e Participações), Gustavo Afonso Pereira Coelho (Iguá Saneamento) e Vaney Iori (Aviva Ambiental).

Conselho de administração do SINDCON

Presidente

Teresa Cristina Querino Vernaglia (BRK Ambiental Participações)

Vice-Presidentes

Arlindo Sales Pinto (Aegea Saneamento e

Participações), Bernardo Machado Alves Gonçalves (SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil), Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão (Iguá Saneamento), Giuliano Vito Dragone (GS Inima Brasil), Fernando Evanyr Borges da Fonseca (Terracom Concessões e Participações), Ney Lopes Moreira Castro (Empresa de Participações em Projetos de Saneamento), Vaney Iori (Aviva Ambiental) e Paulo Eduardo Raposo (Perenge Engenharia e Concessões).

Suplentes

Pedro Henrique Teixeira Fiorelli (BRK Ambiental Participações), Yaroslav Memrava Neto (Aegea Saneamento e Participações), Cláudio Bechara Abduche (SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil), Talita Caliman (Iguá Saneamento), Carlos Roberto Ferreira (GS Inima Brasil), Alessandro José Conte Hidalgo (Terracom Concessões e Participações), Sandra Molinero (Empresa de Participações em Projetos de Saneamento), Alexandre Ferreira Lopes (Aviva Ambiental) e Paula Regina Fujisawa Raposo Valente (Perenge Engenharia e Concessões).

Conselho fiscal

Gustavo Afonso Pereira Coelho (Iguá Saneamento), Heraldo José de Lima (Gs Inima Brasil) e Ronaldo Oller Tossi (SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil).

Conselho técnico

Maria Clarisse Beloso Garcia Silvestre (Gs Inima Brasil), André Lermontov (Águas do Imperador), Luiz Pannutti Carra (CSJ - Companhia de Saneamento de Jundiaí), Nelson Ricardo da Silva Carvalho (Águas do Paraíba), Eduardo Berrettini (Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba), Fernando Humphreys (Aesan Engenharia e Participações), Guillermo Deluca (Aegea Saneamento e Participações), Ricardo Barbosa dos Santos (Aviva Ambiental), Leandro Marin Ramos da Silva (Aegea Saneamento e Participações), Paula Alessandra Bonin Costa Violante (Iguá Saneamento), Giancarlo Marcus Ronconi (BRK Ambiental Participações), Alexandre Dell Aquila Citvaras (Velolia Serviços Ambientais), Tiago Ramos Eyng (Atlantis Saneamento), Caio Garcia da Cunha (Iguá Saneamento) e Ana Paula Fernandes Abrahão (CSJ - Companhia de Saneamento de Jundiaí).

Expediente

Diretor Executivo

Percy Soares Neto

Superintendente Técnica

Ilana Ferreira

Técnico Operacional

Cesar Seara

Julia Souza

Priscila Bezerra

Financeiro

Eliana Gonçalves Buratto

Administrativo

Elaine Cristina das Chagas

Coordenadora Jurídica

Kelly Félix

Coordenadora de comunicação

Mariana Zito

Estagiária

Mariana Emídio

Assessorias de Comunicação e Imprensa

Ana Rizzo Comunicação e Engajamento

Em Foco Assessoria de Comunicação

Assessoria Jurídica

Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich &

Schoueri Advogados

Assessoria Parlamentar

BMJ Consultores

PANORAMA da Participação Privada no Saneamento no Brasil 2021 é uma publicação da **ABCON SINDCON** (Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto).

É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Coordenação Executiva

Percy Soares Neto

Produção Técnica

Ilana Ferreira

Priscila Bezerra

Julia Souza

Produção Editorial

Aurea Figueira

Daiana Felix

Mariana Zito

Nelson Lourenço

Revisão

Marcelo Carpinetti

Diagramação

Mariana Zito

Mariana Emídio

Infografia

Mariana Zito

Publicação

Julho de 2021

25
anos



abcon
sindcon